

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

KARIM BORGES DOS SANTOS

PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO – PR

FRANCISCO BELTRÃO

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

KARIM BORGES DOS SANTOS

PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO – PR

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia, Nível de Mestrado, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

FRANCISCO BELTRÃO

2011

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Santos, Karim Borges dos

S237 Pequenas cidades da rede urbana de Pato Branco – PR.
/ Karim Borges dos Santos. – Francisco Beltrão, 2012.
106f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio.
Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Urbanização - Pato Branco – Pato Branco. 2. Rede
urbana. 3. Pequenas cidades. 4. Cidades - Divisão
territorial do trabalho. I. Sampaio, Fernando dos Santos. II.
Título.

CDD – 307.76098162

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO - PR

Autora: Karim Borges dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Karim Borges dos Santos e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 16 / 12 / 2011

Assinatura:

Karim B. Santos

Comissão Julgadora:

Fernando Sampaio
Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)

Silvia Regina Pereira
Profa. Dra. Silvia Regina Pereira (UNIOESTE – F.B)

José Messias Bastos
Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

Dedico esse trabalho aos meus pais, a quem amo com amor incondicional. Aos meus irmãos queridos Scheila Mara Borges dos Santos e Fernando Jose Borges dos Santos, que pelo simples fato de existirem me fazem feliz. À minha eterna amiga, Margarida Alvez da Cruz.

AGRADECIMENTOS

No percurso da realização deste trabalho foram muitas as pessoas que contribuíram de alguma forma.

Primeiramente agradeço a Professora Tânia Maria Fresca que possibilitou a sua realização, orientando-me no aprendizado e conhecimento. Pela sua grande contribuição aos estudos de rede urbana no Brasil e pequenas cidades. Despertando em mim o interesse por essa temática.

Ao Professor Fernando dos Santos Sampaio, pela paciência durante o percurso oneroso por que passei durante a realização dessa pesquisa, e principalmente pela orientação que possibilitou esse trabalho.

Às minhas grandes amigas Emanuelle Cambuzzi e Marciele Zanatta, pessoas raras, que me fazem acreditar no valor dos amigos. E, sobretudo pela contribuição de ambas, imprescindível na conclusão desse trabalho.

A todos que de alguma forma subsidiaram essa pesquisa fornecendo o material necessário, bem como as informações pertinentes. Como os secretários de Departamento de Agricultura e Indústria e Comércio das cidades de Coronel Vivida e Chopinzinho

RESUMO

PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO

Os estudos referentes à rede urbana no Brasil vêm ganhando destaque especialmente nas últimas décadas quando se verificou a intensificação da urbanização nesse país e o surto industrializante. Processo esse que resultou em uma organização do espaço geográfico pautado em uma hierarquia nítida de centros urbanos baseada na concentração de atividades em alguns centros em detrimento de outros. A divisão territorial do trabalho pertinente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil resultou na necessidade de reestruturação dos papéis produtivos das cidades nas últimas décadas. Verificou-se por isso uma reconfiguração da rede urbana tornando-a mais complexa de interpretação. O processo de concentração produtiva em centros maiores foi se acentuando nas décadas seguintes a 1970, contudo as pequenas cidades foram redefinindo seus papéis na busca de reinserir-se na rede urbana regional com atividades produtivas que dessem sustentação a população. Daí surge uma nova inserção dessas pequenas cidades na Divisão Territorial do Trabalho, buscando novas especializações e valorização das potencialidades locais frente à tendência de homogeneização produtiva global.

Diante dessa perspectiva inerente ao território brasileiro, importa-nos entender, ainda que baseados em um pequeno recorte espacial, a dinâmicas das pequenas cidades no território brasileiro, bem como algumas de suas atividades produtivas.

O presente trabalho traz discussões referentes à dinâmica econômica das pequenas cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco – PR. Trata da formação social na constituição das cidades e a configuração da rede urbana estudada. Além disso, estão presentes questões referentes às atividades produtivas nessas pequenas cidades e os fatores de desenvolvimento local. Discute as mudanças na configuração da rede urbana diante do contexto de reestruturação econômica nacional e da importância das atividades produtivas locais para a inserção produtiva na mesma.

Palavras chaves: rede urbana, pequenas cidades, formação social.

ABSTRACT

SMALL TOWNS OF PATO BRANCO URBAN NETWORK

The studies on the urban network in Brazil are gaining prominence especially in recent decades when there was the intensification of urbanization in this country and the outbreak of the industrialization. Process that resulted in a geographic area organization ruled by a clear hierarchy of urban centers based on the concentration of activities in some centers at the detriment of others. The territorial division of the pertinent labor to the capitalism development in Brazil resulted in the need of the productive role restructuring of cities in recent decades. Therefore, it was verified an urban network reconfiguration becoming it the most complex to the interpretation. The process of production concentration in major centers has been increasing in the following decades to 1970, however the small towns were redefining their roles in quest to reintegrate itself into the regional urban network with productive activities that maintenance the population. Whence arises a new insertion of these small towns in the Territorial Division of Labor, seeking new skills and appreciation of the local potentiality against the trend of global homogenization productive.

Given this inherent perspective to the Brazilian territory, it is important to us understand, even that it is based in a spatial snip, the small towns dynamics in Brazilian territory, as well as some of yours productive activities.

This article presents discussions regarding the economic dynamics of small towns that pertains the urban network of Pato Branco – PR. Deal with the social formation in the cities constitution and the urban network configuration studied. Moreover, there are issues relating to productive activities studied in these small towns and the local development factors. It discusses the changes in the urban network configuration toward of the restructuring national economic and the importance of local productive activities for it productive inclusion.

Key-words: urban network, small towns, social formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da localização da área de estudo	14
Figura 2 Rede urbana de Pato Branco.....	82
Figura 3 Região de influência das cidades – IBGE, 1987.....	83
Figura 4 Região de Influência das cidades – IBGE, 1993.....	84
Figura 5 Rede urbana de Pato Branco – IBGE, 2007.....	85
Figura 6 Mapa da rede urbana de Pato Branco.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da Produção de Suínos nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974 /2009.....	51
Gráfico 2 . Evolução da Produção de Aves nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974 /2009.....	53
Gráfico 3 . Evolução da Produção de Bovinos nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	55
Gráfico 4 . Evolução da Produção de Leite nos Municípios da Rede urbana de Pato Branco: 1974/ 2009.....	56
Gráfico 5 . Evolução da Área Produzida de Feijão nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	57
Gráfico 06. Evolução da Produção de Feijão nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	58
Gráfico 7. Evolução da Produção de Milho nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	59
Gráfico 8. Evolução da Produção de Milho nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/ 2009.....	60
Gráfico 9 .Evolução da Área de Produção de Soja nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	61
Gráfico 10 .Evolução da Área de Produção de Soja nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974/2009.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro1. Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco, 1970.....	39
Quadro 2 .Estrutura Dimensional dos Estabelecimentos Rurais dos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco, 1980.....	39
Quadro 3. Total de Tratores nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1970 – 980.....	40
Quadro 4.Total de Estabelecimentos Rurais e Produtores Associados a Cooperativas nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1970 – 1980.....	41
Quadro 5.Número de Estabelecimentos dos Principais Ramos Industriais nas Cidades da Rede Urbana de Pato Branco: 1970 – 1980.....	44
Quadro 6. Número de Estabelecimentos dos Principais Ramos Industriais nas Cidades da Rede Urbana de Pato Branco: 1970 – 1980.....	45
Quadro 7 . Principais Atividades Prestadoras de Serviços nas Cidades da Rede Urbana de Pato Branco: 1970 – 1980.....	46
Quadro 8 . População Residente nos Municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1970/2010.	66
Quadro 9. Número de Estabelecimentos Industriais nas Cidades da Rede Urbana de Pato Branco: 1996 – 2010.....	70
Quadro 10. Número de Estabelecimentos Industriais nas Cidade da Rede Urbana de Pato Branco: 1996 – 2010.....	71
Quadro 11. Número de Estabelecimentos Prestadores de Serviços, Comércio Varejista e Atacado – Rede Urbana de Pato Branco: 1996 – 2000.....	73
Quadro 12. Estabelecimento de Serviços e Comércio - Rede Urbana de Pato Branco: 1996 – 2000.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Taxa de urbanização da rede urbana de Pato Branco – 1970 – 2010.....	67
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACARPA- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

CANGO – Colônia Agrícola General Osório

CITLA – Clevelândia Industrial Territorial Ltda

CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar

COAMO – Agroindustrial Cooperativa

COASUL – Cooperativa Agroindustrial do Sul

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DER – Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná

GETSOP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

SNCR – Sistema Nacional de Crédito

UNICENTRO – Universidade do Centro paranaense

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO	10
1 AS PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO	15
1.1 FORMAÇÃO SOCIAL E REDE URBANA	15
1.2 A CONSTITUIÇÃO DA REDE URBANA DE PATO BRANCO	26
1.3 A DINÂMICA DA REDE URBANA DE PATO BRANCO ATÉ 1980	36
1.3.1 Atividades agropecuárias	36
1.3.2 Atividades Urbanas	41
1.3.3 Atividades urbanas após 1970	43
1.4 A PEQUENA CIDADE DE CHOPINZINHO	46
2 TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA DE PATO BRANCO	50
2.1 NA AGRICULTURA	50
2.2 DINÂMICA POPULACIONAL	63
2.3 NAS ATIVIDADES URBANAS	68
2.4 NA CIRCULAÇÃO	77
2.5 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA REDE	80
2.5.1 Caracterização da rede de Pato Branco após 1970	80
3 A PEQUENA CIDADE DE CHOPINZINHO	88
3.1 NA PRODUÇÃO PROPRIAMENTE DITA	89
3.2 AS ATIVIDADES URBANAS – COMÉRCIO E SERVIÇOS	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

No esforço em compreender a dinâmica das formas existentes no espaço geográfico consideramos imprescindível a análise da formação social e econômica. De acordo com Milton Santos (1979), não há sociedade sem espaço, e cada qual possui uma Geografia que lhe é própria.

A leitura das formas impressas no espaço geográfico leva-nos ao conhecimento do percurso histórico e social ao longo da construção de uma dada forma espacial e como se desenvolveram os modos de produção em seu processo de estruturação. “[...] a formação social compreenderia uma estrutura produtiva” (SANTOS, 1979, p.47). Consideramos as diversas temporalidades presentes no espaço, uma vez que este é uma soma de tempos distintos.

O aprofundamento da divisão do trabalho trouxe complexidade às formas espaciais sendo necessário um olhar crítico diante das mudanças ocorridas no contexto produtivo global. A inserção dos diversos lugares na dinâmica produtiva, ainda que conjugando formas capitalistas com formas pré-capitalistas de produção, tornou o espaço mais fluido e tecnificado. Com isso, o global se faz presente na dinâmica econômica local, contudo o local possui uma dinâmica própria.

Nesse contexto, a rede urbana é condição para que o capitalismo se desenvolva no espaço, permitindo que a produção, a circulação e o consumo se efetivem (CORRÊA, 1989). Os centros urbanos enquanto os nós de circulação da produção integram essa complexidade de articulação que compõem as redes. E cada rede urbana reflete a formação social que lhe é inerente.

Entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, ao longo do desenvolvimento da divisão territorial do trabalho, a rede urbana era baseada em uma hierarquia de centros. O que nos permitia uma leitura menos complexa se comparada a atualidade, quando a complementaridade produtiva reflete no espaço formas diversificadas exigindo uma leitura específica de cada rede, remetendo-nos a análise da formação social como estrutura.

A rede urbana nacional é constituída por uma diversidade de centros articulados. Contudo, não podemos classificar esses centros apenas baseados no número de habitantes. A dinâmica produtiva atual exige a análise das funções produtivas que qualificam os centros urbanos junto à divisão do trabalho.

No estudo das pequenas cidades levamos em consideração a função que esta exerce junto à rede urbana que integra. De acordo com Fresca (2010, p.78) “[...] para caracterizar a cidade como sendo pequena é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região precisando considerar o contexto sócio econômico”.

O número de habitantes não dá conta de explicar a pequena cidade, uma vez que é necessário entender qual função desenvolve junto à rede urbana que compõem e quais atividades lhe dão sentido. Bem como qual o contexto histórico produtivo que permite que a consideremos como pequena.

Essa reflexão faz parte do entendimento do contexto das mudanças econômicas em cada região e como as cidades inseriram-se na divisão territorial do trabalho, havendo por isso uma heterogeneidade de centros urbanos. A leitura referente às pequenas cidades exige o conhecimento de como elas ao longo da reestruturação produtiva nacional, buscaram estruturar suas atividades a fim de se tornarem dinâmicas na rede urbana.

Muitas dessas cidades passaram a desenvolver atividades complementares importantes ou mesmo atividades especializadas e diferenciadas utilizando-se de recursos produtivos locais a fim de propiciar desenvolvimento menos dependente do contexto macroeconômico, embora vinculado a esse.

No presente trabalho, buscamos entender a formação social das pequenas cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco para então analisar o contexto atual dessas cidades. Para isso partimos da sua gênese, considerando a importância do histórico da formação do modo de produção presente nas cidades da rede.

Composta por treze pequenas cidades, a rede urbana de Pato Branco esta inserida na região Sudoeste do Paraná. Ao longo de seu processo de estruturação produtiva e inserção econômica nacional, a rede sofreu alterações consideráveis, e assim essas pequenas cidades foram definindo seu papel produtivo.

As atividades desenvolvidas nas cidades estudadas são predominantemente agrícolas desde a sua formação. Inseridas em uma região de colonização recente onde os migrantes desenvolveram atividades produtivas para o mercado regional dando origem à rede urbana numa estrutura fundiária de pequenas propriedades.

Eram desenvolvidas atividades pré-capitalistas de produção, produziam para subsistência e parte era destinada ao mercado regional. As pequenas cidades foram criadas para atender as necessidades básicas da população rural. Esse contexto modificou-se especialmente após a década de 1970, quando da modernização das atividades agrícolas

desenvolvidas nos municípios e da divisão do trabalho que repercutiu numa maior dinamicidade dos centros urbanos.

Buscamos partir do entendimento da gênese das pequenas das cidades da rede urbana de Pato Branco, considerando para isso o contexto histórico regional do Sudoeste do Paraná como um todo, pois esta rede compreendia todas as cidades dessa região e foi redefinida ao longo do processo de reestruturação produtiva, diminuindo o número de centros sob sua influência.

Discutimos a dinâmica da rede urbana após a década de 1970 para explicar as mudanças nas atividades agrícolas, na dinâmica populacional, nas atividades urbanas e na circulação, responsáveis pela redefinição da rede. Consideramos esse período devido às significativas mudanças na dinâmica econômica nacional que repercutiu em uma reestruturação produtiva nas cidades estudadas.

Posteriormente utilizamos como recorte espacial o estudo da pequena cidade de Chopinzinho. Essa pequena cidade exerce funções importantes na rede urbana de Pato Branco, especialmente as atividades agrícolas, que vem se desenvolvendo nos últimos anos e dinamizando as atividades urbanas locais. Procuramos refletir como os agentes produtivos locais desempenharam ações que dão sustentabilidade as atividades produtivas em Chopinzinho.

Utilizamos-nos desse recorte espacial para concluir o trabalho procurando contribuir para os estudos pertinentes a dinâmica produtiva das pequenas cidades diante do desafio de inserirem-se economicamente na dinâmica produtiva global que tende a desvalorização das atividades locais frente à concentração econômica em grandes centros, ressaltando para isso a importância do incentivo as iniciativas locais de desenvolvimento.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. Inicialmente buscamos discutir o conceito de formação social e rede urbana no intento de apresentar os conceitos norteadores da pesquisa sobre as pequenas cidades da rede Urbana de Pato Branco. Consideramos importante entender a estruturação das cidades da rede para chegarmos a leitura do momento atual.

Discutimos na sequência questões específicas da formação histórica pertinente à formação de toda região onde a rede urbana está inserida, procurando demonstrar as principais atividades econômicas que se desenvolveram desde a ocupação até década de 1980.

A partir de então discutimos os principais aspectos responsáveis pelas mudanças na configuração da rede urbana. Além disso, buscamos entender a rede e a redefinição dos papéis econômicos das pequenas cidades inseridas no contexto da rede urbana.

As questões acima levaram-nos às reflexões referentes ao papel das pequenas cidades no contexto atual da rede urbana nacional. Buscamos discutir a importância dessas cidades, bem como o desafio dos agentes locais de desenvolvimento na busca de manter-se inseridos na lógica produtiva da rede urbana. Consideramos esses agentes locais aqueles responsáveis por iniciativas produtivas que dão dinamicidades as atividades econômicas. Iniciativas essas feitas com capital local tanto na agricultura quanto na indústria ou na prestação de serviços especializados. Para isso, apresentamos a gênese da pequena cidade de Chopinzinho sua formação social e econômica.

No capítulo dois apresentando as mudanças na rede urbana de Pato Branco como um todo. As principais mudanças na dinâmica produtiva e populacional que implicaram na atual configuração nos centros urbanos. Discutimos a dinamização das atividades agrícolas, urbanas e populacionais.

Por fim, dedicamos o três quatro a discussão referente à pequena cidade de Chopinzinho, buscamos expor como essa pequena cidade inseriu-se na rede urbana diante da reestruturação econômica nacional após 1970. Destacamos para isso, a dinamização das atividades agrícolas desenvolvidas e como essas atividades impulsionaram as atividades urbanas.

Destacamos algumas das principais atividades presentes em Chopinzinho bem como o papel dos agentes locais no desenvolvimento do potencial produtivo local, mesmo diante da desvalorização dessas atividades frente a conjuntura global. Apontamos algumas das principais iniciativas desenvolvidas na agricultura e nas atividades urbanas.

Nesse trabalho procuramos contribuir para os estudos referentes aos desafios do desenvolvimento das pequenas cidades na atualidade. Discussões essas que já vem ocupando os geógrafos brasileiros, mas que não se esgota, uma vez que há particularidades locais a serem consideradas e contextualizadas a cada formação social. Não pretendemos apresentar modelos, mas possibilidades as pequenas cidades do Brasil.

Na figura 1 apresentamos o mapa do recorte espacial estudado nesse trabalho. A rede urbana de Pato Branco localiza-se na região sudoeste do Paraná, em sua porção Leste. Juntamente com Pato Branco forma na atualidade 14 cidades. Em nosso trabalho procuramos ressaltar o desempenho das atividades econômicas das 13 pequenas cidades que compõem essa rede, procurando estabelecer uma leitura referente aos seus produtivos fluxos com Pato Branco.

Figura 1 – Mapa da localização da área de estudo



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: IBGE, 2010

1 AS PEQUENAS CIDADES DA REDE URBANA DE PATO BRANCO

1.1 FORMAÇÃO SOCIAL E REDE URBANA

Buscamos iniciar nosso trabalho refletindo a respeito da formação social para entendermos as bases estruturantes de nosso recorte de estudo, a rede urbana de Pato Branco. Nesse capítulo trazemos algumas reflexões a respeito da gênese das pequenas cidades que compõem essa rede, tomando como referência o conceito de formação social e econômica e rede urbana, para realizar uma leitura qualitativa das funções pertinentes a esses centros urbanos.

De acordo com Santos (1979), não há espaço sem sociedade, o espaço é socialmente construído ao longo do seu processo de estruturação produtiva, sendo assim consideramos a formação histórica da sociedade, o modo de produção, isto é, a sua formação econômica como fatores imprescindíveis para a leitura sobre a construção da rede urbana enquanto arranjo espacial.

Com isso, entendemos que uma formação social está vinculada às categorias: modo de produção, formação social e espaço (SANTOS 1979). Essas categorias determinam as formas presentes no espaço ao longo do processo de estruturação da sociedade ou de formação social.

À medida que a sociedade desenvolve suas relações de produção, vinculadas à divisão social e territorial do trabalho imprime no espaço formas particulares, que embora não possamos entendê-las fora do contexto da totalidade social, exprime características do percurso das mudanças produtivas por que passou. Daí a diferenciação dos lugares, onde cada sociedade constrói o espaço de acordo com suas necessidades, seu desenvolvimento e inserção na totalidade.

Nesse contexto, entendemos formação social como resultado da forma como essas forças produtivas se desenvolveram em uma dada sociedade, utilizando-se dos meios de produção disponíveis, modificando para isso o espaço, conforme a sua evolução e divisão trabalho, havendo diferentes temporalidades a serem consideradas. Os lugares compõem o espaço global como partes da produção e do consumo. Influenciam e são influenciados por essa dinâmica do todo.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão social do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial. (SANTOS, 1979, p.40)

Entendemos, com isso, que a formação social é a formação econômica da sociedade que envolve processos diversos de modificação e adequação do espaço sendo que este abriga temporalidades distintas percebidas nas redefinições de suas formas e funções.

A rede urbana como uma forma espacial, evoluiu juntamente com a divisão do trabalho e é resultado da formação social, uma vez que o histórico social e econômico, bem como cada transformação nas forças produtivas de uma dada sociedade, imprime ou modifica no espaço a sua rede de cidades. Aparecem, por isso, como um arranjo espacial estruturante sobre o capitalismo, vistos suas funções, “aglomerações produzindo bens e serviços como uma rede de infra-estrutura de suporte e com fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações”. (SANTOS, 1979, p.47)

Classificar a rede urbana é entender a formação social e econômica por que os atores produtivos avançaram ao longo da construção da rede. Mesmo por que a rede urbana não é isolada do contexto global, e evolui interligada com esse, modificando temporalmente sua forma para atender a novas funções, como veremos no âmbito das cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco.

No contexto global, à medida que o capitalismo se desenvolve e o território se estrutura avançando tecnicamente para permitir a sua fluidez, a maioria dos lugares tem condição de inserir-se na dinâmica da produção e do consumo. Aumenta o nível de consumo, a distribuição de bens, propiciada pelos meios de transporte e comunicação, e, por conseguinte possibilita-se a descentralização de atividades mais especializadas e a distribuição de bens diversificados via rede urbana.

Os lugares mais distantes das grandes aglomerações são inseridos na dinâmica do consumo, surge com isso maior quantidade de pequenas cidades ou cidades locais, com funções básicas para atender a população local agrícola, ou funções especializadas.

Para Corrêa (2001), a rede urbana é um reflexo social, diversos tipos de rede urbana são construídos no espaço dependendo da sua forma e função. Sobre isso o autor discute a complexidade em definir a rede urbana na atualidade, uma vez que com a maior divisão do trabalho em nível nacional, a rede urbana brasileira inseriu-se num processo em que não se pode utilizar uma nítida hierarquia de centros como no padrão Christalleriano, onde a rede urbana se estruturava em torno de metrópoles regionais ou em torno de rodovias e ferrovias que articulavam os territórios.

Há que se considerar a diversificação da produção, conseqüentemente o aumento da urbanização, estrutura espacial ligada à fluidez do território, onde as cidades constituem os nós de circulação e consumo, articuladas por uma rede de transportes e comunicação

crescente, demandado por isso, a criação de um número maior de serviços aumentando a complexidade funcional dos centros. (CORRÊA, 2001)

Nesse processo de reestruturação espacial, os centros urbanos redefinem suas funções muitas vezes especializadas, mesmo que seja para atender as necessidades da população agrícola, ou de outras atividades industriais diferenciadas, havendo por isso, uma complementaridade no âmbito da rede urbana. São criadas cidades intermediárias, entre aqueles centros com funções mais especializadas e os centros locais.

Na rede urbana de Pato Branco, o desenvolvimento das forças produtivas resultou em mudanças, ainda que lentas, no arranjo espacial pertinente a rede urbana. Configurando no espaço uma rede constituída por pequenas cidades especializadas em atender a demanda do desenvolvimento agropecuário ao longo do contexto de modernização pós 1970.

A gênese dos centros urbanos dessa rede resultou nessa que se manifesta na atualidade onde se pode ler no espaço das pequenas cidades a ação dos agentes locais de desenvolvimento para garantir a inserção produtiva no âmbito da rede urbana. As atividades primárias são base sustentável para o desenvolvimento das demais atividades que ocorrem no conjunto da rede.

Diante disso, nos esforçamos para realizar uma leitura da realidade que permeia a rede urbana enquanto recorte espacial. Sabemos que para isso é necessário ir além da análise das formas visíveis e entender a essência presente na formação histórica, isto é, levar em consideração não apenas o quantitativo na classificação das pequenas cidades em questão, mas principalmente os fatores que a qualificam.

A realidade não é estática e envolve inúmeras determinações que se concretizam ao longo do tempo em fenômenos espaciais dotados de várias interpretações. Para Kosik (1976, p.49), o fenômeno, concebido como síntese de múltiplas determinações, deve ser “[...] compreendido como um momento do todo”. Neste sentido, a realidade como parte do todo, é incompreensível sem o olhar para totalidade que dê sentido aos fenômenos estudados. Contudo, os fenômenos ou as partes integram o movimento e a totalidade. Não se pode apreender os fenômenos no espaço geográfico destituídos do contexto do todo, e o todo é a síntese da dinâmica das partes.

Um fenômeno é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer, efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio

significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo que não foi decifrado e determinados os momentos é um todo abstrato. (KOSIK, 1976, p. 49)

Entendemos com isso que para se conhecer a realidade é necessário avançar além do que é visível e desvendar seus processos estruturantes intrínsecos. Sendo que a realidade, como parte da totalidade, é entendida como a criação social do homem que ao longo do processo de produção de sua existência, apropria-se da natureza, desenvolvendo modos de produção e correspondentes relações de produção que determinam sua história social, bem como a compreensão da estrutura do espaço.

Nesse sentido Rangel (1955), alerta que no trabalho de investigação não se pode pretender alcançar a compreensão do processo sem que o estudemos sobre todos os seus ângulos.

Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação; a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica da produção. Paralelamente muda também a cultura, isto é, a idéia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive. (RANGEL, 1955, p.133)

Compreende-se que a história de uma sociedade é a história das mudanças em suas relações de trabalho. E esse processo envolve conflitos e contradições impostas pelo modo de produção e uso do espaço produtivo. Entretanto, não se pode negligenciar as particularidades que cada sociedade possui quanto ao modo de produzir e o desenvolvimento de suas forças produtivas. Fato que faz a diferenciação no espaço ocupado como se verá no tema do presente trabalho.

Santos (2009), afirma que o estudo de uma sociedade é o estudo das técnicas que essa utiliza ao longo de sua formação, devendo-se utilizar a evolução das técnicas como um meio de compreensão do espaço, pois esse instrumento nos permite entender “[...] a produção e transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, as condições de organização social e geográfica, necessárias à introdução de uma nova técnica” (SANTOS, 2009, p 39).

Além disso, não se pode deixar de perceber que no processo de mudança na estrutura produtiva de uma sociedade ocorrem alterações importantes. Esse processo não é harmonioso, pois envolve conflitos e resistências à medida que o capital impõe novas formas de reprodução e procura extirpar outras. Nesse percurso conflitante o espaço ganha nova materialidade.

Nesse contexto, o estudo da formação socioespacial exige a compreensão dos fatores históricos intrínsecos à sociedade estudada; essa compreensão não se dá isolada do contexto histórico de sua região e nação, permitindo melhores condições para o entendimento da totalidade.

Diante disso, o recorte espacial pode ser analisado quanto às relações existentes internamente, sem desvinculá-lo do geral e do processo de reprodução do capital. Nesse contexto procurou-se compreender o processo de formação social do Sudoeste do Paraná, contextualizando-o ao processo nacional. Nesse percurso o trabalho tem como objetivo principal a leitura da formação da rede de cidades de Pato Branco, para então chegar ao estudo da cidade de Chopinzinho.

Ao longo do processo estruturação do capitalismo a configuração do espaço se tornou cada vez mais complexa. Para a reprodução das condições de produção do capital, o espaço geográfico é construído e reconstruído conforme as mudanças que ocorrem. O modo de produção capitalista tende a se apropriar de espaços ainda não ocupados e reconfigurar outros.

Nesse sentido as estruturas necessárias à obtenção de mais-valia são realizadas visando a produção do capital o mais rápido possível. O espaço é modificado e construído para a divisão territorial do trabalho no qual se insere. Para Harvey (2006), o capitalismo tende sempre a expandir-se e para tanto cria condições no espaço.

A produção não é apenas imediatamente consumo e o consumo não é apenas imediatamente produção, a produção não é apenas meio para o consumo e o consumo não é apenas objeto da produção, mas também, tanto a produção quanto o consumo criam o outro, completando-se e criando-se o outro. (MARX, 1973, p. 93)

Nesse contexto a rede urbana de uma formação espacial é condição para a circulação e consumo. Para Santos (1979), a rede constitui-se uma armadura do espaço formada por cidades que se diferenciam quanto a sua centralidade, essas cidades são interligadas pela complementaridade produtiva.

Corrêa (2006, p. 15), define a rede urbana como “[...] um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Ressalta ainda que a rede urbana é condição para a

divisão territorial do trabalho, uma vez que cada cidade da rede possui um papel econômico que justifica sua existência.

Esse papel pode ser entendido a partir da formação social a qual se insere. Sendo assim o estudo de rede urbana nos permite uma visão a respeito dos determinantes espaciais que lhe conferem uma dinâmica própria. Mas, isto se vincula aos sucessivos processos de transformação nacional na rede urbana nacional, pois ocorrem mudanças quanto aos fatores de produção e circulação e as cidades tendem a adequar-se a esse processo estabelecendo mudanças em direção inserção na rede regional.

A rede urbana brasileira, após os anos 1930, foi criada e reorganizada para adequar o território à demanda de uma industrialização acelerada que imprimiu desigualdades territoriais e concentrou as atividades produtivas em grandes centros urbanos. Estes centros atuam na gestão territorial organizando a vida social e econômica da rede de cidades. A lógica do processo de industrialização e comunicação e tecnificação do território, com a melhoria dos meios de transportes, e informação permitiu a difusão da produção e do consumo resultando em uma rede urbana diversificada e complexa, há particularidades entre as cidades que não permitem apenas a análise da rede urbana como uma hierarquia de centros. (SANTOS,1993)

Particularidades de cada centro mediante a forma como cada cidade insere-se na rede regional, uma vez que as cidades são os nós que articulam a produção à circulação e ao consumo, viabilizando ainda, variadas atividades como “[...] decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final”. (CORRÊA, 2006, p.29)

Para que as atividades citadas acima ocorram é necessário que haja uma divisão do trabalho internamente a rede urbana. Isto nos remete ao entendimento de que as cidades possuem uma vinculação com a sua região no que concerne a especialização produtiva. Para Rochefort (1988, p. 14), “[...] A inserção geográfica da cidade em sua região repercute na maneira pela qual ela cumpre seu papel com relação a esta última”.

Além da compreensão da rede urbana como a articulação dos centros pela estrutura de circulação, Santos (2009 p. 212), adverte que “[...] a rede é também social e política”. Nesse sentido a rede de cidades possui em sua forma além da ação realizada por agentes globais, os determinantes sociais que são a cultura e o sistema produtivo que os atores envolvidos na sua formação histórica imprimem no arranjo espacial. Além destes atores, existem aqueles ligados aos interesses políticos e territoriais, que buscam definir o espaço a partir de interesses diversos, viabilizando determinado tipo de produção.

Santos (2009), discute o fato das redes serem cada vez mais globais, uma vez que as redes regionais, que são constituídas por cidades heterogêneas estão, pela globalização da economia, ligadas a outras redes regionais a rede nacional. Sendo assim, entende-se que a rede urbana não se limita a região, uma vez que, como ressalta o autor, ultrapassam mesmo os limites nacionais. Para o autor, isso resulta na transmissão, via rede urbana, do processo de globalização que assistimos. (SANTOS, 2009, p. 266)

À medida que os processos globais se estabelecem a partir de ciclos de exploração capitalista criam-se vários pontos no território para acelerar a circulação. Esses pontos são as cidades que participam de algum modo da estrutura produtiva, visando oferecer bens e serviços à população, viabilizando o consumo e oferecer serviços e equipamentos que complementem a produção regional. Cada cidade da rede desempenha um papel na criação, apropriação e circulação do valor excedente. (CORRÊA, 1989)

No processo de industrialização o papel das cidades, enquanto nós de circulação amplia-se na medida em que essa subordina o campo e drena o excedente da renda produzida no meio rural. Tanto a drenagem da renda fundiária quanto a absorção da população expulsa do campo pelo processo de mecanização da agricultura, se dá através de uma rede urbana. Ao mesmo tempo ampliam-se diferenciação na oferta de bens e serviços entre os centros da rede urbana tonando a vida mais complexa e diferenciada.

Na análise de uma rede urbana a partir de uma formação social, buscamos entender os processos envolvidos na formação da rede urbana de Pato Branco. Essa rede é constituída predominantemente de pequenas cidades, localizada na região Sudoeste do Paraná, cujas particularidades e processo de reinserção na rede regional após 1970 nos chamaram a atenção.

Especialmente no que tange à compreensão de iniciativas locais nas pequenas cidades para manter atividades produtivas frente à conjuntura exógena que tende a forte transformação nos lugares. Nosso esforço visa ressaltar as iniciativas locais como percurso de desenvolvimento frente aos desafios impostos pela exploração do grande capital.

Para o entendimento do que seja uma pequena cidade nos remetemos normalmente ao número de habitantes. No Brasil dos 5.507 municípios contados em 2000, 4.643 tinham de 500 a 20.000 habitantes. Santos (2008), afirma que a classificação das cidades pequenas apenas baseada no número de habitantes nos remete a generalização, sendo que a cidade funcional é qualitativa e apresenta aspectos de cada sociedade na qual se insere.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir as necessidades da atividade primária para servir as

necessidades inadiáveis da população, como verdadeira “especialização do espaço”. (SANTOS, 2008, p.87)

No contexto atual, as cidades locais estão mais entrelaçadas à economia e a rede nacional diante da melhoria dos transportes e das comunicações que permitiram haver nessas cidades, atividades diversificadas e acesso ao consumo não somente de bens de produção, mas de outros produtos. Nesse contexto, a cidade local está cada vez mais articulada à dinâmica do consumo.

De modo geral o que se considera como cidade local ou intermediária em uma rede urbana não cabe a outras redes, uma vez que as cidades são heterogêneas, isto é, possuem funções diversificadas. Para Santos (2009), a rede urbana possui no vértice as metrópoles vindo a seguir as cidades intermediárias ou cidades regionais e na base as cidades locais.

Corrêa (1999), afirma que diante do impacto da globalização, quando a dinâmica econômica tende a integrar todos os lugares produtivos, cada centro, por menor que seja, participa de um ou mais circuitos de produção.

A rede urbana de Pato Branco é constituída predominantemente por pequenas cidades, com pequenas distâncias entre elas. Segundo Corrêa (1999), esta é uma característica de lugares onde há grande densidade de população, sobretudo onde a organização fundiária é de pequenas propriedades demandando grande quantidade de centros para comercialização dos produtos locais. O que resulta em uma divisão do trabalho mais acentuada.

Contudo a tendência à concentração econômica que favorece os grandes centros urbanos como gestores territoriais dos mais diversos serviços e bens, atraem para si grande contingente populacional. Além disso, a anterior presença de atividades localizadas nas pequenas cidades e que davam a estas dinamicidade como o comércio atacadista, expedidores locais entre outros serviços foram eliminados ou transferidos para centros novos causando um esvaziamento econômico nos centros locais.

Há uma complexidade para definir pequenas cidades. Uma vez que na atual conjuntura econômica nacional de reestruturação econômica os centros locais, termo utilizado para classificar a dimensão mínima de funcionalidade dos centros urbanos, ganham novas e diversificadas atividades na busca de reinserção produtiva, sendo assim, extrapolando o nível de cidade local. (FRESCA,2010)

Com isso, concordamos com Fresca (2010), para definir pequenas cidades é necessário considerar a sua inserção na rede urbana regional. O número de habitantes não nos dá condição de classificar as pequenas cidades ou as cidades locais, uma vez que, considerada a

atividade que exerce no âmbito da rede urbana pode ser uma ou outra, e ainda, considerada a rede urbana em questão há de se classificar como cidade intermediária ou pequena cidade.

Para a autora, “os centros locais ofertam produtos de uso muito freqüente, não é possível utilizar o conceito de centros locais para todos os casos”. Isto é, consideramos os centros locais aqueles em que a oferta de bens e serviços é imediata às necessidades da população local, precisando por isso de complementaridade junto a rede urbana a qual se insere, enquanto que seu papel na rede urbana é reduzido a essa tarefa.

Por outro lado, a pequena cidade apresenta uma complexidade junto à rede urbana regional que “extrapola o denominado nível mínimo, contudo, não pode ser por isso considerada metrópole ou cidade intermediária” (FRESCA, 2010, p.77).

As pequenas cidades apresentam uma complexidade maior de funções que visam atender a demanda de suas atividades produtivas, muitas vezes especializadas. Com isso consideramos sua formação social e evolução de suas forças produtivas na refuncionalização da cidade que leva a atender as novas atividades ou atividades antigas que se modernizaram.

Assim, a cidade deixa de atender apenas as necessidades imediatas da população para ofertar insumos produtivos e mão de obra qualificada, como verificamos na rede urbana de Pato Branco, onde as atividades agrícolas diversificaram-se e modernizaram-se, demandando por isso novas atividades urbanas. Fresca (2010), explica esse processo, destacando que:

À proporção em que o campo se moderniza ocorre uma expansão do consumo produtivo, isto é, o consumo de máquinas, equipamentos, sementes insumos químicos, dentre outros necessários à produção propriamente dita. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. (FRESCA, 2010, p.79)

Consideramos as cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco como pequenas cidades, visto que o processo de reinserção junto à rede urbana em questão. Cidades essas, que embora permaneçam no papel de atender as necessidades de bens e serviços mais básicos da população, procuraram acrescentar outras atividades importantes como oferta de lojas especializadas em insumos agrícolas, contando com mão de obra especializada com veterinários agrônomos, laboratórios especializados com material especial no tratamento de gado leiteiro, como no caso da cidade de Chopinzinho, como veremos a frente.

E à medida que as atividades agrícolas foram sendo complementadas com as das cidades, outras atividades urbanas foram sendo criadas para atender a demanda da população. Diante do aumento da renda da população proveniente das atividades agrícolas, atividades diversificadas são necessárias para atender a aquela população especializada. Como, por

exemplo, serviços médicos, odontológicos, lojas especializadas; é possível encontrar na pequena cidade de Chopinzinho, embora com 19 mil habitantes, serviços de UTI, lojas especializadas em confecção como Hering; O Boticário, redes regionais de supermercados, diversificando a oferta e o preço dos produtos. Serviços especializados em produção alimentícia ou construção civil e metalúrgica, por exemplo, com mercado extra regional.

As atividades citadas acima não qualificam essas cidades pequenas como cidades intermediárias ou metrópoles, como deixa claro Fresca (2010). Contudo são atividades que foram criadas a medida que a especialização produtiva aumentou diante da necessidade de reinserção na rede urbana regional, dando sustentação a população da pequena cidade, contrariando a lógica do esvaziamento populacional impulsionada pela concentração econômica em grandes centros urbanos.

Diante disso importa-nos saber quais atividades e quais arranjos dão suporte à existência das pequenas cidades. Santos (2009), lembra-nos que, embora haja no período atual a tendência a concentração, existem fatores de dispersão que são significativos. E as cidades menores muitas vezes se valem destes fatores para atrair para si atividades produtivas diversas. O autor ressalta que os fatores de dispersão são viáveis neste período técnico científico informacional, quando os meios de transporte e comunicação possibilitam a fluidez no território.

Além disso, o autor destaca outras vantagens comparativas às grandes cidades que muitas vezes são o principal motivo de dispersão industrial para as pequenas cidades. Dentre as principais vantagens estão: mão de obra barata; proximidade aos mercados rurais; baixo custo de terrenos; alugueis baratos e menores índices de poluição.

Para Endlich (2006, p.339), [...] “em centros menores há a predominância de ramos tradicionais da indústria: têxtil, confecções, calçados, móveis, cerâmicas, transformação metálica e produtos alimentícios”.

Para a autora esses ramos, de baixo valor agregado, valem-se da mão de obra pouco qualificada remetendo esses lugares ao atraso quanto à inovação industrial, que são por excelência as grandes cidades por uma série de atributos favoráveis. Além destes fatores, a autora cita outros que chama de virtuosidades espaciais, como subsídios, incentivos financeiros e desregulamentação; o que remete todos os lugares na divisão do trabalho e acumulação do capital (ENDLICH, 2006).

Os fatores acima nos levam a crer que as atividades industriais em cidades pequenas, vinculadas aos fatores de dispersão, valem-se especialmente das vantagens citadas, mas por vezes não atendem aos interesse de desenvolvimento local. Além disso, as iniciativas locais

na busca de apresentar vantagens, põem as cidades em uma verdadeira disputa remetendo essas cidades à uma especialização dependente, que Endlich (2006) chama de monocultura ou monoindústria.

Contudo, concomitante aos fatores de dispersão das atividades produtivas há nas pequenas cidades os fatores endógenos de desenvolvimento que podem ser arranjos produtivos locais, inovações produtivas desenvolvidas por agentes locais na busca de outra inserção da cidade na rede urbana regional. Esses fatores muitas vezes impulsionam a economia local, propiciando desenvolvimento econômico e social aos habitantes da pequena cidade.

Embora essas atividades não possam ser analisadas desvinculadas dos fatores macroeconômicos e nem mesmo independente de incentivos públicos, para estruturação local é importante entendê-las como iniciativas necessárias e muitas vezes contraditórias à tendência concentradora.

Endlich (2006, p. 333), ressalta que as “[...] estratégias de desenvolvimento local procuram aproveitar as potencialidades locais” e buscam inclusive a independência frente aos fatores exógenos, utilizando recursos e capacidades dos atores locais. A autora prossegue sua análise afirmando que embora haja o empreendedorismo local, este deve caminhar junto com o investimento do governo, dando subsídio às iniciativas locais incentivando os diferenciais e potencialidades.

A autora chama atenção para os atributos das pequenas cidades que favorecem o desenvolvimento de atividades locais, como a unificação de interesses em nome do desenvolvimento local com a valorização dos diferenciais. (ENDLICH, 2006)

Sobre isso Fresca (2009), discute a redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná, analisando como algumas cidades ganharam novas atividades a partir das iniciativas locais, com recursos próprios levando-as a uma especialização produtiva e outra inserção na divisão territorial do trabalho. Contudo, não deixa de ressaltar que as iniciativas locais estão sobre a influência macroeconômica de incentivos econômicos e políticos que viabilizem ou não a realização das atividades industriais locais.

Nas cidades da rede de Pato Branco, verifica-se uma pequena variação populacional, concomitante a uma baixa concentração de atividades industriais. Na maioria dessas cidades o PIB industrial é aproximadamente duas vezes menor que o PIB agropecuário (IBGE, Cidades 2007). De outro lado cresce a centralidade de Pato Branco na oferta de serviços diversificados e bens de uso menos freqüentes.

Tem-se, portanto, um objeto de estudo que nos remete a análise das atividades que dão sentido a existência das pequenas cidades da rede em Questão, visando entender como, diante da dinâmica global, as pequenas cidades dão suporte a sobrevivência da sua população e quais fatores contribuem para o seu desenvolvimento econômico; sobretudo qual o papel dessas cidades na inserção da rede urbana regional.

No próximo item discutiremos a formação social das cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco. Consideramos a formação social de toda a região onde essa rede está inserida para então chegar às particularidades das cidades estudadas. Entendemos que a compreensão do processo histórico é necessária, uma vez que o entendimento da forma atual perpassa pelos processos estruturantes ao longo da formação social e econômica da sociedade no espaço geográfico.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DA REDE URBANA DE PATO BRANCO

A estruturação da rede urbana de Pato Branco está inserida no contexto geral de formação social do Sudoeste paranaense. Ao longo de sua formação histórica percebe-se a dinâmica da estruturação do sistema produtivo bem como o percurso de inserção no projeto nacional de desenvolvimento. O Sudoeste do Paraná foi alvo de movimentos migratórios que foram decisivos na produção da sua rede de cidades.

Os principais estudos sobre a rede urbana do Sudoeste datam de fins da década de 1960, já que a colonização se fez predominantemente após 1940 simultaneamente com o processo de construção da rede de cidades. O estudo mais detalhado sobre a formação das cidades e da rede urbana é de Corrêa (1970), que se dedicou à pesquisa das relações entre os núcleos urbanos recém formados, considerando as atividades produtivas e principalmente a relação da hierarquia urbana, que se estabelecia na região; além disto, observa forte relação com diversas outras regiões do estado e do país, como São Paulo e Porto Alegre.

A maior parte das cidades que compõem a rede urbana do Sudoeste teve sua formação após a Segunda Guerra Mundial, no contexto nacional da aceleração da industrialização no país, da interligação de diversas regiões pela construção de estradas de rodagem ligando grande parte das regiões à Região Sudeste. Esse fato acelerou a circulação e melhorou a fluidez, tendo como consequência a construção de diversos núcleos urbanos que se tornaram receptores e distribuidores de diversos produtos e serviços, principalmente os manufaturados (SANTOS. 1993).

No estudo de Corrêa (1970), sobre o período anterior à colonização do Sudoeste são relatados aspectos referentes ao modo de ocupação, às atividades produtivas realizadas e aos povos que habitavam o lugar. A partir desse estudo percebem-se mudanças importantes quanto à ocupação anterior e posterior à década de 1940.

Segundo dados trabalhados por Corrêa (1970), no recenseamento de 1900, o Sudoeste do Paraná contava com cerca de 3.000 habitantes incluídos em um único município chamado Clevelândia. Até então o Sudoeste era visto apenas como região fronteira e não havia atividades produtivas significativas. A partir deste período alguns imigrantes de origem luso brasileiro provenientes dos campos de Palmas e Guarapuava passaram a habitar a região em terras devolutas. Agregados expulsos de grandes fazendas nas regiões dos campos, foragidos da justiça do estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e por fim imigrantes argentinos e paraguaios ali se instalaram em busca da extração da erva mate, atividade importante na região a partir de então.

O autor chama a atenção para a importância da atividade extrativa da erva mate no período. Em meados do século XIX as exportações brasileiras de erva – mate cresceram significativamente e o Paraná passou a ser o principal exportador. Em 1855 o estado exportava 5.000 toneladas e já em 1924 passou a exportar 60.000 toneladas, respondendo por 75% das exportações. Essa atividade produtiva foi o grande atrativo populacional até 1930 quando entra em colapso a comercialização desse produto (CORRÊA, 1968).

Nos dados do recenseamento de 1930, verifica-se que a maior parte da população encontrava-se no núcleo do atual município de Pato Branco e na Colônia militar do Chopim, atual município de Chopinzinho. Nesses núcleos havia maior quantidade de posses da terra enquanto as demais áreas eram pouco ocupadas, sendo posteriormente subdivididas devido à atividade de criação extensiva de suínos, num sistema primitivo, onde os porcos eram criados soltos na plantação de milho. Até 1930, a região era desprovida de meios de transporte e circulação, os porcos criados eram comercializados fora da região, sendo transportados a pé até União da Vitória e Ponta Grossa especialmente para a produção de banha.

Apesar de a ocupação cabocla ser pouco expressiva no âmbito estadual e nacional, essa teve participação importante na formação socioespacial da região, pois muitos caboclos tornaram-se importantes bodegueiros que realizavam a comercialização da produção regional. De outro lado, as atividades ervateiras e de criação de porcos foram os embriões de algumas cidades importantes na região, como Pato Branco. Corrêa (1970), destaca a cidade de Barracão, fronteira com a Argentina, que teve origem na atividade ervateira, juntamente com a cidade de Santo Antonio do Sudoeste. Já a atividade de suinocultura deu impulso a criação

de Pérola do Oeste e Dois Vizinhos. Vila Nova, atual Pato Branco teve vital importância no escoamento e comercialização de suínos, erva-mate, couros e demais produtos, por ser o ponto final de uma estrada que ligava a região à União da Vitória.

A maior parte dos municípios da região formou-se a partir de 1950 e 1960 (IPARDES, 2004). As migrações mudaram significativamente o sistema produtivo e a divisão do trabalho da região e marcaram a história regional como uma das mais expressivas lutas pela terra no período. Foi uma luta contra estruturas jurídico-políticas que marcariam as relações socioeconômicas. Santos (1979, p.39), ressalta que “[...] a cada nova divisão do trabalho, quando de um novo momento decisivo, a sociedade conhece um movimento importante”. Nesse contexto é que procuramos evidenciar o novo movimento ocorrido após 1945, quando novos acontecimentos marcam a formação da região.

A região Sudoeste chegou a pertencer à Argentina, sendo legalizada como brasileira apenas em 1895 (LAZIER, 1986). Alvo de diversas disputas, um dos fatores mais atuante na formação socioespacial dessa região foi a ação das madeireiras motivadas pela abundância de araucárias nativas da região. Lazier (1986), relata com propriedade o processo conflitante desse período, bem como a chegada dos imigrantes que impulsionou a mudança estrutural da região.

Como já citado, a região possuía um único município, denominado Clevelândia, decretado como tal em 1891, além de poucos povoados, dentre os quais o mais importante era denominado Canela, elevado à categoria de distrito judiciário em 1927 com o nome de Bom Retiro, hoje Pato Branco.

A região foi alvo de diversos conflitos, desde o Contestado, depois com a criação do estado do Iguazu e o estado das Missões, foram criados ainda no século XIX algumas colônias militares como as de Foz do Iguazu, Colônia Militar do Chopim e de Chapecó já que estavam em uma região fronteira. Essas colônias deram impulso importante à criação das cidades na região, pois os militares fixaram-se nessas localidades demandando condições de vida e serviços variados.

No final do século XIX já havia estrada de ferro sendo construída na região: principalmente a que ligava Palmas a Porto União, e a outra estrada importante que ligava São João a Barracão passando por Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Santana, Campo Erê e ligando-se à Argentina, sendo imprescindível para o escoamento produtivo, principalmente da erva-mate.

No Sudoeste do Paraná essas companhias tiveram papel fundamental. Os militares que permaneceram na região após o serviço militar requereram junto ao órgão colonizador a

legalização das terras onde haviam permanecido com suas famílias. Em 1941 foi criada a Colônia Agrícola General Osório- CANGO, criada por Getúlio Vargas como parte do projeto “Marcha para o Oeste”, com o intuito de ocupar as regiões fronteiriças com a Argentina e Paraguai, sendo legalizada em 1943. Esta companhia permitiu a ocupação dos municípios de Capanema, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Francisco Beltrão (KRUGER, 2004).

Esse órgão colonizador impulsionou a migração de gaúchos e catarinenses provenientes da região Noroeste do Rio Grande do Sul e da região do vale do Peixe, região central de Santa Catarina. Descendentes de italianos e alemães viram-se em sua região pressionados devido à alta densidade populacional nas posses da terra o que resultou no empobrecimento dos colonos ali presentes. Atraídos para a região devido à ação de distribuição de terras gratuitas, esses descendentes de italianos e alemães chegam ao Sudoeste do Paraná por volta de 1945.

Segundo Kruger (2004), a CANGO foi responsável pela instalação e estruturação produtiva dos colonos que ali chegaram. É imprescindível destacar que esses imigrantes saíram de uma região onde as relações de produção eram diferentes da então região de destino. A agropecuária era caracterizada pela policultura para o mercado e viria modificar as relações estabelecidas no Sudoeste do Paraná.

Kruger (2004), foram distribuídos lotes de 25 a 50 hectares por família, madeira para construção das casas, serviços médicos e odontológicos. A CANGO era um órgão ligado ao Ministério da Agricultura e voltado para a produção de subsistência. A instalação desse órgão na região foi fator decisivo para as mudanças ocorridas. Além disso, a CANGO foi responsável também pelo melhoramento nas vias de circulação a fim de facilitar o trânsito na região e a comercialização produtiva.

Entretanto, os acontecimentos posteriores foram marcantes na história da estruturação fundiária, bem como na fixação do colono nessa região. Ainda no início do trabalho de estruturação regional, instalaram-se no Sudoeste companhias madeireiras atraídas pela abundância de Araucária principalmente a partir de 1950 como a Clevelândia Industrial Territorial Ltda – CITLA. Essa companhia apropriou-se de terras na região através do recebimento de uma indenização do Estado cabível a um cidadão atingido pela construção, em anos anteriores, de uma estrada de ferro. Sendo que esse cidadão não recebeu a indenização, a companhia por tomada de crédito recebeu na justiça a posse de uma porção de terras no Sudoeste do Paraná denominada gleba das missões e parte da gleba do Chopim. (LAZIER, 1986)

A partir de então a atividade extrativa da madeira mudou o desenvolvimento dos municípios da região. Alguns núcleos tornaram-se importantes a partir dessas atividades, desenvolvendo outras significativas para a região e desencadeando novas relações de produção.

Em Pato Branco, havia 114 serrarias e laminadoras, as casas eram construídas pelos proprietários e cedidas para abrigar os operários e suas famílias. A convivência entre eles, a união de interesses e as necessidades comuns deram aos aglomerados assim constituídos características de sociedade, exigindo escolas e trazendo o apoio da igreja, transformando vilarejos em distritos e muitos deles em municípios. (KRUGER, 2004, p. 196)

Entretanto, a atuação da CITLA na região estagnou o trabalho colonizador iniciado pela CANGO. Posteriormente, além da CITLA outras madeireiras começaram instalaram-se na região como a Comercial Apucarana, todas do grupo Lupion ligados ao governador do Paraná no período, Moisés Lupion. A ação dessas companhias na região era repressiva aos colonos e esses se viram acuados num sistema violento de ação dessas madeireiras.

Lazier (1986), relata esse processo, afirmando que a CITLA, de posse legal de título da terra, conseguiu em 1953 um decreto suspendendo as atividades da CANGO. Iniciou-se então um processo oneroso de opressão aos colonos instalados. As madeireiras possuíam muitas dívidas junto ao Estado, e num esforço para conseguir saudá-las resolveram vender as terras onde os posseiros moravam, obrigando-os a assinar promissórias com valores superiores aos combinados usando de violência e ameaças para pressioná-los.

Wachowicz (1987), relata atos bárbaros de tortura e assassinatos realizados por jagunços contratados pelas madeireiras. Os colonos eram obrigados a pagar pela posse da terra, caso contrário, viviam sobre o medo e opressão. Quando reclamavam a situação junto ao governo não eram ouvidos, visto que esses grupos, como já citado, eram ligados ao governador do Estado, que era omissos as reivindicações de expulsão das empresas instaladas na região.

Por conseguinte, esses acontecimentos desencadearam a necessidade de luta armada. Em 1957 esses colonos, cansados de buscar por meio legais a regularização de suas terras e o fim da opressão imposta pelas madeireiras, iniciaram uma luta armada contra os madeireiros, reivindicando a regularização da posse da terra, exigindo a expulsão das grandes madeireiras. Exigiram ainda uma ação da União, já que o governo do Estado atendia a interesses contrários. Essa ação resultou em um dos conflitos armados mais expressivos da época que repercutiu nacionalmente como uma importante luta por reforma agrária. “Foi, não resta

dúvida, uma das mais importantes lutas pela terra ocorridas no Paraná e no Brasil. O mais significativo desse movimento é que os posseiros foram vitoriosos. A CITLA foi expulsa da região pelo povo armado” (LAZIER, 1986, p.81).

Após a retirada dessas madeiras houve a luta pela regularização da propriedade da terra o que demandou uma nova companhia colonizadora para auxiliar no novo processo que se iniciara na região com a revolta dos colonos. Instaurou-se, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP, que deu continuidade ao trabalho iniciado pela CANGO e interrompido pela CITLA. Para Lazier (1986), a ação da GETSOP foi em direção a uma verdadeira reforma agrária, cujas ações foram: a distribuição de sementes aos produtores; incentivo a mecanização agrícola, aumento significativo do número de tratores e máquinas, fornecimento de crédito, legalização da propriedade da terra, diminuindo o número de posseiros que em 1960 eram 18166 e em 1970 passou para 3707.

Após esses conflitos houve um processo de mudança na agropecuária com implantação de técnicas modernas concomitantes às mudanças na estrutura produtiva da agricultura no Brasil, isto é, início da incorporação acelerada de tecnologias agrícolas nesse setor. Graziano (1998), ressalta que o período de modernização conservadora de 1965 a 1970, trouxe como característica vários fatores que contribuíram para a modificação da estrutura agrícola. O autor cita a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à modernização conservadora, a fase ascendente do ciclo econômico, conhecido como o “milagre econômico”, ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da revolução verde e a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas.

Os acontecimentos acima mencionados impulsionaram uma redefinição na estrutura dos municípios da região. A criação de algumas cidades no Sudoeste paranaense é anterior aos acontecimentos citados e à ocupação dos imigrantes gaúchos e catarinense. Entretanto nos anos posteriores à redefinição da base produtiva agrícola foi importante para o entendimento da etapa final de estrutura da rede urbana regional.

As atividades agrícolas foram sendo desenvolvidas bem como as alterações regionais e extra regionais. O fluxo de mercadorias e serviços ampliou-se à medida que as atividades agrícolas foram sendo diversificadas. Tradicionalmente os migrantes gaúchos praticavam a policultura voltada para o mercado. No contexto já discutido e mediante suporte fornecido pelas empresas colonizadoras, essas atividades tenderam a ampliar-se junto ao mercado e a intensificar as relações entre as cidades, bem como a concentração de determinados serviços em centros de colonização mais antiga, como Pato Branco e Francisco Beltrão.

Corrêa (1970), analisou as relações existentes entre as cidades da região destacando as principais atividades e os fluxos de serviços e mercadorias entre as cidades da rede urbana, principalmente os mecanismos de comercialização dos produtos regionais. Nesse estudo apreendemos como determinados municípios foram especializando-se em fornecer certos produtos e serviços menos frequentes enquanto outros se colocaram, na rede urbana, como expedidores de produtos agrícolas para o mercado regional ou extra-regional. Deter-nos-emos, por ora, a esse estudo visto sua relevância.

De acordo com o autor citado, em 1960 já havia poucas terras a serem povoadas na região, devido ao processo de colonização intensificado pela GETSOP. Destaca-se que a região era formada pela pequena propriedade familiar voltada para a policultura, tendo como principais culturas o milho, feijão, trigo, fumo e criação de suínos. Parte da produção destinava-se a atender as necessidades das famílias e parte era comercializada. As atividades industriais eram pouco expressivas; em 1965, contava com apenas 1,1% da população ocupada, e as principais atividades industriais eram serrarias e moinhos. No período, outras atividades como as de beneficiamento de alimentos ganhavam destaque, principalmente o de óleo de soja, destacando-se no âmbito estadual como umas das regiões de maior produtividade nesse setor.

A região de colonização recente ganha importância na divisão territorial do trabalho com atividades agrícolas enquanto a atividade industrial por isso não se destacava e a taxa de urbanização era pequena. Em 1968 apenas Pato Branco e Francisco Beltrão contavam com mais de 10.000 habitantes e cerca de 90% da população era rural.

As cidades, por sua vez, foram sendo construídas e desenvolvendo funções de centros coletores e distribuidores de produtos rurais e fornecedores de bens e serviços indispensáveis à população urbana e rural. Assim, além dos centros mais antigos, criaram-se outras vilas e povoados na região.

Nesse período o volume produtivo posto a venda no mercado era pequeno, a soma destinada ao mercado vinha da junção feita pelos produtores. Além disso, havia a deficiência de transporte principalmente pela ausência de caminhões particulares. Esses fatores impulsionaram o surgimento dos intermediários. Os atravessadores existentes no período eram os colonos comissionados, os bodegueiros, os atacadistas-distribuidores-expedidores, os motoristas de caminhão, os atacadistas reexpedidores, as organizações varejistas, as empresas industriais e os órgãos governamentais (CORRÊA, 1968).

Durante muitos anos o bodegueiro teve papel importante na tarefa de coleta e distribuição da produção agrícola. Esse instalava um galpão no meio rural, recebia a produção

agrícola e fornecia ao agricultor produtos de consumo indispensáveis. Com esse bodegueiro relacionavam-se os produtores que tinham menos de 50 ha de terra. O bodegueiro trabalhava para algum comerciante citadino, por uma comissão e por bens de consumo. Agia também como armazenador, ou quando dispunha de caminhão, cobrava frete para transportar a produção. Formava-se uma rede intermediada pelo bodegueiro.

Por sua vez, o atacadista-expedidor-distribuidor agia de forma mais complexa na rede urbana. Mantinha transações com o bodegueiro, recebia a produção e encarregava-se de expedi-la para fora da região, principalmente para Curitiba de onde seguia para o Rio de Janeiro. Quanto aos produtos fornecidos para os produtores, havia maior variedade não apenas de bens de consumo, mas de produtos necessários ao agricultor como sacaria, sementes e até mesmo aval de crédito ou crédito direto.

As firmas reexpedidoras encontravam-se fora da região, possuindo ali filiais expeditoras-distribuidoras para o controle da produção. Assim a comercialização dos principais produtos da região, como feijão, milho e soja eram feitas por firmas extra-regionais. Essas firmas mantinham também na região alguns postos comissionados, encarregados pela compra dos produtos locais. Quanto às organizações varejistas havia uma rede de filiais responsáveis por distribuir os produtos ao consumidor, tendo suas sedes principalmente no Rio de Janeiro.

Muitas empresas que mantinham na região uma filial reexpedidora ou um posto comissionado, posteriormente vieram a instalar-se definitivamente. Exemplo disso é a empresa Sousa Cruz que de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, comprava fumo produzido no Sudoeste, principalmente do município de Capanema, que teve sua economia impulsionada por esta produção, além de possuir atacadistas comissionados que controlavam a qualidade do produto através do fornecimento de sementes e dinheiro aos produtores. Posteriormente essa empresa instalou-se na região de Capanema e outras firmas do ramo vieram em seguida.

O autor ainda ressalta que as empresas da região, no período considerado eram todas distribuidoras de bens de consumo, tendo importância no âmbito local, porém sem relações extra-regionais, visto que não possuíam filiais fora da região. Os produtos expedidos eram em sua maioria destinados sem beneficiamento no local, visto a ausência dessa prática na região. Além disso, havia uma drenagem da renda fundiária, pois as firmas expeditoras locais mantinham dependência das firmas extra-regionais, sendo o preço pago ao produtor rural muito inferior ao preço final do produto comercializado fora da região.

Outro ponto importante estudado por Corrêa (1968), foi o acesso aos mercados no período. Segundo o autor, por um longo período as cidades de Porto União e União da Vitória

ocuparam lugar relevante como centros de comercialização de mercadorias; visto que possuíam um ponto de entroncamento de ferrovias. Essas cidades perderam importância nessa tarefa posteriormente para Pato Branco e Francisco Beltrão.

Francisco Beltrão era o principal centro onde se concentravam as firmas extra-regionais encarregadas da coleta e expedição da produção agrícola. Portanto esse centro ocupava grande importância na coleta da produção regional principalmente da porção central e ocidental do Sudoeste. Em Pato Branco havia uma importante indústria de óleo vegetal que atraía quase todos os produtores de soja da região. A influência dessa cidade abrangia a porção oriental. Já no extremo Oeste da região a cidade de Capanema tinha papel fundamental na coleta de fumo dos produtores dos municípios vizinhos, especialmente Planalto e Pérola d'Oeste.

Quanto à distribuição o autor destaca que havia distribuição varejista não especializada, distribuição varejista especializada, e distribuição mista. Na região Sudoeste apenas as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco dispunham de distribuição especializada de determinados produtos, sendo que Pato Branco, já disponibilizava de maior quantidade de assessorios e maquinários, bem como de serviço médicos, farmacêuticos e odontológicos, além de concentrados, rações e veículos. Nessas duas cidades também se destacava a presença de firmas atacadista de bebidas, cigarros, remédios e tecidos.

Quanto às indústrias existentes na região, destacavam-se as madeiras e as de beneficiamento alimentício. Os produtos dessas indústrias eram comercializados apenas regionalmente. Em 1965 havia 145 estabelecimentos industriais, destacava-se a produção de telhas, tijolos, artefatos de cimento e espelho, fogões a lenha, esquadrias, portões e grades, artigos de funilaria e carroças, carrocerias de madeira para veículos, móveis de madeira, fôrmica arreios e selas (CORRÊA, 1968, p. 54).

A forma de abastecimento dos varejistas da região se dava também por meio da distribuição efetuada pela cidade de Cascavel, que no período já desempenhava papel importante como distribuidora para a região Sudoeste. Outros produtos eram adquiridos por meio de frete de retorno, que era o aproveitamento do caminhão que levava cereais e suínos produzidos na região e retornava com produtos manufaturado, principalmente de Curitiba, Ponta Grossa e São Paulo. Os principais produtos trazidos à região dessa forma eram açúcar, café e sal.

Outros produtos como tecidos e confecções eram fornecidos por meio de pedidos a viajantes representantes de firmas extra-regionais diretamente das fábricas, que nesse ramo, localizavam-se principalmente em Santa Catarina. Produtos como ferramentas também eram

comercializados dessa forma, nesse caso vindos de firmas principalmente da região de Porto Alegre.

De São Paulo vinha o principal fornecimento de produtos para a região Sudoeste, no entanto, os produtos comprados desse estado não eram encomendados por viajantes e sim por compra direta que o produtor fazia na região através do frete de retorno, ou seja, na oportunidade em que vendia seu produto em São Paulo trazia de lá os produtos manufaturados necessários ao abastecimento da região. Corrêa (1968), aponta 82 produtos dos quais 61 eram levados de São Paulo ao Sudoeste através de compra direta.

A comercialização com Curitiba também era importante e feita secundariamente da mesma forma que em São Paulo, além de conter a maioria das sedes das firmas que dispensavam viajantes para as empresas atacadistas da região. Segundo dados do autor citado, 44 % do abastecimento da região era realizado por compra direta em São Paulo e Curitiba, outros 46% eram feitos nos estados do Sul por meio de viajantes atacadistas. As regiões do Vale do Itajaí e Joinville em Santa Catarina forneciam confecções. As áreas de povoamento antigo no Rio Grande do Sul, as cidades de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, São Leopoldo e Taquarã forneciam importância em calçados e ferragens agrícolas.

Para outros produtos, de comércio exclusivamente distribuidor dependente do fornecimento extra-regional para o abastecimento de produtos industrializados como eletrodomésticos, armarinhos, calçados e confecções, produtos farmacêuticos entre outros, São Paulo era o principal fornecedor através de viajantes atacadista, seguido por Curitiba e Porto Alegre respectivamente.

Com o abastecimento da região com produtos de uso frequente e de uso mais raro, algumas cidade foram, ao longo do processo de consolidação da rede urbana, definindo seu papel. Dessa forma as cidades que desempenhavam papel importante na coleta e expedição de produtos agrícolas ganham importância mediante sua estrutura econômica, além de ser o local das sedes das filiais de empresas extra- regionais.

No item a seguir discutiremos as mudanças ocorridas na rede urbana de Pato Branco pós 1970. Para isso, analisamos o desenvolvimento das atividades produtivas entre as décadas de 1970 e 1980. Considerando as mudanças ocorridas especialmente na agricultura que apresentou nesse período mudanças significativa em sua base produtiva e que resultou numa reorganização das atividades secundárias e terciárias nas cidades da rede.

A análise a seguir nos deu condições de entender as mudanças ocorridas na rede e a configuração que se apresenta na atualidade. Como descrito no capítulo seguinte. Para tanto

dividimos o item a seguir de acordo com as características tanto da agropecuária, mostrando a evolução da produção nos municípios, quanto das atividades urbanas, com a mesma intenção.

1.3 A DINÂMICA DA REDE URBANA DE PATO BRANCO ATÉ 1980

1.3.1 Atividades agropecuárias

Destacamos no início deste trabalho que a gênese das cidades da rede urbana de Pato Branco está vinculada principalmente às atividades agrícolas desenvolvidas na região desde antes da colonização e especialmente após esse processo. O desenvolvimento das atividades agrícolas intensificou as atividades urbanas destinadas ao abastecimento da produção e outros bens e serviços diversificados cresciam na medida em que a economia da região ia se estabelecendo com atividades voltadas para o mercado, além das de subsistência.

As cidades da rede ganharam expressividade local no fornecimento de bens e serviços em decorrência das atividades agrícolas que se desenvolveram e se modernizaram. Atividades essas ligadas primeiramente ao abastecimento de produtos para a agropecuária e de bens mais raros, industrializados extra-regionalmente. Vários centros foram criados ou se desenvolveram após o processo de ocupação visando o atendimento das atividades agropecuárias.

Na rede urbana de Pato Branco, as mudanças ocorridas na agropecuária acompanharam a dinâmica nacional de modernização da agricultura, com redefinição da estrutura produtiva e das relações de produção. Sobre isso Santos (2008), destaca a existência de uma heterogeneidade das atividades produtivas na agropecuária e uma diferenciação entre os municípios no decorrer do processo de modernização da agricultura.

Até então, no contexto nacional, a demanda por produção agrícola era suprida pela produção horizontal baseada na abundância de terras no território brasileiro. Isto é, eram incorporadas novas áreas no processo de produção. A introdução do progresso técnico e do aumento da produtividade intensificou-se, principalmente após a década de 1960, mesmo período em que ocorreu um esgotamento das fronteiras agrícolas nos principais estados produtores como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Foi também nesses estados que se iniciou um processo de intensificação no progresso técnico pela pesquisa e desenvolvimento de técnicas agropecuárias (IPARDES, 1980).

Concomitante a esses acontecimentos, na base produtiva da agropecuária, verificamos que entre 1940 e 1980 ocorreu no Brasil um processo de inversão da população rural em urbana. “A população vivendo nas cidades conheceu um aumento espetacular: cerca de novos

cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950” (SANTOS, 1996, p.29).

Período em que, segundo Gonçalves (2007), verificava-se uma inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, fator que impulsionou medidas que favoreceram a produtividade a fim de atender a demanda interna e externa. As principais medidas de incentivo ocorreram via investimento público. Dentre as medidas citadas pelo autor estão: fornecimento de crédito através do Sistema Nacional de Crédito (SNCR), estímulo ao consumo de insumos agrícolas como fertilizantes e máquinas agrícolas.

No Paraná, verificou-se após a década de 1970, uma rápida inversão da população rural em urbana, decorrente da mudança na base produtiva que ocorreu no estado. Segundo Fleischfresser (1988, p 22), “as maiores alterações ocorreram na base produtiva, relações de produção, força de trabalho e estrutura fundiária”.

A mesma autora ainda ressalta que no Oeste e Sudoeste do Paraná, a ocupação realizada por produtores que desenvolviam atividades mercantis, embora não fossem detentores de capital, possuíam capacidade de endividamento devido as atividades de comercialização de uma parte da produção. Esse fator garantiu a adoção de técnicas modernas e mudanças na base produtiva da região.

Segundo Santos (2008), o Sudoeste intensificou a sua modernização a partir de 1970, quando a maioria das terras passou a ser de propriedade privada e permitiu agregação de técnicas modernas na produção agropecuária.

Segundo a mesma autora, as políticas de acesso facilitado ao crédito e incentivo ao consumo do pacote tecnológico da revolução verde, além da assistência técnica fornecida pela ACARPA, facilitaram a introdução de tecnologia na região. Primeiramente com a introdução de sementes selecionadas, a produção da soja foi expandida significativamente, expressando a mudança na base produtiva. Frente aos principais produtos produzidos na região, a produção da soja foi a que apresentou crescimento mais significativo em todos os municípios (SANTOS, 2008).

Para Santos (2008), a produção da soja e do milho foram as mais viáveis para o pacote tecnológico. As lavouras temporárias passaram a ocupar a maior parte da área cultivada nos municípios a partir da década de 1970. A produção de feijão manteve-se, mas essa atividade migrou dos pequenos produtores para os médios, uma vez que o cultivo exige o emprego de tecnologia. Nessa região, como destaca a autora, a produção da soja foi expressiva, mas não em todos os municípios. Permaneceu crescente no Sudoeste as lavouras de feijão, soja, milho e trigo.

Se por um lado, esse território segue a tendência verificada no Paraná de modernização da agricultura a alteração na pauta de produtos, por outro, mantém algumas especificidades locais, nas quais se inclui a produção de subsistência inerente à agricultura familiar (SANTOS, 2008, p. 49).

Segundo estudo do IPARDES (2004), o aumento da produção da soja e do milho possibilitou a intensificação da indústria de ração em algumas cidades da região que viria a subsidiar a indústria de carnes de aves, sobretudo nas décadas de 1990, com a instalação das agroindústrias de carne.

A modernização da agropecuária nos municípios da rede urbana de Pato Branco implicou, assim com em todo o Sudoeste do Paraná, em uma mudança pouco significativa na estrutura fundiária. Segundo Santos (2008), houve um processo de fragmentação da terra nos períodos de 1970 e 1980 pelo aumento no número de estabelecimentos de 10 hectares, concomitantes a uma redução no número de estabelecimentos entre 20 hectares e 50 hectares. Por outro lado observa-se um aumento no número de estabelecimentos entre 200 hectares e 500 hectares. Verificamos com isso uma minifundialização e uma concentração de terra nos estratos maiores.

Conforme verificamos no quadro 1 e 2¹, nos municípios da rede de Pato Branco, houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos e área dos estratos de 10 a 20 hectares. Enquanto nos estratos de 20 a 50 hectares, de 50 a 100 hectares e de 100 a 200 hectares houve uma pequena redução. No conjunto dos municípios verificamos um aumento de cerca de 9% no total de estabelecimentos e 15% na área para os substratos de 10 a 20 hectares. Verificamos com isso a prevalência dos pequenos estabelecimentos e um processo de minifundialização.

Podemos afirmar que o processo de modernização da agricultura implicou em rápido incremento de terras em estratos de 200-500 hectares, cerca de 24% no número de estabelecimentos e 26% no total da área entre as duas décadas, dado pela mudança na base produtiva, com o cultivo de soja e a consequente utilização do pacote tecnológico empregado nessa cultura.

¹ Os quadros 1 e 2 apresentam informações referente apenas 9 municípios. Em 1970 e 1980, período analisado, ainda não havia sido emancipado os demais municípios que compõem a rede na atualidade.

Quadro 1: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1970

	1 -2 ha		2-5 ha		5-10 ha		10 - 20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	Est.	área	Estab.	área	Estab.	área	Estab.	área	Estab.	área
Chopinzinho	45	59	658	2.529	516	4.035	808	11.361	974	29.193	214	14.705	56	7.773	28	8.113
Coronel Vivida	27	33	540	2.062	449	3.589	607	8.841	666	20.332	188	13.125	57	7.667	10	2.583
Clevelândia	8	10	86	332	62	481	124	1.682	142	4.437	54	3.788	50	7.375	36	10.400
Itapejara d' Oeste	27	42	214	844	114	889	375	5.356	343	9.926	49	3.478	11	1.500	2	640
Mangueirinha	28	38	366	1.447	228	1.796	381	5.379	418	12.842	110	7.936	55	7.829	46	15.120
Mariópolis	3	4	124	491	120	967	174	2.503	255	7.831	72	4.751	15	1.755	8	2.250
Palmas	6	7	120	445	115	908	159	2.195	230	7.525	108	7.811	99	13.782	108	35.877
Pato Branco	13	20	273	1.091	30	2.404	564	8.176	817	26.090	217	14.792	64	8.651	6	1.789
Vitorino	5	6	85	329	114	889	170	2.379	221	7.051	61	4.251	23	3.116	11	3.506
Total	162	219	2.466	9.570	1.748	15.958	3.362	47.872	4.066	125.227	1.073	74.637	430	59.448	255	80.278

Quadro 2: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais nos municípios da rede urbana de Pato Branco , 1980

	1-2 ha		2-5 ha		5-10 ha		10 - 20 ha		20-50 ha		50-100 ha		100-200 ha		200-500 ha	
	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área	estab.	área
Chopinzinho	67	95	699	2.654	832	6.403	1.001	14.378	809	23.984	195	13.196	58	7.908	30	8.622
Coronel Vivida	48	65	398	1.552	566	4.436	710	10.331	635	19.179	172	12.034	64	8.379	18	4.931
Clevelândia	2	2	41	166	68	540	139	2.059	168	5.267	67	4.860	36	4.866	43	13.830
Itapejara d' Oeste	25	35	143	547	261	2.086	400	5.711	282	8.189	78	5.254	12	1.529	2	542
Mangueirinha	70	98	396	1.519	398	3.114	388	5.513	290	8.939	88	6.462	46	6.625	59	19.856
Mariópolis	23	33	75	270	71	567	165	2.436	231	7.084	74	4.952	17	2.201	8	2.294
Palmas	20	25	132	479	104	799	136	2.012	185	6.128	102	7.544	109	15.116	127	42.930
Pato Branco	47	63	268	1.023	389	3.040	638	9.384	741	23.187	203	13.811		8.031	18	4.885
Vitorino	14	20	156	589	176	1.331	214	3.176	254	7.939	59	4.117	16	2.334	13	3.767
Total	316	436	2.308	8.799	2.865	22.316	3.791	55.000	3.595	109.896	1.038	72.230	358	56.989	318	101.657

Fonte: IBGE, 1980
Org: Karim Santos

Além disso, verificamos uma modernização importante por meio do crescente emprego de máquinas agrícolas nos municípios da rede, ocorridas nas entre as décadas de 1970 e 1980 conforme tabela a seguir.

Quadro 3: Total de tratores nos municípios da rede urbana de Pato Branco: 1970 - 1980

Cidade	1970	1980
Chopinzinho	20	400
Coronel Vivida	66	326
Clevelândia	32	203
Itapejara d'Oeste	17	229
Mangueirinha	27	340
Mariópolis	19	189
Palmas	8	180
Pato Branco	31	535
Vitorino	19	289
Total	339	2.958

Fonte: IBGE, 1970, 1980.

Conforme o quadro acima, no conjunto dos municípios da rede houve um crescimento de cerca de 772,56% no número de tratores empregados na agricultura entre 1970 e 1980, em todos os municípios da rede. Nesse contexto, verificamos uma mudança na estrutura produtiva bem como no aumento do volume de produção que impulsionou novas atividades urbanas, sobretudo as de agroindustrialização e associação de cooperativas para a armazenagem dos produtos.

A partir de 1970 verificamos nas cidades da rede a substituição dos comerciantes locais pelas cooperativas, que passaram a armazenar os produtos, beneficiá-los e expedi-los. Além disso, como ressalta Santos (2008), essas cooperativas foram importantes no processo de modernização da agricultura, uma vez que forneciam além dos insumos agrícolas, financiamento à produção. As cooperativas supriram a demanda por estrutura de armazenamento a produção crescente na região.

Quadro 4: Total de estabelecimentos rurais e produtores associados a cooperativas nos municípios da rede urbana de Pato Branco- 1970 - 1980

	1970		1980	
	Estab	Assoc.	Estab	Assoc
Chopinzinho	3.318	103	3.761	451
Clevelândia	586	12	591	135
Coronel Vivida	2.545	93	2.619	443
Itapejara d' Oeste	1.282	5	1.215	237
Mangueirinha	1.670	7	1.819	428
Mariópolis	773	16	693	269
Palmas	1.031	77	1.068	243
Pato Branco	2.265	109	2.421	536
Vitorino	692	29	909	190
Total	16.153	769	17.046	3.496

Fonte: IBGE, 1970, 1980.

Conforme verificamos no quadro acima, houve um crescimento de estabelecimentos e de associados às cooperativas entre 1970 e 1980, bem como o aumento do número de cooperativas nos municípios. É importante ressaltar que o quadro traz o número total de associados, e dentre esses há uma distribuição dos que utilizavam os diversos serviços prestados pelas mesmas, dentre os quais não só o de beneficiamento e armazenamento do produto, mas também, de fornecimento de crédito, insumos agrícolas como sementes e fertilizantes, comercialização extra-regional e outros serviços como eletrificação rural. Tais serviços impulsionaram o crescimento de associados em 354,61% no período considerado.

As principais atividades agropecuárias no início de 1970 eram o feijão, o milho e a criação de suínos. A partir da década de 1970 e 1980 mudanças importantes começam a ocorrer na base produtiva dos municípios, com a introdução crescente da cultura da soja, do trigo, da bovinocultura leiteira e da criação de aves pela introdução de agroindústrias, principalmente após a década de 1990.

1.3.2 Atividades Urbanas

De um modo geral, as atividades urbanas desenvolvidas nas cidades da rede urbana de Pato Branco caracterizavam-se por ser relativamente pouco complexas. Isto ocorreu pelo fato de elas serem recentes e pela população urbana ser reduzida. As atividades urbanas, comércio e serviços atendiam principalmente as necessidades imediatas da população urbana e rural. A indústria era uma atividade representada basicamente pelas madeireiras e algumas pequenas unidades alimentícias.

Nas discussões anteriores sobre a gênese da formação social e econômica das cidades da Rede Urbana de Pato Branco, percebemos que a formação dessas cidades ocorreu logo após a colonização que implementou uma estrutura produtiva capitalista, necessitando, de atividades urbanas que atendessem a demanda de atividades básicas para a produção que se instalava. Corrêa (1970), destacou a implantação das primeiras atividades urbanas, como os armazéns que recebiam toda a produção local, os bodegueiros que se responsabilizavam por expedir a produção para outras cidades extra-regionais, além de fornecer produtos básicos ao consumo imediato, como ferramentas, remédios, produtos e confecção.

Posteriormente vimos que essas atividades foram ampliadas e os estabelecimentos locais passaram a fornecer insumos agrícolas como sementes e crédito aos produtores rurais. Tivemos as primeiras atividades urbanas implementadas a partir do que Santos (1979, p. 39), ressalta como o processo básico para se definir uma aglomeração como uma cidade “[...] a partir do momento em que essa passa a desenvolver atividades que não são agrícolas, mas sim vinculadas aos serviços e comércio”.

Corrêa (1970), destaca como as atividades agrícolas desenvolvidas na região deram impulso às atividades urbanas. Surgiram primeiramente os intermediários citadinos que drenavam a renda fundiária através da coleta e expedição dos produtos agrícolas da região e repasse de produtos manufaturados produzidos extra-regionalmente.

O autor ressaltava que esses intermediários tornavam-se necessários, uma vez que o volume de produção de cada propriedade era pequeno e as cooperativas eram inexpressivas, sendo o montante produzido repassado à venda. As empresas regionais surgiram com a tarefa de expedir a produção local, mas com pouco beneficiamento desses produtos. Tais empresas tinham grande importância na dinâmica local do período, especialmente na distribuição de bens de consumo como combustíveis e outros.

A maioria das empresas existentes foi criada com capital local, proveniente de venda da colônia na área de saída dos migrantes, herança, venda de bodega, dentre outros. Surgiram os fabricantes locais que coexistiam com os distribuidores extra-regionais na distribuição de produtos manufaturados bens de consumo duráveis entre outros. Nesse período, grande parte dos comerciantes localizava-se na cidade de Pato Branco, com a distribuição varejista especializada como de cigarros, combustíveis e produtos farmacêuticos.

As primeiras atividades industriais eram as madeireiras, beneficiamento de alimentos dentre outras como fabricação de tijolos, artefatos de cimento, fogões a lenha, esquadrias portões e grades, artigos de funilaria, carroças e carrocerias de madeira. Tais produtos citados eram para o abastecimento local e regional.

As atividades comerciais, por sua vez, foram criadas dependentes do abastecimento extra-regional e eram quase que exclusivamente varejistas. Pato Branco concentrava, na década de 1960, os principais produtos de consumo mais raros dentre eles o comércio de maquinário agrícola, automóveis e peças.

Os serviços eram mais complexos em Pato Branco concentrando serviços administrativos, órgãos governamentais, secretarias da agricultura, saúde e educação, hospitais especializados, serviços bancários e ensino superior.

As interpretações marxistas trabalham com a ideia que a produção do espaço urbano deve sempre levar em conta a formação do espaço urbano a partir das atividades de produção, tendo a industrialização como ponto de partida para a compreensão da organização espacial.

Na rede urbana de Pato Branco, as primeiras atividades de transformação foram as de beneficiamento de madeira nativa e da erva mate, como já discutido anteriormente. Nesse período a divisão social do trabalho era relativamente pequena, mesmo após a colonização com a introdução de culturas agrícolas mais diversificadas.

Os colonos detinham técnicas de produção artesanal de seus utensílios de produção, bens de consumo básicos como utensílios domésticos, vestimentas entre outros produtos básicos. Também produziam para subsistência, diversificados produtos agrícolas e pequena parte era beneficiada para comercialização.

Contudo, a atividade agrícola foi se desenvolvendo como a atividade básica em todos os municípios da rede, impulsionando a criação das atividades urbanas complementares. À medida que os produtos locais foram sendo comercializados extra-regionalmente, crescia a demanda por produtos manufaturados também extra-regionalmente. Uma dependência que retardou o processo de industrialização local, que se desenvolveu lentamente até a década de 1970, quando ocorreu dinamização da base de exportação regional.

Contudo, a dinâmica econômica apresentou mudanças significativas após a década de 1970, especialmente na base produtiva da agropecuária que provocou alteração nas atividades urbanas como veremos no próximo item.

1.3.3 Atividades urbanas após 1970

O contexto macroeconômico a partir de 1970 em que o estado do Paraná se inseriu, foi de reestruturação produtiva que resultou em maior especialização regional e, por conseguinte, no aprofundamento da divisão social do trabalho que ampliou a criação de outras atividades urbanas.

Até 1970 a industrialização em todo o estado do Paraná era relativamente pequena e a população rural respondia por cerca de 60% do total do estado (IPARDES, 2004). A nova divisão territorial do estado na economia nacional ocorreu por meio de fatores externos e internos, como transferência de setores industriais de São Paulo para Curitiba, a desconcentração industrial e as iniciativas produtivas locais.

Nas cidades da rede de Pato Branco, ocorreu uma forte especialização produtiva, verificada pelo aumento de culturas para exportação como a soja, o milho e carne de frango. Foram criadas agroindústrias para o beneficiamento da produção local. Essa especialização produtiva verificada, na produção agrícola, aprofundou a divisão social do trabalho na rede e impulsionou a criação de outras atividades industriais.

Selecionamos os ramos industriais mais expressivos nas cidades da rede urbana nas décadas de 1970 e 1980, demonstrando-se nesse período que as atividades industriais ainda eram pouco presentes nessas cidades, como podemos verificar no quadro 5. O maior número de estabelecimentos eram os de madeira, mobiliário e alimentício, não havendo variação expressiva de uma data para outra; em algumas cidades percebemos até mesmo a redução no número de estabelecimentos de beneficiamento de madeira e alimentício e em outras percebemos o aumento dessas mesmas atividades.

Quadro 5 :: Número de estabelecimentos dos principais ramos industriais nas cidades da rede urbana de Pato Branco: 1970, 1980

Estabelecimentos	Metalúrgica/ mecânica		Mat. Elétrico		Transporte		Madeira		Mobiliário		Alimentício	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Chopinzinho		3					23	22	3	3	1	5
Clevelândia		4			1	1	3	19	2	8		7
Coronel Vivida		5			1	2	16	19	2	5	5	19
Itapejara d'Oeste		1			2		8	3	2		4	1
Mangueirinha							31	28			1	6
Mariópolis	1	1					8	7	4	2	8	5
Palmas	6	6	1	1	1	1	52	52	4	4	3	3
Pato Branco	6	21	1	1	3	6	34	32	8	11	15	18
Vitorino	3						9	10	2	1		1
Total	16	41	2	2	8	10	184	192	27	34	37	65

Fonte: IBGE, censo industrial, 1970, 1980

Org: Karim Santos.

O ramo de transformação de madeira se manteve nas duas datas em quase todas as cidades da rede como uma atividade importante, aumentando 08 estabelecimentos no total da rede urbana, aumento verificado nas cidades de Vitorino, Clevelândia e Coronel Vivida. Nos

demais segmentos da indústria apenas a cidade de Pato Branco apresentou número de estabelecimento nos ramos metalúrgicos e de metal mecânica, além do maior número de estabelecimentos de transporte e alimentação em 1970. Na década seguinte quase todas as cidades apresentaram unidades no ramo de metalúrgica e mecânica, com um aumento de 25 estabelecimentos no total da rede.

Quanto às atividades comerciais, da mesma forma que a anterior, selecionamos algumas das atividades varejistas com maior número de estabelecimentos nas cidades da rede, como produtos alimentícios e vestimenta e outros de uso mais raro como o comércio de produtos químico e material elétrico e maquinário.

Quadro 6: Número de estabelecimentos dos principais ramos comerciais: comércio varejista - 1970/1980

Estabelecimentos	Máquinas/material elétrico		produtos químicos e farmacêuticos		Tecidos/artigos de vestimenta		Prod. Alimentícios	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Chopinzinho	1		2	15	9	23	38	64
Clevelândia							59	34
Coronel Vivida				8	14	15	22	32
Itapejara d' Oeste					8	7	28	14
Mangueirinha				5		5	41	27
Mariópolis				3		5	12	11
Palmas		9		9	15		69	68
Pato Branco	10	17	8	23	26	62	107	94
Vitorino				4			10	13
Total	11	26	10	67	72	117	386	357

Fonte: IBGE, censo do Comércio, 1970, 1980

Org: Karim Santos.

Verificamos a partir de dados no quadro 6, que na década de 1970, apenas Pato Branco e Chopinzinho dispunham de comércio de material elétrico, produtos químicos, farmacêuticos, enquanto as demais cidades contavam apenas com comércio básico de vestimentas e produtos alimentícios. Em 1980 verificamos um aumento no número desses mesmos estabelecimentos com a inclusão, em quase todas as cidades, de comércio de produtos químicos farmacêuticos. Pato Branco apresentou o maior crescimento no número de estabelecimentos comerciais, especialmente os de máquinas e material elétrico, produtos químicos e vestimentas.

Quanto ao comércio atacadista, em 1980 estavam presentes, em todas as cidades, através do comércio distribuidor de alimentos e produtos agropecuários. Apenas Pato Branco apresentou estabelecimentos de comércio atacadistas na distribuição de máquinas e equipamentos ferragens e metalúrgica, esse último com 22 estabelecimentos em 1980 (IBGE, 1980).

Quadro 7: Principais atividades prestadoras de serviços nas cidades da rede urbana de Pato Branco – 1970-1980

Estabelecimentos	Alojamento e alimentação		Manutenção		Pessoais		Comerciais e auxiliares		Comunicação	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Cidades										
Chopinzinho	15	99	8	20	5	10	3	22		
Clevelândia	27	57	16	36	15	9	5	16		7
Coronel Vivida	9	51	3	50	6	10	4	22		
Itapejara d'Oeste	12	10	4	13	7	10	2	7		
Mangueirinha	11	33	3	12		4		2		
Mariópolis	10	14	8	3	2	5	2	2		
Palmas	42	118	21	62	24	20	8	28		10
Pato Branco	49	138	35	116	37		12	54	4	11
Vitorino	6	13	4	6	6	4	2	2		

Fonte: IBGE, censo dos serviços, 1970, 1980

Org: Karim Santos

Conforme o quadro 7, percebemos que os serviços mais básicos como os de alojamento e alimentação cresceram significativamente em todas as cidades da rede, com destaque para as cidades de Pato Branco e Palmas. Foi também nessa cidade que os serviços de comunicação tiveram um salto importante. Com isso entendemos que os serviços mais básicos estavam presentes cada vez em número maior de estabelecimentos nas pequenas cidades da rede. Enquanto que os de uso menos frequente concentravam-se em Pato Branco, como veremos a frente.

1.4 A PEQUENA CIDADE DE CHOPINZINHO

Já falamos no início desse trabalho a respeito da gênese das pequenas cidades da rede urbana de Pato Branco, ressaltando a importância de conhecermos o contexto em que ocorreu a estruturação das mesmas para entender a função que exercem hoje no âmbito da rede urbana regional.

As cidades da rede urbana de Pato Branco desde sua gênese tiveram como atividades principais a produção agrícola para o mercado, atividade que permanece até os dias de hoje, porém as mudanças ocorridas no contexto macroeconômico exigiram dos atores produtivos dessas cidades mudanças importantes que garantissem sua sobrevivência.

Barquero (1993), propõe iniciativas às pequenas cidades diante da complexidade da economia globalizada, apontando as ações endógenas como fator de desenvolvimento local. Ressalta que essas iniciativas devem partir dos atores locais, especialmente com políticas

voltadas a um desenvolvimento frente aos aspectos exógenos, que outrora serviram de modelos, mas que na conjuntura atual não dão sustentação à população local.

Sabemos que no contexto da rede urbana de Pato Branco, mudanças importantes ocorreram a partir da década de 1970 com a reestruturação produtiva do Estado do Paraná que incluiu todas as regiões em novas atividades ou na dinamização das já existentes a fim de permanecer no contexto do mercado globalizado. Nesse sentido, as pequenas cidades passaram por mudanças em sua estrutura demográfica com a inversão da população rural urbana e o esvaziamento populacional concomitante à concentração em centros maiores.

Muitas atividades que outrora davam sustentação às pequenas cidades, atividades essas locais, deixaram de existir quando do aprimoramento dos meios de transporte e comunicação que integraram, aos poucos, todos os lugares à lógica do consumo e da produção. Por outro lado, as atividades básicas perderam competitividade frente a essa produção industrializada, como por exemplo, a produção de suínos nas cidades da rede, que em sua gênese foi um atividade importante de exportação para outras regiões e estados e ao longo do processo de agroindustrialização passou a ser inviável aos produtores locais desprovidos de tecnologia e capital.

Nesse contexto, buscamos nesse estudo, ir além das informações gerais pertinentes à reestruturação das pequenas cidades que compõem a rede urbana de Pato Branco de modo geral. Buscando focar na pequena cidade de Chopinzinho nos interessamos por entender quais as iniciativas locais deram sustentação a essa cidade após a década de 1970 e quais políticas locais impulsionaram as principais atividades hoje desenvolvidas nessa pequena cidade da rede urbana de Pato Branco.

A gênese da cidade de Chopinzinho faz parte do contexto geral da formação de todas as cidades do Sudoeste do Paraná. Essa cidade foi criada a partir de Colônia Militar inserida em meio à mata fechada às margens do Rio Iguaçu para proteger as fronteiras Oeste da Província do Paraná com a Argentina, que reivindicava essas terras até a cidade de Palmas.

Em novembro de 1859 foi criada a Colônia Militar do Chopim, entre os rios Iguaçu e Chopim, a Sudoeste do Estado do Paraná, e efetivada sua fundação em dezembro de 1882 por iniciativa do Governo Imperial para impedir que a Argentina ocupasse esse território.

Os militares designados a instalarem-se nessa área, partiram de Curitiba junto com suas famílias e chegaram à região de matas fechadas. Relatos de antigos moradores, que hoje compõem o acervo do museu municipal, afirmam que aqueles desbravadores abriram as primeiras picadas a foice e facão, pois as margens do Iguaçu em fins do século XIX eram

totalmente fechadas por matas e habitada por animais selvagens, como relatam a respeito da grande quantidade de onças.

Segundo Fussiger (1990), essa colônia durou até 1909 quando da sua emancipação, passando ao domínio civil e foi elevada a distrito policial da cidade de Palmas. A retirada dos militares ocorreu entre 1910 e 1912. Nos anos posteriores foram se estabelecendo nessa área os colonos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e novas atividades começaram a se desenvolver.

A principal atividade desenvolvida era a criação de porcos soltos, atividade essa voltada ao mercado extra regional e os milharais eram destinados à alimentação dos porcos que passavam um período de engorda e depois eram comercializados.

Quando os porcos estavam gordos, eram retirados da roça e tocados até Ponta Grossa, onde eram vendidos por peso. Havia tropas que saíam de Chopinzinho com até mil porcos. A viagem a Ponta Grossa era uma viagem penosa que demorava quarenta dias (FUSSIGUER, 1990, p. 9).

Havia uma companhia de terra chamada Pinho Terra, que possuía documento referente às terras devolutas do município de Chopinzinho que abrangia também os atuais municípios de Sulina e Saudades do Iguaçu. Essa companhia vendia terras aos colonos que cultivavam em pequenas escala (FUSSIGUER, 1990).

Desde os tempos da colônia militar, os produtos que se precisava eram trazidos de Guarapuava no lombo de burros ou mulas. Produtos como sal, açúcar, tecidos para as costureiras confeccionarem em casa, querosene entre outros. Os produtos eram vendidos em armazéns; produtos como arroz, feijão, sal, farinha, açúcar eram comercializados em litros e o comerciante comprava esses mesmos produtos por quarta (7,5 kg).

Chopinzinho foi desmembrado de Mangueirinha e criado oficialmente como município em 14 de dezembro de 1954, a partir de reivindicação das famílias de colonos ali instalados que já estabeleciam algumas atividades básicas como hospitais, escolas, abertura de estradas que permitiam o comércio com Palmas e Pato Branco.

O território pertencente ao município de Chopinzinho abrangia, antes da década de 1990, os atuais municípios de Sulina e Saudades do Iguaçu. Suas principais atividades agrícolas eram a produção de feijão e milho até década de 1970. Como podemos verificar esse município chega à década de 1970 com uma produção importante desses dois produtos como se verifica no gráfico 1, sendo o maior produtor de feijão e milho de todos os municípios da rede. A produção de milho era destinada principalmente para a criação de suínos e aves, pois

essas eram outras atividades importantes, como podemos verificar nos gráficos 8 e 9, que em 1974 esse município detinha a maior produtividade nesses dois segmentos.

O censo populacional aponta para 27.042 o número total de habitantes no município de Chopinzinho em 1970, sendo que desses apenas 2.376 (9%) habitavam o meio urbano. O número total é pouco inferior ao município de Pato Branco no mesmo período. Esse município apresentava um total populacional de 33.808 habitantes, dos quais 15.455 já habitavam o meio urbano, isto é, 46%. Essa diferença se encontra nas atividades desenvolvidas até essa década em Chopinzinho que eram essencialmente rurais.

As atividades urbanas eram pouco expressivas, restringindo-se a atividades comerciais básicas de produtos alimentícios e vestimentas, como se verificam nos quadros 5 e 6, enquanto os serviços era especialmente aqueles voltados para o alojamento e produtos alimentícios. As atividades industriais eram inexpressivas até a década de 1970, sendo que começaram a ser criados alguns estabelecimentos apenas a partir da década de 1980.

2 TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA DE PATO BRANCO

2.1 NA AGRICULTURA

Como verificamos anteriormente, mudanças importantes ocorreram nos municípios da rede urbana de Pato Branco especialmente a entre as décadas de 1970 e 1980, quando se intensificou um processo de modernização da agricultura pela introdução da cultura da soja, de insumos agrícolas e associação de produtores em cooperativas na região.

A crescente produção de soja e milho passou a ocupar a partir de 1970², grandes extensões de terra e possibilitou a implantação crescente da indústria de ração, que auxiliou nas décadas seguintes, a implantação da indústria de carne de aves, atividade essa importante em todo o Sudoeste e impulsionou o crescimento de cidades da rede urbana.

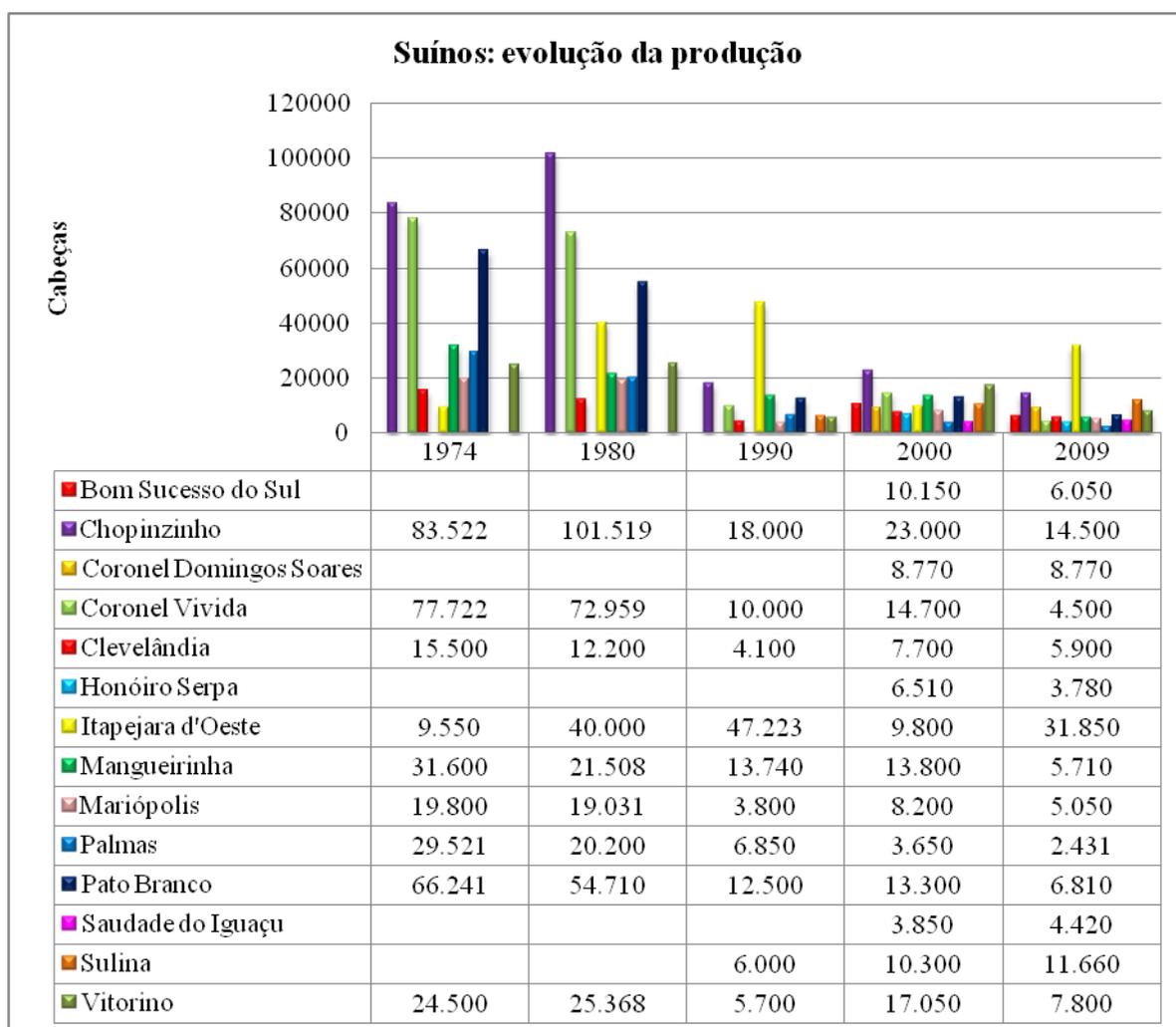
O Sudoeste permaneceu como “lócus” da agricultura familiar, apresentando a menor concentração de terra do estado: 0,58% enquanto a média do estado é de 0,75%. Nessa região, 92,8% dos estabelecimentos apresentam área inferior a 50 hectares (IPARDES, 2004).

Os principais produtos agropecuários desenvolvidos nos municípios da rede, na atualidade, é o milho, feijão, soja, suíno, bovino leiteiro e especialmente aves. Historicamente a produção de suínos apresentava produtividade mais significativa e foi sendo substituída pela produção ascendente de aves. A agroindustrialização da carne de aves, com a instalação de frigoríficos em algumas cidades da rede impulsionou a produção avícola.

No início da década de 1970 a produção de suínos era uma atividade significativa para as cidades, especialmente as cidades de Chopinzinho, Coronel Vivida e Clevelândia. Verificamos, contudo, que nas décadas seguintes esse produto teve queda significativa em todas as cidades inclusive aquelas citadas, como Chopinzinho, que produzia cerca de cem mil cabeças em 1980 e passou a produzir menos de vinte mil cabeças em 1990 e 2009. Nesse último ano apenas Itapejara d’Oeste manteve a produção acima de vinte mil cabeças apresentando crescimento em relação ao ano de, 2000, mas com redução em relação a 1990 quando produzia cerca de quarenta e sete mil cabeças por ano. (IBGE, 1980, 1990, 2000).

² Os dados trabalhados a partir desse capítulo fazem referência aos 14 municípios que compõem a rede urbana. Mesmo que em alguns gráficos não apareça dados sobre alguns deles antes de 1990, período em que não haviam sido criados como município.

Gráfico 1: Evolução da produção de suínos, nos municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1974 -2009



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos

Atribuímos essa queda na produção de suínos principalmente à desvalorização desse produto no mercado, que levou o produtor a substituí-lo pela produção de aves. Foram ressaltadas em entrevista realizada com agrônomos nos Departamentos de Agricultura das cidades de Chopinzinho e Coronel Vivida, que a redução da produção suínos se deve primeiramente ao alto custo de atendimento ao padrão da Sadia, que beneficia a carne suína nas cidades de Toledo e Cascavel. Em segundo lugar, há ainda a questão da distância desses centros, uma vez que no Sudoeste as unidades da Sadia beneficiam apenas a carne de frango. Com isso, a produção de suínos nas cidades da rede serve apenas ao beneficiamento local em algumas associações de criadores que trabalham principalmente com embutidos para comercializar também no mercado local.

A produção de milho, que outrora servia de alimentação para produção de suínos não diminuiu significativamente o volume de produção, nem a área destinada a seu cultivo, pois esse produto passou a ser destinado para a produção de rações, para a criação de aves.

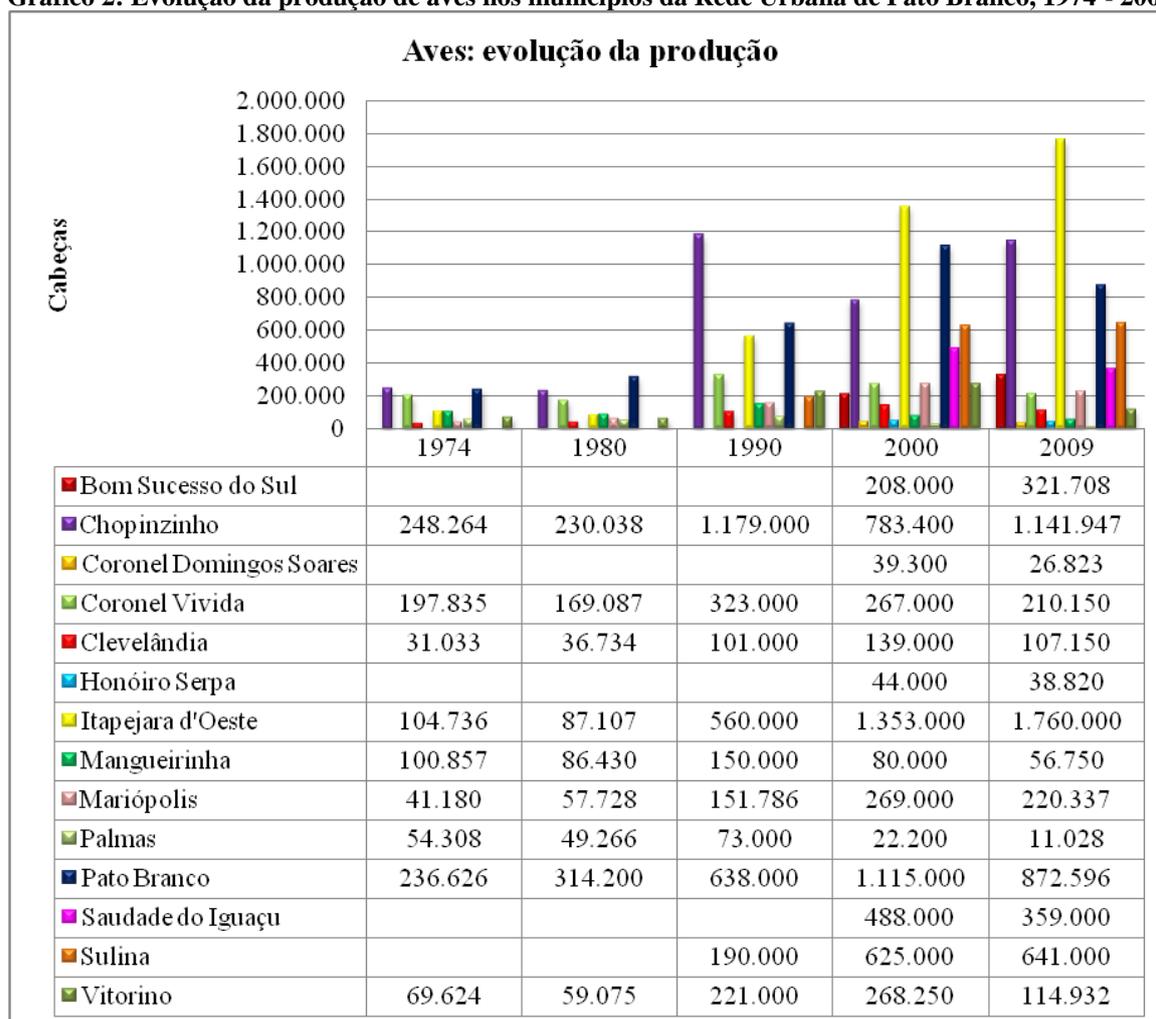
A produção de aves apresentou um crescimento importante nas cidades da região como verificamos no gráfico 2, especialmente após a década de 1990, quando da instalação na região Sudoeste do Paraná de importantes frigoríficos em cidades fora da rede urbana de Pato Branco, como a Sadia em Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Essa última cidade mantém alguns criadores integrados à Sadia com aviários equipados e padronizados no município de Chopinzinho e outros da rede.

Contudo, nas próprias cidades da rede foram sendo montados a partir de 1970, importantes unidades de abate de aves como, por exemplo, a Frangos Seva de Pato Branco, que iniciou suas atividades já na década de 1970, com o nome de Comércio de Aves Sudoeste Ltda, empreendido pela família Rotava com um pequeno abatedouro onde produzia para o mercado local. Ampliou suas atividades já na década de 1980, abatendo cerca de 500 frangos por dia nessa data. Na década de 2000 a empresa expandiu sua produção chegando a atingir o mercado nacional. Hoje ela emprega cerca de 500 funcionários e abatem 40 mil frangos por dia (FLORES, 2008).

Flores (2008), ressalta que o processo de instalação dos primeiros frigoríficos de abate de aves no Sudoeste do Paraná estava ligado a formação de um mercado consumidor local, uma vez que os complexos rurais começavam a partir da década de 1970, a se desintegrarem. É a partir dessa década que a população rural começa a reduzir e os primeiros frigoríficos instalados objetivavam produzir para atender o mercado local ascendente.

Verificamos que os municípios que mais se destacam na produção de aves são Chopinzinho, Pato Branco, Saudades do Iguaçu, Sulina e especialmente Itapejara d'Oeste, essa última sobressai desde 2000 até 2009, com uma produção próxima a um milhão e oitocentos mil cabeças. Encontra-se nessa cidade a empresa Anhambi, produtora de aves, que possui uma produção importante.

Gráfico 2: Evolução da produção de aves nos municípios da Rede Urbana de Pato Branco, 1974 - 2009



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos.

As cidades de Chopinzinho, Sulina e Saudades do Iguaçu comercializam a produção com frigorífico da Sadia situado em Dois Vizinhos e os frigoríficos da cidade de Pato Branco. Mas, fornece especialmente para os frigoríficos locais como, unidades da Coasul, instalado na cidade de São João e o Frigorífico Seva da cidade de Pato Branco. A atividade de criação de aves tem se tornado uma atividade econômica importante para essas cidades da rede, ganhando incentivos municipais na montagem de aviários equipados e padronizados conforme a demanda desses frigoríficos. Atualmente a Coasul, montou uma unidade de abate de frango na cidade de São João que possui a capacidade de abater 160 mil frangos por dia, fornecidos por até 200 aviários e ampliará esse fornecimento.

Quanto ao rebanho bovino, percebemos um crescimento em quase todos os municípios. Palmas, Clevelândia e Chopinzinho destacam-se com os principais rebanhos desde a década de 1970; contudo os dois primeiros, desde antes da colonização da região

Sudoeste do Paraná, tinham grande parte de suas terras, mais próximas à região central do estado, destinadas a criação extensiva de gado de corte. Enquanto o crescimento desse rebanho em de Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha e Pato Branco é de gado leiteiro. Esses últimos destacam-se pela crescente produção de leite e seus derivados, verificando a agroindustrialização desse produto e a tecnificação da produção rural que encontra nessa atividade uma de suas principais fontes de renda para os agricultores familiares.

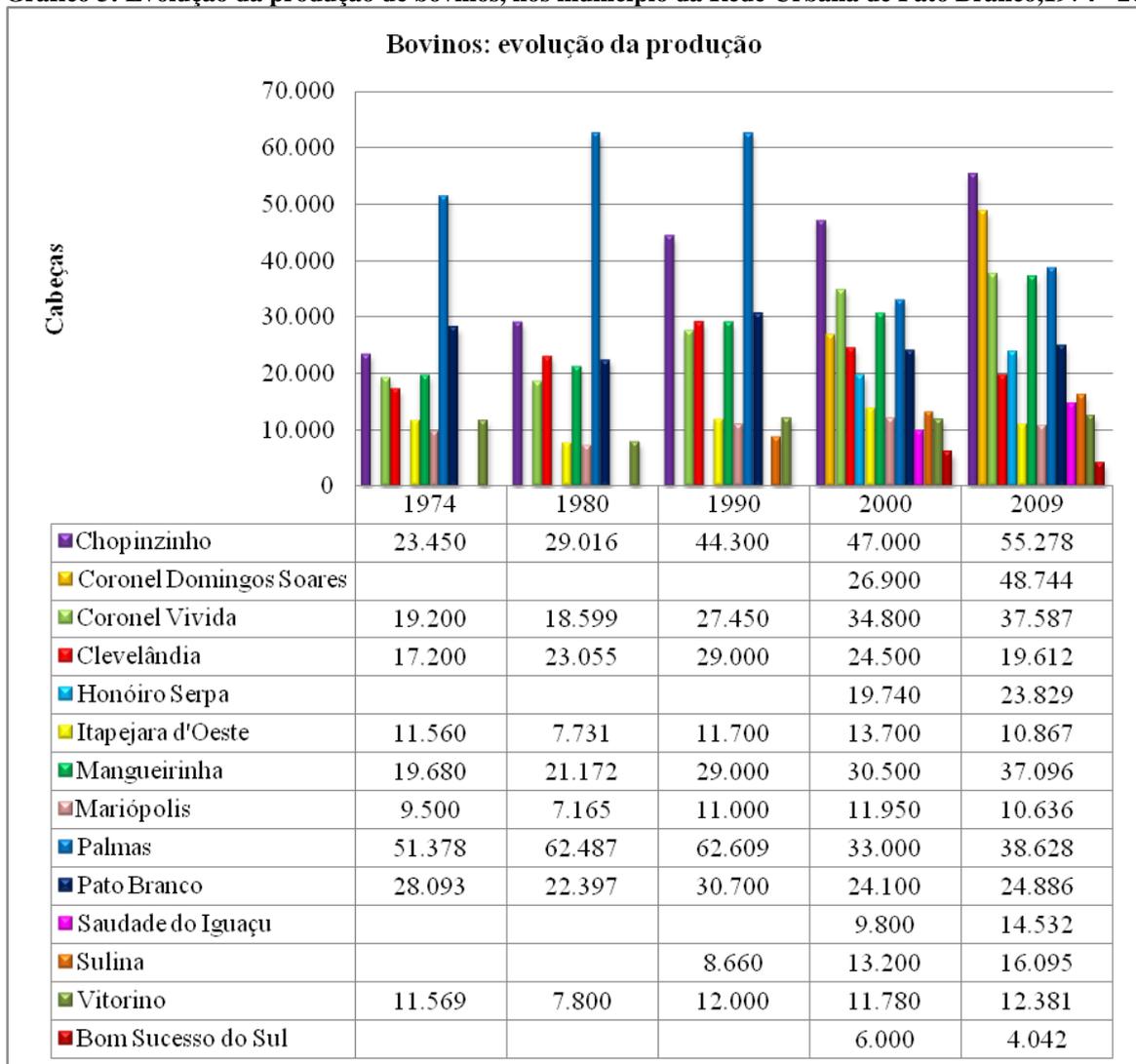
Já Palmas, Coronel Domingos Soares, embora possuam os rebanhos mais significativos com aproximadamente quarenta mil e cinquenta mil cabeças, respectivamente em 2009, não apresentam a mesma importância na produção leiteira, pois a produção bovina destina-se ao corte.

De acordo com dados coletados nas Secretarias de Agricultura de algumas das cidades, a atividade leiteira tem se desenvolvido como uma atividade de grande importância para os agricultores familiares dos municípios. Na grande maioria, tornou-se a maior fonte de renda desses agricultores, renda essa complementada por outras atividades como o beneficiamento de suco, produção de geléia, queijo entre outras atividades.

Os municípios têm investido fortemente no incentivo à produção leiteira nas pequenas propriedades, tornando essa atividade uma das principais em quase todos os municípios. O fornecimento de subsídios à produção e custeio da mecanização, além de questões de sanidade animal, ampliou significativamente a produção leiteira, como, por exemplo, no município de Chopinzinho, que se transformou numa das principais bacias leiteira do Sudoeste do Paraná. Atividade que dinamizou toda economia local, especialmente a economia urbana como discutiremos a frente.

Quanto à produção agrícola, confirmando o que afirma Santos (2008), sobre a produção de feijão no Sudoeste do Paraná, percebemos que nos municípios da rede, não houve redução significativa da produção de feijão, embora a produção de soja tenha prevalecido.

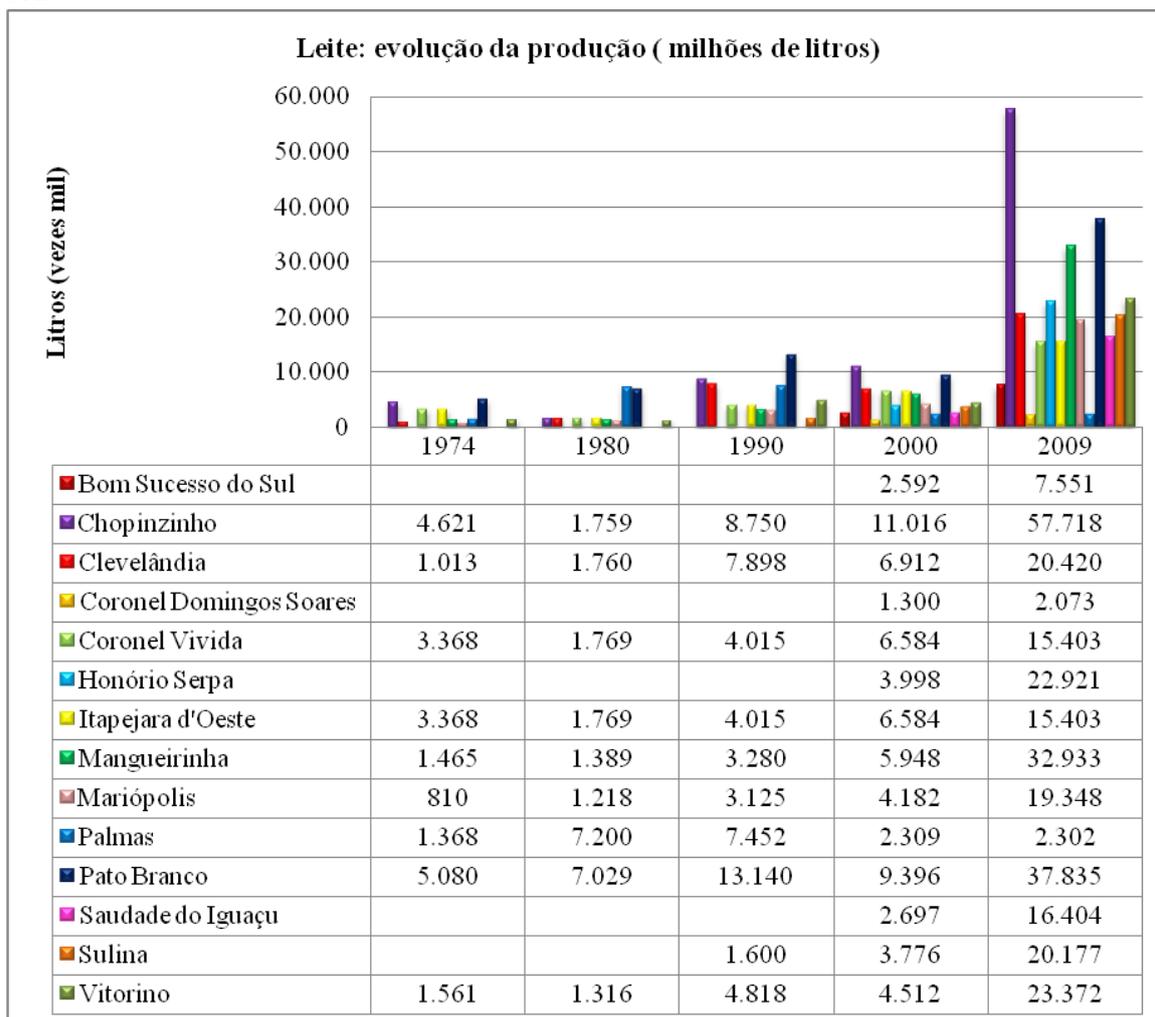
Gráfico 3: Evolução da produção de bovinos, nos município da Rede Urbana de Pato Branco, 1974 - 2009



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos.

Gráfico 4: Evolução da produção Leite, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 - 2009

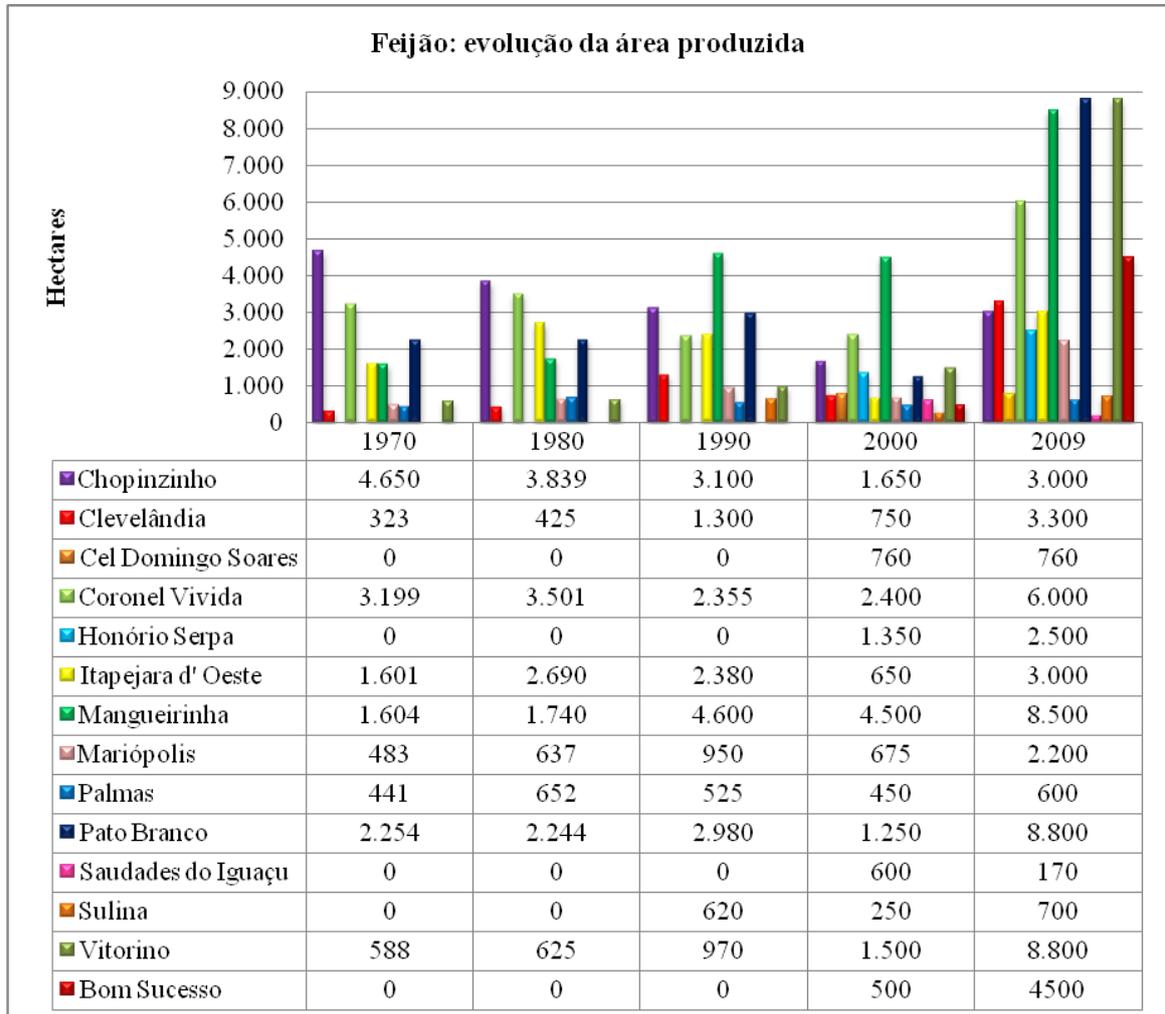


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2009.

Org: Karim Santos

Como observamos nos gráficos 5 e 6, a produção de feijão que sempre foi uma atividade importante para todas os municípios desde a década de 1970, cresceu na maioria desses, sendo que tanto a área destinada ao cultivo, como o volume de produção em toneladas obteve, em 2009, um crescimento importante. De acordo com entrevista realizada com os Secretários de Agricultura das cidades de Coronel Vivida e Chopinzinho, o cultivo de feijão passou a ser mecanizado, fazendo parte da rotatividade presente nas maiores e mais mecanizadas propriedades, onde a rotatividade ocorre entre os períodos de produção de feijão, trigo, milho e soja. Coube ao pequeno produtor familiar o abandono, mesmo do cultivo de feijão, voltando-se especialmente para produção de leite como principal fonte de renda.

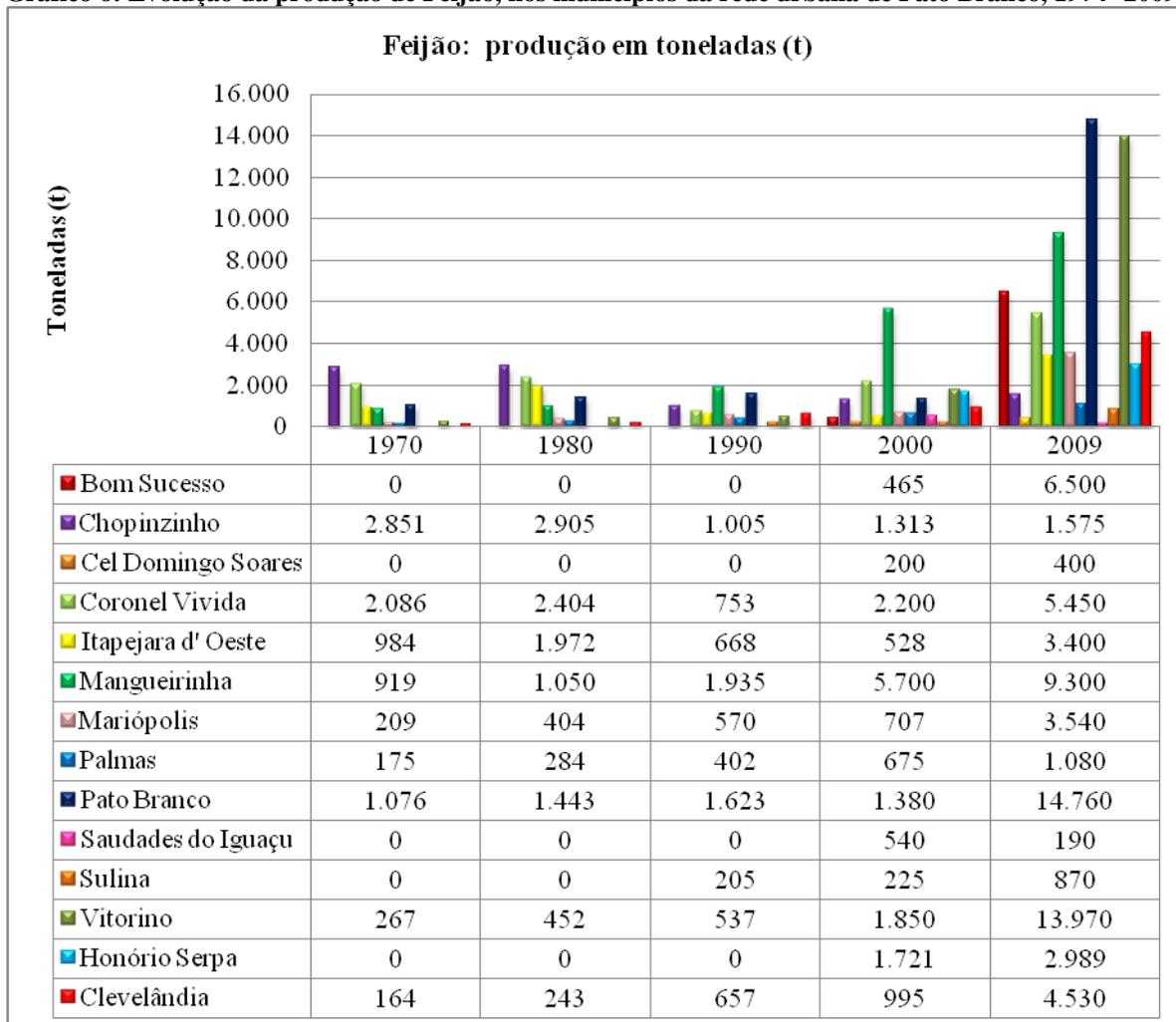
Gráfico 5: Evolução da área produzida de Feijão, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 - 2009



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2009.

Org: Karim Santos

Gráfico 6: Evolução da produção de Feijão, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 -2009

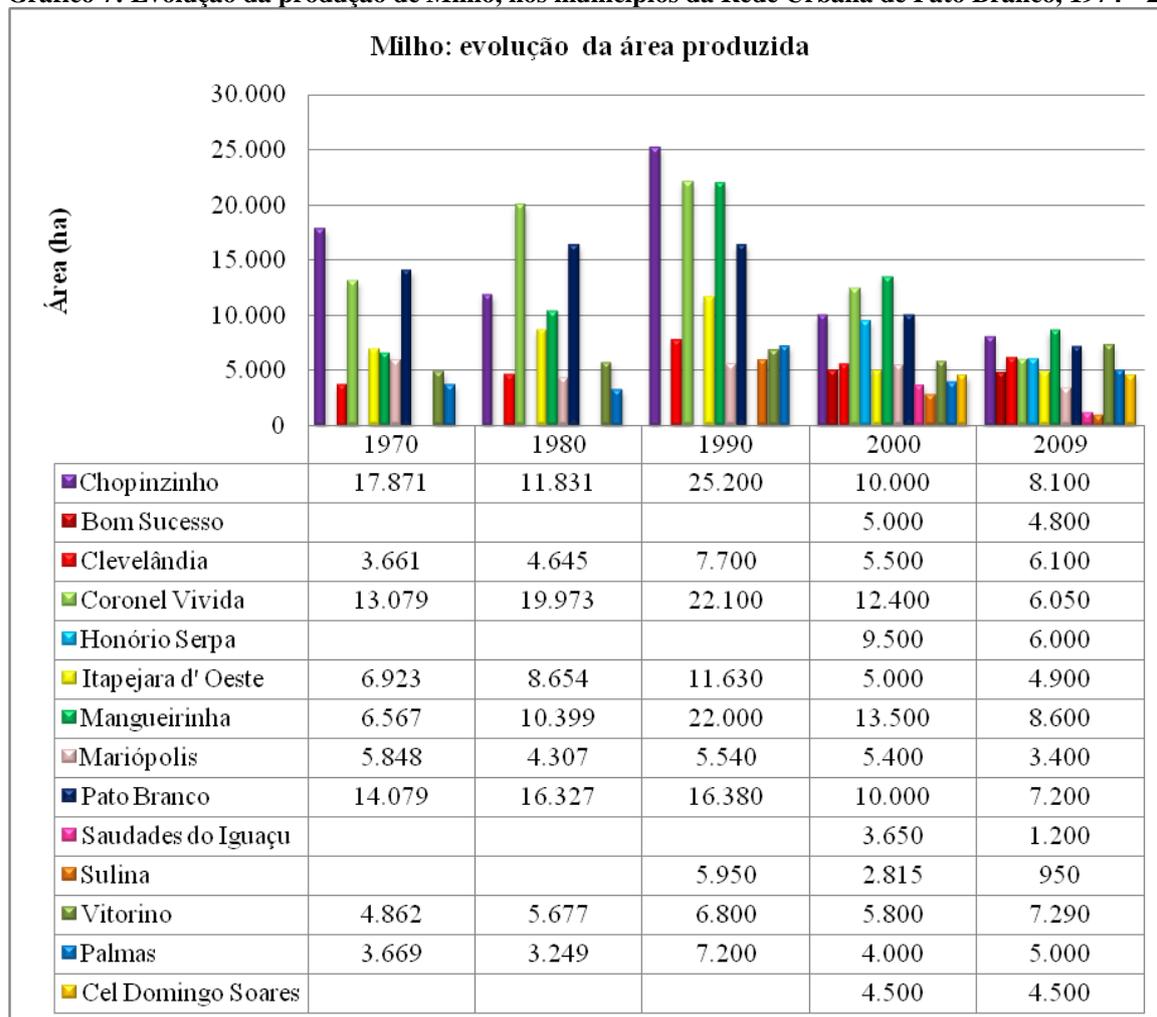


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2009.

Org: Karim Santos.

Quanto à produção de milho, observamos nos gráficos 7 e 8, que entre 1970 e 2009, não houve oscilação significativa da produção. É importante lembrar que houve desmembramento de municípios, como os municípios de Chopinzinho de onde se desmembraram Saudade do Iguaçú e Sulina. Palmas e Mangueirinha foram desmembrados de Coronel Domingos Soares e Honório Serpa respectivamente. E Pato Branco com Bom Sucesso do Sul.

Gráfico 7: Evolução da produção de Milho, nos municípios da Rede Urbana de Pato Branco, 1974 - 2009



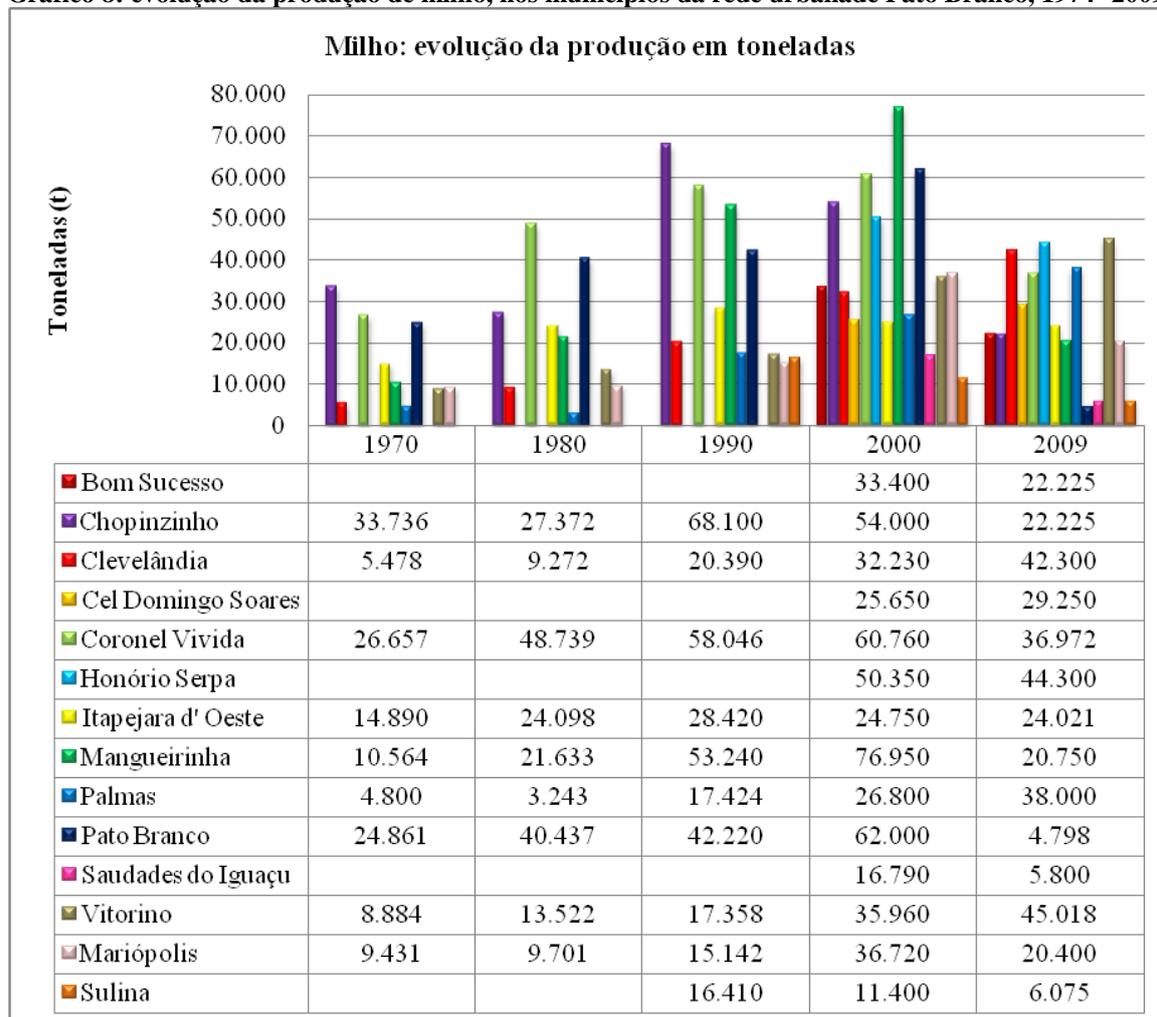
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos.

A partir da década de 1990 percebemos a redução da área dos principais produtores de milho, contudo atribuímos isso aos desmembramentos citados acima. Percebemos que os principais municípios produtores se mantiveram: Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha, Pato Branco, esse último município apresentou queda, mas vinculado ao desmembramento do município de Bom Sucesso do Sul, que inclusive manteve-se produzindo um volume significativo entre 2000 e 2009.

Grande parte da produção de milho destina-se ao abastecimento das agroindústrias locais, especialmente as agroindústrias de aves e produção de ração. Embora tenha crescido a produção da soja e a produção de suínos tenha apresentado queda, a produção de milho manteve-se como atividade importante para os agricultores nos municípios da rede.

Gráfico 8: evolução da produção de milho, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 -2009



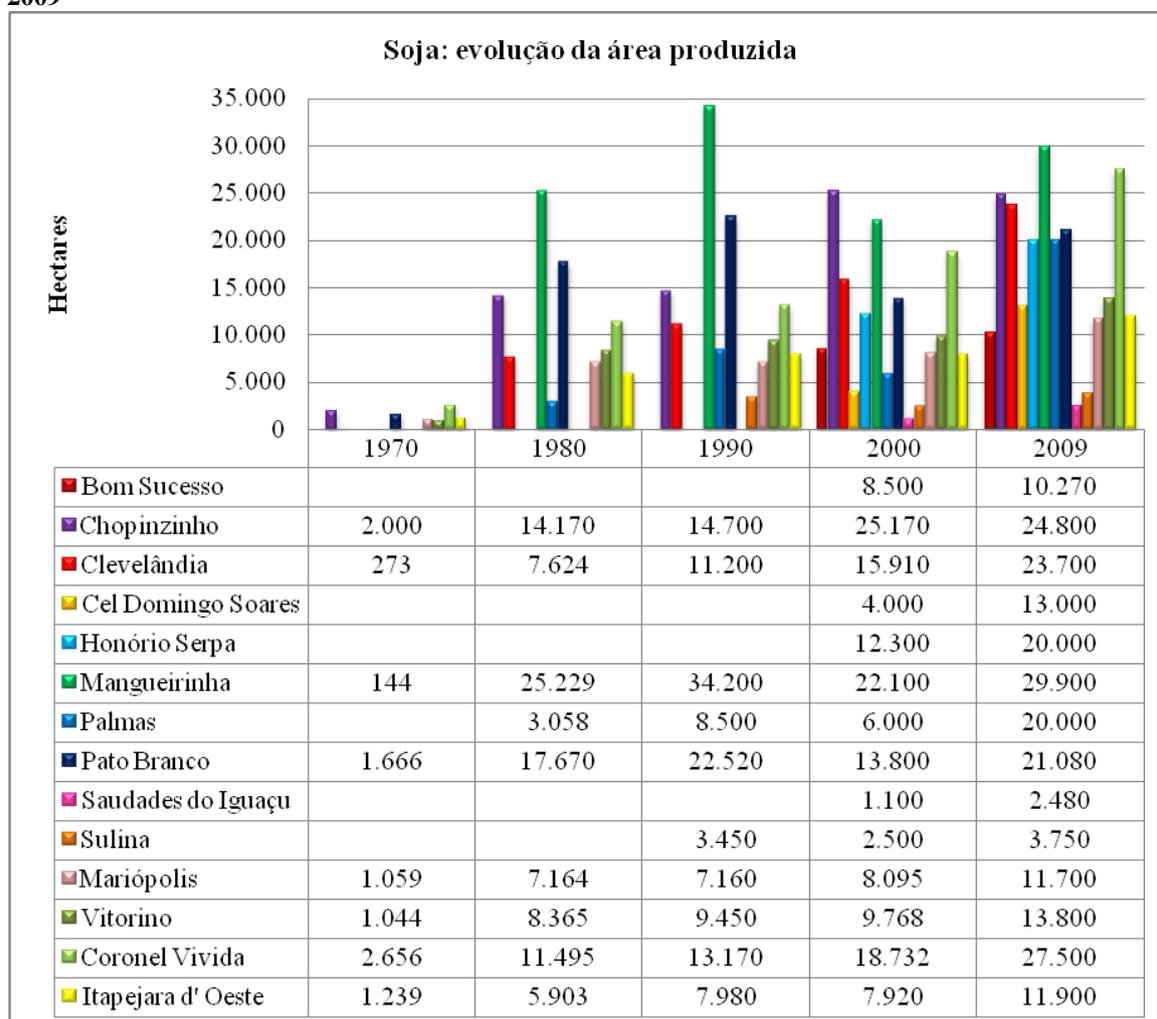
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2009.

Org: Karim Santos.

Santos (2008), ressalta que a introdução da cultura de soja foi a mais viável para o pacote tecnológico da agricultura. Percebemos nos gráficos 9 e 10 que na década de 1970, quando o cultivo de feijão apresentava expressividade, o cultivo da soja era quase insignificante.

A partir da década de 1980 percebemos um crescimento importante tanto na área destinada à produção de soja quanto no volume de produção. Atribuímos a isso ao emprego crescente de tecnologia, verificado no quadro 3, onde é indicado o salto quantitativo no número de tratores entre as décadas de 1970 e 1980. A produção da soja é desenvolvida nas propriedades maiores, 10 hectares. Contudo, os pequenos proprietários familiares não abandonaram por completo essa atividade, sendo verificadas pequenas parcelas que não são ocupadas por pasto para a produção da soja.

Gráfico 9: Evolução da área de produção de soja, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 - 2009

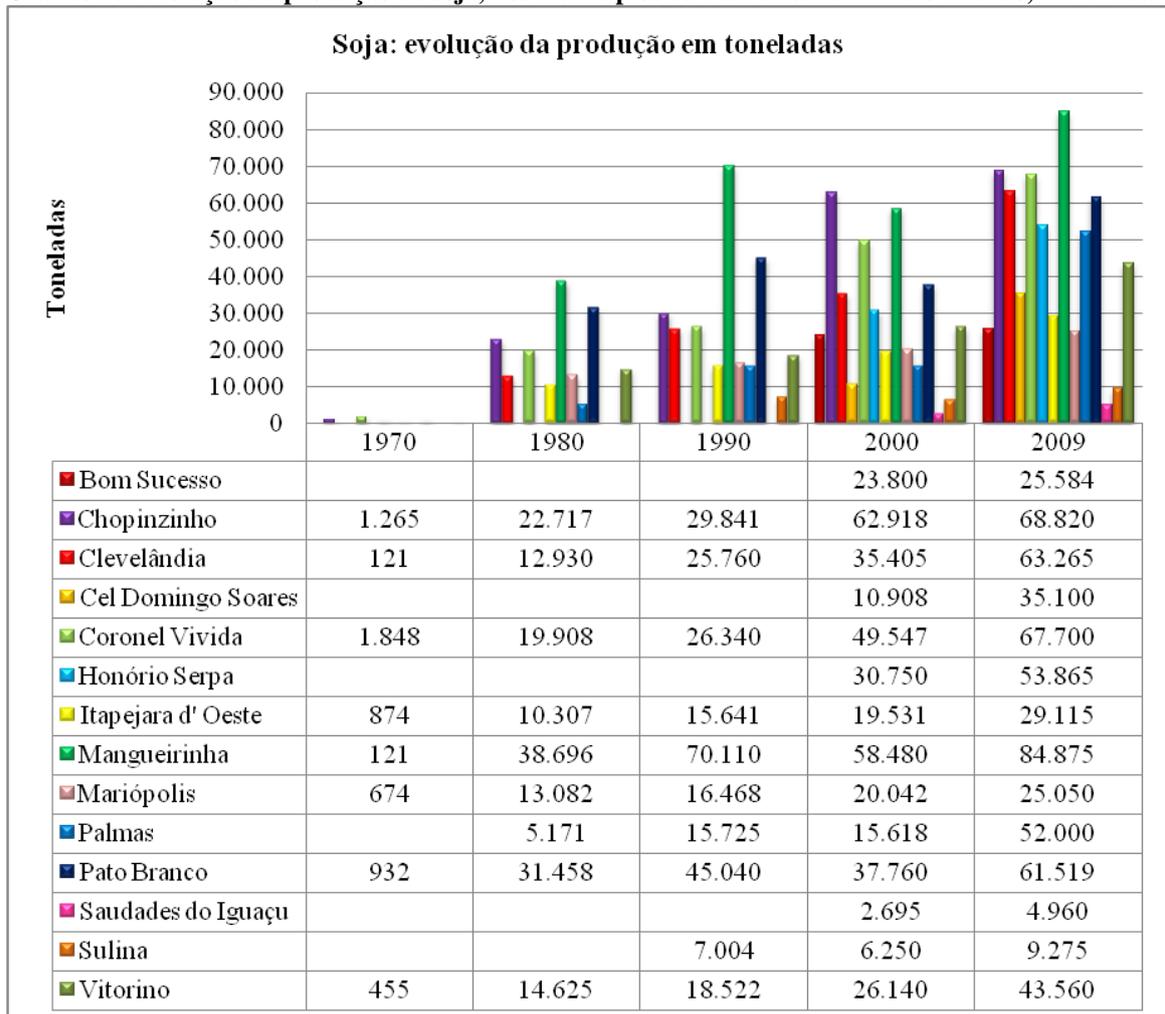


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos.

As cidades da rede possuem cooperativas que atuam na coleta e armazenagem dos grãos não havendo nenhum beneficiamento local. A COAMO, que compra soja e milho, especialmente Coronel Vivida, Honório Serpa, Mangueirinha e Chopinzinho, transforma parte desses produtos em óleo, margarina, farinha de milho e trigo na unidade industrial de Campo Mourão.

Além da Coamo, atuam a COASUL na coleta, armazenagem e expedição de soja, milho, feijão e trigo. Dentre essas há ainda as cerealistas particulares, como a San Rafael, situada na cidade de Coronel Vivida, com filiais em Mangueirinha e outras cidades fora da rede. E a SOJAMIL em Chopinzinho. Essas cooperativas e cerealistas, além de armazenarem e comercializarem a produção fornece ao produtor assistência técnica especializada e insumos agrícolas.

Gráfico 10: evolução da produção de soja, nos municípios da rede urbana de Pato Branco, 1974 -2009

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário Municipal, 2009.

Org: Karim Santos.

É importante ressaltar que as atividades agrícolas nos municípios da rede urbana de Pato Branco são de suma importância, não podendo ser analisado o desenvolvimento das atividades urbanas sem dar ênfase a estas atividades. Como ressaltado no início desse trabalho, historicamente na divisão territorial do trabalho, foi a atividade agrícola que deu suporte à criação das atividades urbanas.

Verificamos em entrevistas realizadas nas prefeituras das cidades pesquisadas uma ênfase às políticas públicas que incentivem a permanência do homem no campo, subsidiando a produção para comercialização e melhorando as condições de vida desse produtor a fim de evitar o êxodo rural, uma vez que diversas cidades não oferecem possibilidades de absorção de mão de obra. Além disso, foram relatados como as atividades urbanas de comércio foram dinamizadas ao longo dos últimos anos, concomitante ao crescimento de atividades como a

produção de leite que vem melhorando a condição do produtor familiar na maioria dos municípios.

2.2 DINÂMICA POPULACIONAL

De acordo com Corrêa (1970), a região Sudoeste do Paraná era pouco povoada até o início do século XX, sendo habitada por alguns caboclos e fazendeiros provenientes das regiões dos campos de Palmas. Esse cenário populacional modificou-se significativamente a partir das migrações ocorridas principalmente a partir da década de 1940, com a chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses que modificaram significativamente a estrutura espacial da região e impulsionaram o crescimento e criação de alguns centros urbanos.

Dessa forma, o estudo da dinâmica populacional dos municípios que compõem a rede urbana de Pato Branco, bem como de todas as cidades da região Sudoeste do Paraná, está, ligado à dinâmica migratória, embora suas taxas de fecundidade e natalidade tenham acompanhado o decréscimo verificado no estado especialmente após a década de 1970.

Toda região Sul do Brasil foi fortemente marcada por uma dinâmica migratória impulsionada pelo esgotamento das fronteiras agrícolas no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esse processo perdurou até 1960 no estado do Paraná devido à expansão das fronteiras agrícolas, enquanto os dois primeiros tiveram o esgotamento de sua fronteira anterior a 1960.

A partir de 1970, com a introdução tecnológica no campo, as áreas rurais dos três estados do Sul, anteriormente receptora de imigrantes, sofreram uma forte expulsão populacional das áreas rurais para os centros urbanos maiores dos respectivos estados e especialmente para outros estados do país. Nesse processo o estado do Paraná foi o que apresentou os maiores números de decréscimo populacional durante a década de 1970 em relação ao país. Esse saldo negativo prosseguiu até década de 1980.

No estado do Paraná os principais fluxos migratórios intra-regionais ocorreram entre a década de 1980 e 1990. Neste período, na região metropolitana de Curitiba as migrações intra-regionais foram de 11,5%, enquanto que no interior do estado essas migrações foram de 88,5%. Já os fluxos inter-regionais que ocorreram da região metropolitana de Curitiba para o interior do estado foram de 25,1% e do interior do estado para a região metropolitana de 74,9%. (IPARDES, 2004, p.33)

Na rede urbana de Pato Branco a maioria dos núcleos foi criada a partir da necessidade de atender as atividades agrícolas, permanecendo nessa função de oferta de produtos básicos para a população predominantemente rural até a década de 1970. A dinâmica da migração

rural urbana foi ocorrer especialmente a partir da desta década, já que os meios de transporte rodoviários e ferroviários até então eram extremamente precários em todo o Sudoeste do Paraná.

Assim a região Sudoeste do Paraná e as cidades que compõem a rede de Pato Branco chegaram à década de 1970 com a maior parte da população no meio rural. Contudo a partir de 1980 verifica-se o processo de inversão de população rural em urbana. Nas décadas seguintes houve um forte fluxo de saída da população para outras regiões do estado e para outros estados. O que se verifica é o que Corrêa (1970) afirma, a migração ocorreu primeiramente via rede urbana, do campo para os pequenos centros regionais, e posteriormente para os centros maiores inter-regionais.

Após a década de 1970 verifica-se no estado do Paraná uma reestruturação produtiva significativa com introdução de novos ramos produtivos na indústria. Esse processo ocorreu principalmente a partir de uma desconcentração industrial do Sudeste. Contudo, ocorreu também nesse mesmo período, a expansão dos complexos agroindustriais. Tais processos concentraram-se em centros maiores do Estado, como as regiões metropolitanas do Norte central e de Curitiba.

De acordo com Moura (2004), o processo de industrialização paranaense ocorreu de forma concentrada provocando especialmente ao longo da década de 1980 e 1990 um processo de concentração e esvaziamento intenso no território. As migrações passaram a ocorrer intra-regionalmente, de regiões agrícolas para regiões mais industrializadas.

Verificamos que as trocas líquidas migratórias inter-mesorregionais, intra- estaduais e interestaduais apontam saldos negativos na maioria das mesorregiões do Estado especialmente ao longo da década de 1991 a 2000. A mesorregião Sudoeste do Paraná apresentou nesse período um total absoluto negativo de -35.545 migrantes, enquanto que a região metropolitana de Curitiba apresentou no mesmo período um saldo positivo de 128.175 e a região Norte Central 17.586.(IPARDES, 2004).

As migrações ocorreram via rede urbana, dos centros menores para os centros maiores, especialmente a partir da década de 1980, por isso um crescimento acentuado dos municípios com população maior que 50 mil habitantes, onde o processo de industrialização foi mais intenso. Verifica-se a lógica da vantagem comparativa capitalista que encontrou nesses centros viabilidade para a instalação de unidades industriais, valendo-se da oferta de mão de obra e mercado consumidor (MOURA, 2004).

Nos municípios com menos de 50 mil habitantes, como os da rede de Pato Branco, ocorreram um processo de esvaziamento populacional. Primeiramente houve a inversão da

população rural em urbana, depois um processo migratório intra-rede urbana, dos centros menores para os centros maiores.

Nos municípios da rede urbana de Pato Branco observamos uma variação pouco significativa no total da população. Nos municípios onde ocorreu redução significativa como em Chopinzinho após a década de 1980, é importante ressaltar que houve desmembramento desse município, o mesmo ocorreu com os municípios de Mangueirinha e Palmas.

No total da população a mudança mais importante ocorreu na cidade de Pato Branco que apresentou crescimento médio de 20% em cada década, juntamente com o município de Palmas que apresentou um crescimento médio de 16,5%, entre as décadas de 1970 e 1980, posteriormente decresceu em 1% entre as décadas de 1990 e 2000 para voltar a crescer em 23% na última década.

Nos demais municípios da rede houve uma variação pouco significativa, observando certa estagnação populacional entre as décadas de 1970 e 2010. Isto é, percebemos que embora o impacto migratório de esvaziamento populacional seja um fator considerável na dinâmica populacional, nos municípios da rede esse fator, foi pouco impactante.

Consideramos que a base produtiva desses municípios, bem como das atividades urbanas tenha permanecido a atividade agrícola, apenas em Pato Branco essa deixou de ser a atividade principal para ser a atividade urbana que viera a atender toda a sua área de influência. Dessa forma, embora haja uma dinamização produtiva concomitante à modernização do campo, a maior parte dos municípios permaneceu com parcela importante da população ocupada no campo.

Quadro 8: População Residente nos municípios da Rede Urbana de Pato Branco: 1970-2010

Município	Situação do domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Chopinzinho	Total	27.042	35.170	24.587	20.543	19.679
	Urbana	2.376	7.707	8.282	10.529	12.508
	Rural	24.666	27.463	16.305	10.014	7.171
Clevelândia	Total	13.636	16.799	18.057	18.338	17.240
	Urbana	8.225	11.977	13.347	14.814	14.758
	Rural	5.411	4.822	4.710	3.524	2.482
Coronel Domingos Soares	Total				7.004	7.238
	Urbana				797	1.753
	Rural				6.207	5.485
Coronel Vivida	Total	22.413	26.947	25.140	23.306	21.749
	Urbana	3.607	10.126	12.339	14.732	15.445
	Rural	18.806	16.821	12.801	8.574	6.304
Honório Serpa	Total				6.896	5.955
	Urbana				1.443	1.988
	Rural				5.453	3.967
Itapejara d'Oeste	Total	10.075	10.110	9.045	9.162	10.531
	Urbana	2.146	3.064	3.909	4.961	6.987
	Rural	7.929	7.046	5.136	4.201	3.544
Mangueirinha	Total	15.430	21.151	25.604	17.760	17.048
	Urbana	1.140	2.278	4.982	6.450	8.394
	Rural	14.290	18.873	20.622	11.310	8.654
Mariópolis	Total	6.866	6.199	6.280	6.017	6.268
	Urbana	1.847	2.305	2.855	3.771	4.469
	Rural	5.019	3.894	3.425	2.246	1.799
Palmas	Total	25.811	30.867	35.262	34.819	42.888
	Urbana	10.017	16.723	24.890	31.411	39.795
	Rural	15.794	14.144	10.372	3.408	3.093
Pato Branco	Total	33.808	45.938	55.675	62.234	72.370
	Urbana	15.455	31.477	43.406	56.805	68.091
	Rural	18.353	14.461	12.269	5.429	4.279
Saudade do Iguaçú	Total				4.608	5.028
	Urbana				1.987	2.503
	Rural				2.621	2.525
Sulina	Total			5.222	3.918	3.394
	Urbana			951	1.195	1.390
	Rural			4.271	2.723	2.004
Vitorino -	Total	7.622	6.830	6.478	6.285	6.513
	Urbana	1.230	2.113	2.604	3.190	3.988
	Rural	6.392	4.717	3.874	3.095	2.525

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970 – 2010.

Org: Karim Santos.

De outro lado, é grande o fluxo dos trabalhadores citadinos que encontraram trabalho nas atividades de serviços e comércio nessas pequenas cidades, verificado a inexpressividade da sua indústria. Além disso, há ainda a questão das migrações pendulares que ocorrem diariamente rumo à cidade de Pato Branco. De acordo com informações coletadas na Prefeitura Municipal da cidade de Coronel Vivida, dessa cidade se deslocam diariamente cerca 500 trabalhadores para atuar em empresas daquela cidade.

Observamos que nas menores cidades da rede, cuja população total não excede oito mil habitantes, a população urbana é inferior à população rural como em Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Saudades do Iguaçu e Sulina. Podemos considerar que essas pequenas cidades são cidades no campo, cujas funções urbanas são as de suprimento das necessidades imediatas da população, sendo as demais supridas por Pato Branco visto a oferta e proximidade.

Tabela 1: Taxa de urbanização dos municípios da rede urbana de Pato Branco – 1970 - 2010

Cidade	1970	1980	1990	2000	2010
Chopinzinho - PR	9%	22%	34%	51%	64%
Clelândia - PR	60%	71%	74%	81%	86%
Coronel Domingos Soares - PR				11%	24%
Coronel Vivida - PR	16%	38%	49%	63%	71%
Honório Serpa - PR				21%	33%
Itapejara d'Oeste - PR	21%	30%	43%	54%	66%
Mangueirinha - PR	7%	11%	19%	36%	49%
Mariópolis - PR	27%	37%	45%	63%	71%
Palmas - PR	39%	54%	71%	90%	93%
Pato Branco - PR	46%	69%	78%	91%	94%
Saudade do Iguaçu - PR				43%	50%
Sulina - PR			18%	31%	41%
Vitorino - PR	16%	31%	40%	51%	61%

Fonte: IBGE, 1970 – 2010.

Org: Karim Santos.

Observamos na Tabela 1 que na década de 1970 apenas a cidade de Clelândia excedia 50% de população urbana, as demais permaneciam essencialmente rurais. Na década seguinte as cidades de Palmas e Pato Branco ultrapassaram esse percentual com 54% e 69% respectivamente de população urbana. Enquanto que as demais, existentes no período, permaneciam predominantemente rurais.

Ainda na década de 1990, permanecem apenas Clevelândia, Palmas e Pato Branco com maior percentual de população urbana. Esse cenário começa a mudar para as demais cidades na década seguinte quando Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis e Vitorino ultrapassam a população rural na mesma medida em que verificamos um decréscimo, ainda que pouco acentuado, da população total. O que nos faz entender que as migrações ocorreram não somente internamente aos municípios, mas via rede urbana ou externamente a ela. Grande parte dessa população se deslocou para a cidade de Pato Branco, que apresentou crescimento acentuado em sua população total e especialmente a população urbana, chegando a 94% na última década.

Em 2010, por outro lado, a taxa de urbanização avançou e apenas 4 municípios ainda tem predomínio de população rural. Isso demonstra que esse processo vem avançando para a rede urbana de Pato Branco, vinculada dentre outros, ao melhoramento estrutura comercial, bem como a maior demanda de trabalhadores da área rural.

2.3 NAS ATIVIDADES URBANAS

Ao longo do processo de reestruturação das atividades urbanas nas cidades da rede, percebemos a tendência das atividades industriais mais importantes como a metalurgia, indústria de material elétrico e produtos químicos tenderam a concentrar-se na cidade de Pato Branco, enquanto que nos demais centros prevaleceram a indústria têxtil, de madeira e moveleira.

Entre a década de 1980 e 1990 ocorreram desmembramentos de alguns municípios, como o município de Sulina, desmembrado do município de Chopinzinho em 1989, e Saudades do Iguçu, em 1993. Dos municípios de Palmas foi desmembrado o município de Coronel Domingos Soares em 1997 e do município de Mangueirinha foi desmembrado o município de Honório Serpa em 1993. Ainda em 1993 foi desmembrado de Pato Branco o município de Bom Sucesso do Sul. Esses pequenos núcleos foram criados para atender as necessidades da população rural dos antigos núcleos e permaneceram com funções de suprimento de bens e serviços básicos à população, sem desenvolver outras atividades urbanas que propiciassem crescimento econômico populacional, concomitante ao aumento de funções mais raras na cidade de Pato Branco. Fresca (2009), explica esse processo quando discute a questão da densidade dos centros em todo o estado.

Contudo, a grande maioria dos núcleos que foi criada com apoio no amplo mercado consumidor rural a ser abastecido de bens e serviços transformou-se em centros de nível muito fraco de centralidade na fase atual, em função do esvaziamento demográfico das transformações no consumo e da perda sucessiva de funções. (FRESCA, 2009, p. 18)

Com isso, entendemos que a divisão territorial do trabalho interna à rede urbana em questão, foi sendo definida nitidamente com as atividades urbanas mais importantes concentrando-se cada vez mais na cidade de Pato Branco, oferecendo cada vez mais serviços especializados e já havia nas décadas de 1970 e 1980 uma quantidade e qualidade de serviços que atendiam às demandas das cidades circunvizinhas.

As atividades de terciário foram cada vez mais voltadas para atender as necessidades da população dos demais centros urbanos, não apenas no suprimento de bens e serviços especializados como serviços de saúde, serviços técnicos de pesquisa, insumos agrícolas, mas também órgãos públicos estaduais. Procuramos perceber as mudanças na rede urbana através da análise das atividades urbanas a partir de 1990. Para isso selecionamos as principais atividades conforme os quadros a seguir.

Quadro 9 : Número de Estabelecimentos industriais, nas cidades da rede urbana de Pato Branco 1996 - 2010

Estabelecimentos industriais	Chopininho			Clevalândia			Coronel Vivida			Itepejara d'Oeste		
	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010
Extração de minerais	0	1	2	1	1	1	0	0	2	0	0	0
Minerais não metálicos	4	3	4	0	0	3	2	0	1	0	0	1
Metalúrgica	4	5	8	2	2	4	5	3	8	1	2	6
Ind. Mecânica	0	0	1	1	1	1	0	1	2	1	0	0
Mat. Elétrico e comunicação	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Mat. De transporte	0	0	0	0	0	0	3	2	2	0	0	0
Madeira e mobiliário	11	9	11	24	36	41	25	38	21	0	2	4
Papel, papelão, editorial gráfico	2	4	6	1	2	3	4	2	5	0	1	1
Borracha, fumo, couros, peles	0	0	4	2	3	4	5	6	9	1	0	2
Ind. Química, farmacêutica, perfumarias, sabões, velas e mat. plásticos	0	2	0	0	0	1	3	0	2	0	0	1
Ind. Textil, vestuário e artefatos de tecido	5	10	7	3	2	4	5	6	9	0	1	5
Calçados	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0
Bebida e álcool etílico	4	4	9	8	11	15	4	10	8	3	6	15
Total	30	38	54	44	58	77	57	68	70	6	12	35

Fonte: Caged / Iparides, 2010.

Quadro 10: Número de estabelecimentos industriais, nas cidades da rede urbana de Pato Branco 1996 - 2010

Estabelecimentos industriais	Mangueirinha			Mariópolis			Palmas			Pato Branco		
	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010
Extração de minerais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Minerais não metálicos	0	1	3	0	2	0	0	5	4	11	16	23
Metalúrgica	3	1	4	1	2	2	4	5	9	26	33	70
Ind. Mecânica	0	0	1	2	1	0	0	1	2	7	11	28
Mat. Elétrico e comunicação	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	11	13
Mat. de transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	5	5
Madeira e mobiliário	9	18	7	8	16	15	61	62	38	39	42	45
Papel, papelão, editorial gráfico	0	2	4	0	1	1	7	3	7	10	13	19
Borracha, fumo, couros, peles	1	4	1	0	0	0	2	1	0	7	4	14
Ind. Química, farmacêutica, perfumarias, sabões, velas e mat. plásticos	1	1	0	0	0	1	0	1	4	10	17	18
Ind. Têxtil, vestuário e artefatos de tecido	3	3	10	2	4	1	3	3	6	20	26	21
Calçados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1
Bebida e álcool etílico	8	5	5	6	5	7	10	9	11	26	26	50
Total	26	35	35	19	31	27	87	91	83	170	206	308

Fonte:caged/Ipardes, 2010

Podemos verificar que as atividades industriais com maior número de estabelecimentos em todas as cidades da rede mantiveram-se voltada para transformação da madeira. Em algumas cidades esse segmento cresceu no número de estabelecimentos, como em Clevelândia, que em 2010 do total dos estabelecimentos industriais, 53% eram de madeira e mobiliário.

Em Coronel Vivida a atividade de madeira e mobiliário representou 56% do total de estabelecimentos em 2000, caindo para 30% na década seguinte. Por outro lado, percebemos um aumento no número de estabelecimentos na indústria têxtil e metalúrgica nessa cidade. Chopinzinho destaca-se por apresentar segmentos da indústria metalúrgica com 8 de seus 54 estabelecimentos industriais, isto é, 15% do total; enquanto a indústria de madeira e mobiliário destacou-se nessa cidade com 20% do total.

Pato Branco se destaca em todos os segmentos com um número maior e mais diversificado de indústrias. No segmento metalúrgico, em 2010 apresentou 22% do total de estabelecimentos, um crescimento de 112% com relação à década anterior, quando apresentava 33 estabelecimentos. Já a indústria mecânica representou 9% do total na última década com destaque também para o segmento de mobiliário e madeira que representou 14%.

Foi Palmas a cidade que mais se destacou no número de estabelecimentos de madeira e mobiliário no decorrer das três últimas décadas. Em 1996, esse segmento representou 70% do total de estabelecimentos; em 2000 manteve 68% do total, mas diminuiu na última data o número de estabelecimentos, isto é, 24 estabelecimentos com relação à década anterior, representando 45% do total.

Nos demais segmentos especializados como a indústria química e farmacêutica também se destacou a cidade de Pato Branco, com maior número na última data. A indústria têxtil e confecções obteve crescimento em quase todas as cidades.

Quadro 11: Número de estabelecimentos prestadores de serviços e comércio, varejista e atacadista – rede urbana de Pato Branco, 1996 - 2000

Estabelecimentos	Chopininho			Clevelândia			Coronel Vivida			Itapejara d'Oeste		
	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	1	0	1	0	2	1	10	0	0	1
Construção civil	12	13	31	10	11	9	6	19	25	2	8	10
Comércio varejista	49	85	190	73	101	168	74	98	227	20	36	108
Comérci atacadista	5	2	20	8	10	11	15	8	23	7	5	6
Instituição de crédito	2	7	7	4	4	7	1	5	7	1	2	3
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	6	13	34	6	9	14	9	19	30	1	2	4
Transporte e comunicação	32	23	32	6	17	16	8	10	23	4	5	16
Alojamento, alimentação, reparo, manutenção, rádio difusão e televisão	22	32	39	24	26	28	26	30	41	5	10	16
Médicos odontológicos e veterinários	8	10	18	4	7	10	9	12	12	2	1	3
Ensino	2	6	6	1	6	6	4	7	12	2	1	1
Administração pública e indireta	6	4	2	2	3	3	7	5	5	2	1	2
Total	146	196	380	138	195	272	161	214	415	46	71	170

Fonte: caged/ Iparides, 2010.

Org: Karim Santos.

Quadro 12: Número de estabelecimentos prestadores de serviços e comércio varejista e atacadista, rede urbana de Pato Branco, 1996- 2000

Estabelecimentos	Mangueirinha			Mariópolis			Palmas			Pato Branco		
	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010	1996	2000	2010
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	6
Construção civil	2	5	3	3	2	5	15	25	29	86	98	154
Comércio varejista	39	60	136	21	34	74	143	178	319	466	572	1.093
Comérci Atacadista	8	5	15	5	6	3	6	16	27	73	69	107
Instituição de credito	1	2	4	1	2	3	5	8	10	19	30	37
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	2	9	15	4	23	5	30	109	42	173	173	
Transporte e comunicação	3	4	14	6	30	9	27	63	37	79	79	172
Alojamento, alimentação, reparo, manutenção, rádio difusão e televisão	11	18	37	11	31	16	50	125	79	178	178	275
Médicos odontológicos e veterinários	3	7	10	3	12	4	16	110	41	146	146	216
Ensino	3	3	5	0	7	1	8	28	18	28	28	43
Administração pública e indireta	2	2	2	1	6	2	6	8	7	7	7	4
Total	74	115	241	55	153	122	306	670	611	1.256	1.382	2.107

Fonte: caged/ Ipardes

ORG: Karim Santos

Quanto ao número de estabelecimentos de comércio e serviços nos quadros 11 e 12, percebemos um aumento significativo no total em todas as cidades da rede nas últimas décadas. Isso indica uma dinamização importante das atividades urbanas ainda que na maioria das cidades a atividade industrial apresente pequena expressividade. Compreendemos que, como mostrado no texto referente às atividades agropecuárias, sendo essa a base produtiva das cidades que compõem a rede, houve uma importante dinamização nas atividades urbanas mesmo que nos segmentos de serviço e comércio mais básico.

Percebe-se que os estabelecimentos voltados à agropecuária apresentaram um número significativo, além daqueles voltado às necessidades básicas da população. Na mesma medida em que é possível verificar que a cidade de Pato Branco exerce o papel concentrador das atividades de serviço e comércio mais raros e especializados, como, especialidades médicas, odontológicas, pelo maior número de estabelecimentos, ou mesmo atividades técnicas de prestação de serviços especializados, além dos de ensino técnico e universitário.

O quadro 13 indica que em todas as cidades os estabelecimentos comerciais varejistas representaram em média 50% do total dos estabelecimentos em 2010. No segmento do comércio atacadista apenas a cidade de Pato Branco se destacou com um número significativo de estabelecimentos, cerca de 4% do total de estabelecimentos com 107 estabelecimentos em 2010.

No segmento de serviços técnicos profissionais e auxiliar de atividade econômica a cidade de Chopinzinho destacou-se com uma representatividade de 7% no total dos estabelecimentos na rede, juntamente com Coronel Vivida com 6%. Isso nos leva a entender a centralidade dessas cidades na rede urbana, que no último Regic classificou-as acima das demais, uma vez que a oferta dos serviços citados acima vem atender as necessidades imediatas do núcleo menores.

Contudo, aquele segmento se destaca em Pato Branco concentrando 322 unidades na última década, isto é, 69% do total dos estabelecimentos nas cidades analisadas e 12% dos estabelecimentos em Pato Branco, apresentando nessa cidade um crescimento de 86% com relação à década anterior. Já nos serviços referentes a alojamento, alimentação, reparo, manutenção rádio difusão e televisão todas as cidades apresentaram em média 10% no total de seus estabelecimentos.

Nos serviços médicos, odontológicos e veterinários a cidade de Pato Branco representou no total de estabelecimentos das cidades analisadas, 68%, com 216 estabelecimentos em 2010. Essa concentração explica-se pelo número significativo de

especialistas presentes nessa cidade e que atendem toda a população das cidades circunvizinhas.

Tais serviços são de especialidades como de cirurgia plástica, mastologista, ortopedista, psiquiatria, neurologia, cardiologia, oftalmologia, oncologia, endocrinologia, entre outras especialidades, com equipamentos modernos na execução de exames médicos.

Quanto as instituições de ensino, Pato Branco concentra a maior número de estabelecimentos de ensino básico, público e privado, ainda é nessa cidade que estão instalados as instituições de ensino técnico profissional como o SENAC, SENAI e SENAR. Há também instituições Universitárias públicas, como uma extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR e outras duas faculdades privadas municipais. Essa oferta de ensino universitário e técnico atrai diariamente um fluxo importante de estudantes de toda a rede urbana e além dela.

Os estabelecimentos de comércios e serviços agropecuários estão presentes significativamente em todas as cidades da rede, como as lojas de insumos agrícolas, agroveterinárias que oferece além dos produtos citados assistência técnica qualificada. Esses serviços fazem parte, em média, de 21% do total de estabelecimentos de cada cidade. Chamamos a atenção o número reduzido de estabelecimentos dessa ordem na cidade de Pato Branco, com apenas 7,4% dos seus estabelecimentos, já que a atividade agropecuária nessa cidade possui importância menor.

No próximo item discutiremos a respeito das principais mudanças ocorridas na circulação ao longo das décadas de estruturação da rede urbana, bem como a evolução das vias de circulação no acompanhamento do crescimento das atividades produtivas que caracterizou a rede urbana a partir de 1970.

2.4 NA CIRCULAÇÃO

Sabemos que a rede urbana se configura numa complexidade de relações entre os centros que a compõem e além deles. Isto é, “[...] a rede urbana passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA, 2006, p.15).

No tocante ao desenvolvimento das atividades produtivas, intrínsecas à divisão social e territorial do trabalho é imprescindível que as condições favoráveis à reprodução do capital sejam criadas para que surjam outras atividades diversificadas e, por conseguinte, a criação de meios para a ampliação desse mesmo capital. E para isso os meios de circulação representam o tempo de rotatividade do capital, isto é, entre o acesso as matérias primas, o tempo de produção e circulação, e o tempo que chegará ao mercado. Uma vez que “o produto está realmente acabado apenas quando está no mercado” (MARX, 1973, p. 533-534).

Daí a importância na formação da rede urbana de meios adequados de transporte e comunicação. E a análise de como esses meios se desenvolveram nos faz conhecer os papéis desempenhados pelos centros urbanos na atualidade. Como, por exemplo, o desenvolvimento da cidade de Pato Branco como cidade receptora de produtos agrícolas regionais e ao mesmo tempo distribuidora de bens provenientes de outras regiões. Em 1932 era a única cidade do Sudoeste do Paraná de onde saía uma estrada com leito pavimentado que à ligava a União da Vitória e a Curitiba.

A baixa produtividade da região onde a cidade de Pato Branco está inserida, dada a pequena divisão social do trabalho no período, fraca presença de meios de circulação fez desse centro o mais importante na formação socioespacial da região Sudoeste do Paraná por várias décadas.

A precariedade dos meios de transporte perdurou muitas décadas retardando o desenvolvimento das atividades produtivas da região já que as “estradas de chão” dificultavam a distribuição dos produtos regionais. Isso implicava na inacessibilidade às matérias primas e aos mercados extra-regionais, além da não formação de um mercado consumidor local, pois grande parte dos produtos consumidos pelas famílias era produzida artesanalmente como ferramentas de trabalho, vestimentas, entre outros. Flores (2008), relata como esse processo implicava no desenvolvimento da região.

No Sudoeste, em 1950, uma viagem a Curitiba chegava a demorar uma semana pois a estrada não era pavimentada, então quando chovia intensamente formavam-se atoleiros. Por isso a indústria atrasou na região pela inacessibilidade.

[...] Ora, a não existência desse segmento da indústria nessa região do Paraná, em parte, se explica pela própria carência de vias de acesso, e

também pela ausência de mercado consumidor local dinâmico. (FLORES, 2008, p.83)

Esse cenário modificou-se lentamente, perdurando a hegemonia de Pato Branco como principal centro da rede urbana regional nas décadas seguintes. Em 1959 ainda havia poucas modificações com relação à década de 1930, contudo havia planos de construção rodoviária na região, que ligaria às demais cidades do Sudoeste a rodovia principal federal que levava até Curitiba. Além de outras rodovias estaduais que ligavam algumas cidades a Cascavel, processo importante na modificação da circulação e configuração da rede urbana regional.

Como ressaltamos nesse trabalho a dinâmica produtiva da rede urbana de Pato Branco moveu-se lentamente até a década de 1970, quando as cidades que compõem essa rede, juntamente com o contexto regional no qual se insere, apresentou intensificação da produção agrícola e industrial.

Nesse contexto, veio a necessidade de intensificação da infraestrutura da região, dando condições para que o escoamento da produção regional fosse realizada, especialmente a produção agrícola. Santos (2001, p. 274) nos adverte que “uma fluidez que deve estar sempre sendo ultrapassada é responsável por mudanças brutais de valor dos objetos e dos lugares”.

Visto ainda as mudanças ocorridas a partir de 1970 ressaltamos que dentre elas a agregação do valor da base produtiva das cidades da região veio necessariamente acompanhada por alterações qualitativas na infraestrutura, uma vez que “em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas esta que conforma a produção”. (SANTOS, 2001, p. 290). Além disso, sabemos que tanto a rotatividade do capital e, sobretudo a agregação do valor final do produto perpassa pela circulação.

Sendo assim, não podemos falar em evolução econômica da produção inerente à rede urbana sem considerar a mesma evolução nos meios de transporte, pois “a revolução nos meios de produção da indústria e da agricultura tornam necessárias a revolução nos meios de transporte e comunicação”. (HARVEY, 2006, p.50). Além disso, sabemos que:

Os preços, tanto das matérias-primas como dos bens acabados, são sensíveis aos custos dos transportes, e a capacidade de coletar as matérias primas em lugares distantes e de enviar os produtos acabados a mercados distantes, é evidentemente, afetada por esses custos.

Os custos de circulação “podem ser reduzidos pelo transporte aperfeiçoado, mais barato e mais rápido. (MARX, 1967, p.142)

Com isso a partir da década de 1970 verificamos algumas medidas importantes na rede rodoviária circunscrita à rede urbana. Houve a construção entre 1969 e 1971 de um trecho

estadual da BR-373 (Três Pinheiro – Pato Branco); ligação asfáltica do Sudoeste a partir da BR – 277 (atual entroncamento com a BR – 277 até Pato Branco). Entre 1975 e 1978 execução do plano de rodovias vicinais (PR 280, trecho Palmas – Pato Branco); entre 2003-2010 pavimentação asfáltica da PR-459 (trecho Mangueirinha – Foz do Jordão- Reserva do Iguaçu). (DER, 2010)

Atualmente a rede urbana de Pato Branco conta com uma malha de rodovias estaduais e federais pavimentadas que permitem a interligação de todas as cidades a Curitiba, Cascavel e Santa Catarina. A fluidez está presente em toda rede urbana do Sudoeste ligando a grande quantidade de centros.

O sistema de informação expandiu-se nas pequenas cidades, especialmente após a década de 1990. A maioria dos municípios já conta com telefonia móvel e fixa. Havendo poucas localidades rurais que não dispõe de acesso a telefonia móvel. Esses fatores permitem a maior fluidez nas cidades da rede além da interligação por transporte metropolitano que dá acesso a cidade de Pato Branco.

Tais fatores repercutiram em uma nova reconfiguração da rede urbana. Havendo por isso mudanças na centralidade das cidades ao longo do processo de estruturação das vias de circulação e comunicação. No próximo item veremos quais foram essas mudanças.

2.5 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA REDE

2.5.1 Caracterização da rede de Pato Branco após 1970

Para Santos (2009, p. 264), a formação de uma rede urbana passa por três momentos: um largo período pré-mecânico (rede espontânea); um período mecânico (desenvolvimento de técnicas); e o período atual (desenvolvimento técnico científico). Nesse sentido buscamos entender a formação da rede urbana de Pato Branco.

Como já exposto no início desse trabalho a gênese dos primeiros núcleos urbanos da região Sudoeste do Paraná esta ligada principalmente as atividades extrativistas da madeira e da erva mate até a década de 1940. Após esse período, como a migração e a diversificação das atividades agrícolas, tem-se a transformação de algumas vilas em cidades e conseqüentemente o crescimento de população e funções urbanas.

Segundo Padis (1981), as primeiras atividades foram direcionadas para a produção de alimentos e pastagem, além de suinocultura. Atividades pouco articuladas com os mercados extra-regional, devido à falta de infraestrutura, e pouco interligada a uma economia urbana.

Segundo Corrêa (1970), a criação dos centros urbanos da região ocorreu a partir da necessidade dos migrantes em armazenar e comercializar seus produtos. Esses núcleos tinham funções limitadas, além de pouca perspectiva de desenvolvimento visto que as atividades realizadas na região contavam com pouca divisão do trabalho, além de serem extremamente desarticuladas do mercado estadual e nacional. Para Padis (1981, p. 167) “surgiram pequenos núcleos urbanos cuja função econômica principal era a de prestar serviços, especialmente comerciais”. Além disso, os serviços comerciais referidos eram aqueles de expedição de produtos regionais e abastecimento de produtos extra-regionais de bens de produção e consumo indispensáveis. (CORRÊA, 1970)

Flores (2009), ao estudar o processo de industrialização no Sudoeste paranaense expõe que as atividades industriais até a década de 1970 eram voltadas principalmente para beneficiamento de produtos agrícolas pela própria população. O autor relata como os primeiros ocupantes da região produziam além de produtos agrícolas, quase todos os demais de que necessitavam como ferramentas de trabalho, móveis, confecções dentre outros. Havia por isso, um reduzido consumo e, inexpressiva atividade industrial.

Esse fator resultou em um crescimento urbano lento, uma vez que esse processo está ligado às atividades industriais. Até a década de 1970 verifica-se que a maior parte da

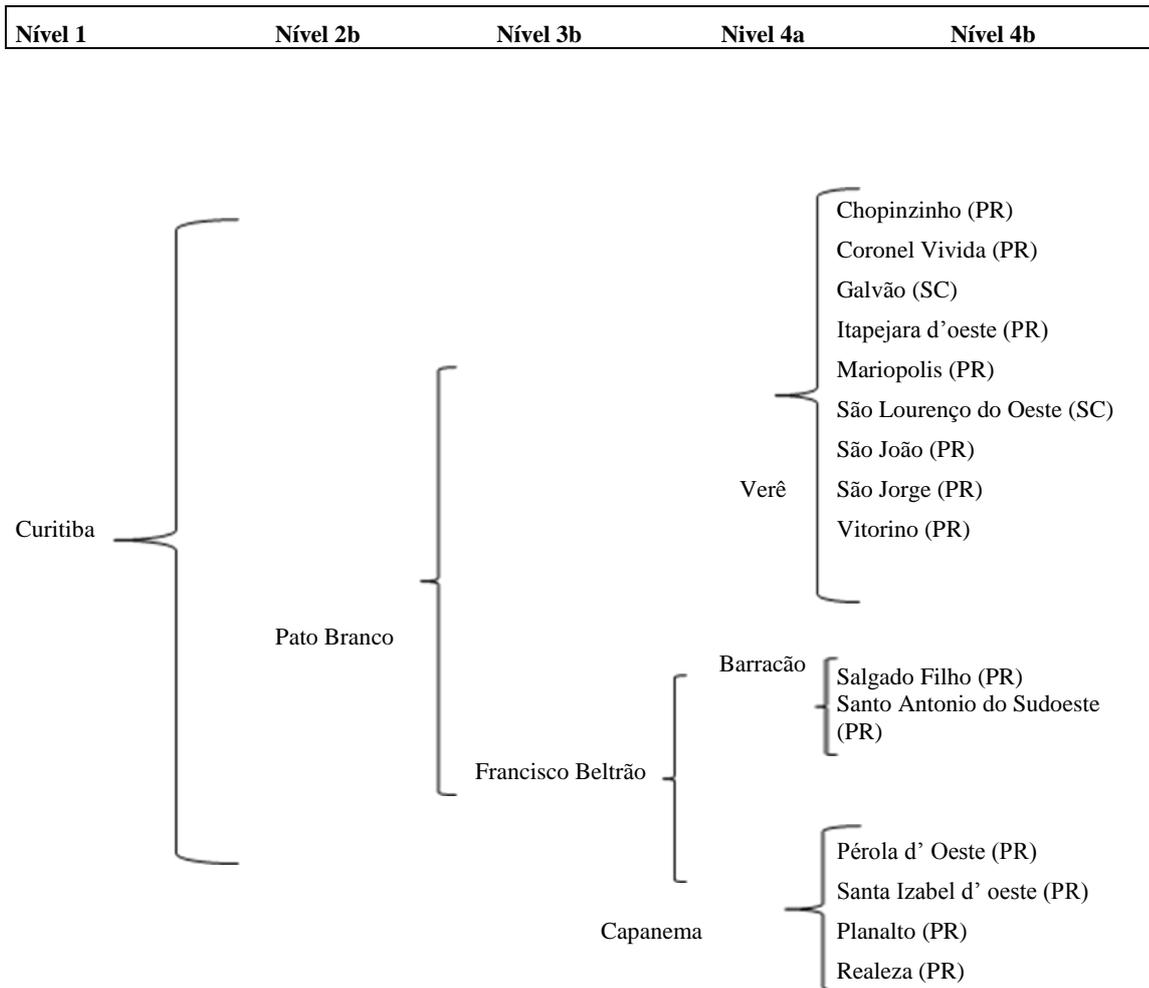
população residia no meio rural, vinculados à produção de alimentos para o abastecimento interno, organizados em pequenas propriedades.

A cidade de Pato Branco já ocupava uma centralidade importante desde o período anterior a ocupação, com as atividades extrativas. Essa centralidade aumenta quando essa cidade passa a ser um dos principais centros coletores e expedidores de produtos agrícolas regionais. Na região Sudoeste a cidade de Francisco Beltrão mantinha maior centralidade no processo de armazenagem e por isso era principal centro de instalação de firmas extra-regionais. Coube a Pato Branco abranger principalmente as cidades da área oriental da região, na coleta de seus produtos, estabelecendo desde então uma rede de cidades vinculadas a este centro.

Podemos confirmar isso através da análise da publicação do estudo do realizado pelo IBGE (1972) intitulado Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. O estudo possuía fins de organização e gestão territorial através do conhecimento da rede de cidades no Brasil.

Verificamos que a cidade de Pato Branco vinculava-se com Curitiba e mantinha sobre sua influência todas as cidades do Sudoeste, sendo neste momento o centro de maior importância regional para o fornecimento de bens e serviços, sobretudo na expedição de produtos regionais a outras regiões.

Figura 2 - Rede Urbana de Pato Branco, 1972



Fonte: IBGE, 1972

Como se observa na Figura 2, referente a rede urbana de Pato Branco em 1972 essa rede abrangia todas as cidades do Sudoeste do Paraná, com nível de centralidade inferior apenas a Curitiba. Sobre sua influência estavam as cidades de Francisco Beltrão com centralidade de nível 4a de acordo com a classificação do período, as demais pequenas cidades ocupavam o último nível de nível 4b, com menos centralidade. Atribuímos essa abrangência da rede de Pato Branco a oferta de bens e serviços mais diversificados na época, mais, sobretudo à sua ligação rodoviária com a cidade de Curitiba e ao escoamento da produção para as cidades extraregionais.

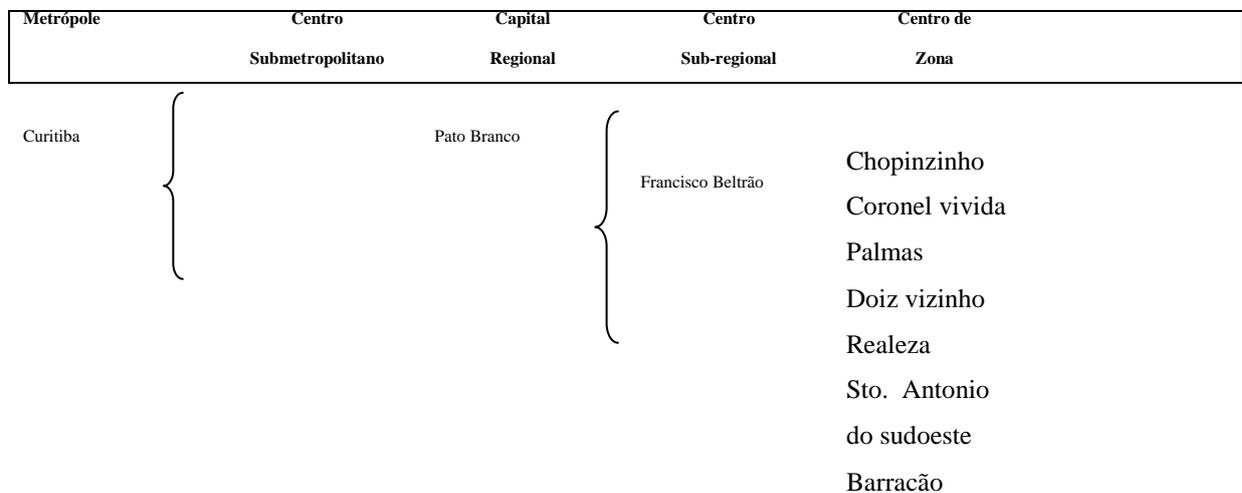
A partir de 1970 mudanças importantes ocorreram na estrutura produtiva paranaense. Foi o período de maior intensificação da mecanização agrícola e, por conseguinte de

migrações rurais urbanas. A introdução de novos ramos industriais no estado e o fortalecimento das agroindústrias também atraiu grande contingente de mão de obra para as cidades. No estado ocorreu uma forte concentração populacional em grandes centros urbanos e um conseqüente esvaziamento das pequenas cidades.

As mudanças ocorridas a nível nacional e estadual repercutiram em mudanças na rede de urbana do Sudoeste paranaense, a começar pelo impacto na agricultura pela inserção da modernização agrícola que ocorreu especialmente nesta década.

Nesse período a cidade de Pato Branco permanecia como maior expressividade no Sudoeste paranaense. Segundo estudo do IBGE publicado em 1987, Região de Influência das Cidades, vemos que esta cidade tem como centralidade mais importante da região sudoeste, ocupando a posição de capital regional, tendo em sua área de referência a cidade de Francisco Beltrão como centro sub-regional, Coronel Vivida, Chopinzinho, Palmas, Doiz Vizinhos, São Lourenço do Oeste, Realeza, Santo Antonio do Sudoeste e Barracão como centros de zona e as demais cidades como centros locais.

Figura 3 - Região de Influência das Cidades – IBGE, 1987



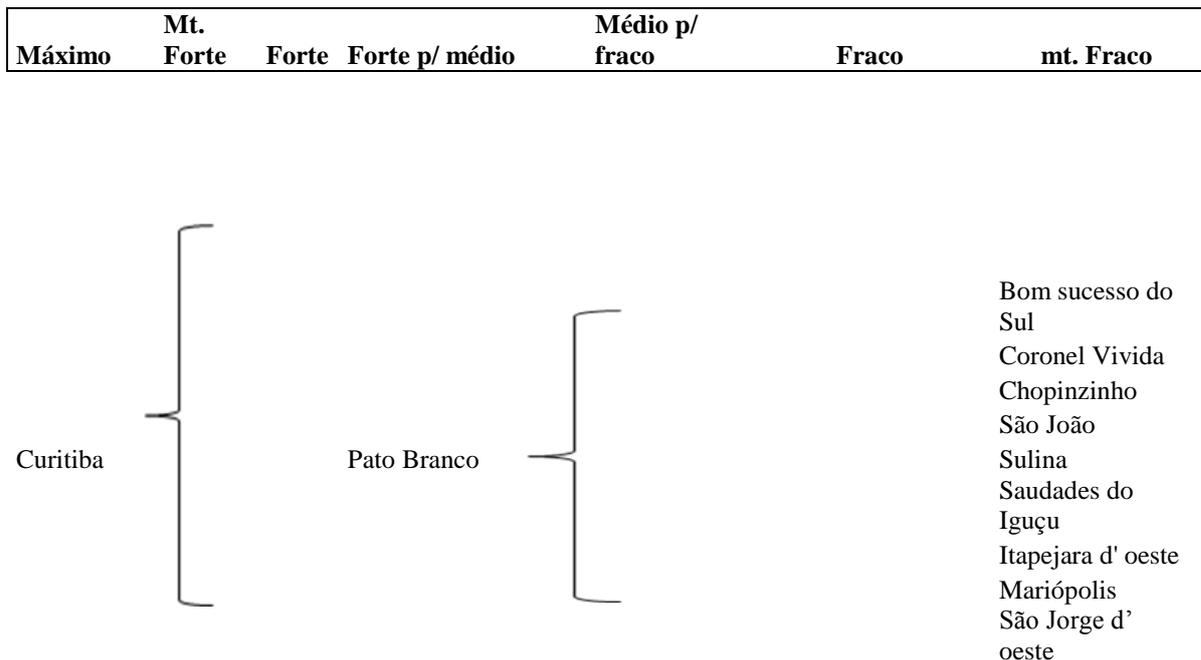
Fonte: IBGE, 1987

Observam-se mudanças importantes a partir do estudo publicado em 1993 pelo IBGE – Região de Influência das Cidades. Neste estudo é possível perceber uma nova configuração da rede urbana de Pato Branco, uma vez que essa cidade perde posição na hierarquia de centros e passa a influenciar um número menor de centros. No âmbito regional passa a dividir a mesma posição com a cidade de Francisco Beltrão. Estas duas cidades de mesmo nível

dividem as cidades do sudoeste em duas sub-redes; as cidades situadas a Oeste da região passam a relacionar-se diretamente com Francisco Beltrão, uma vez que a centralidade desta cidade aumenta. Pato Branco mantém sua influência em relação às cidades situadas a Leste da rede regional. O estudo publicado pelo IBGE divide a região em duas redes bem definidas.

No esquema abaixo é possível verificar a redução do número de centros sob a influência da cidade de Pato Branco.

Figura 4 - Região de Influência das Cidades - IBGE, 1993



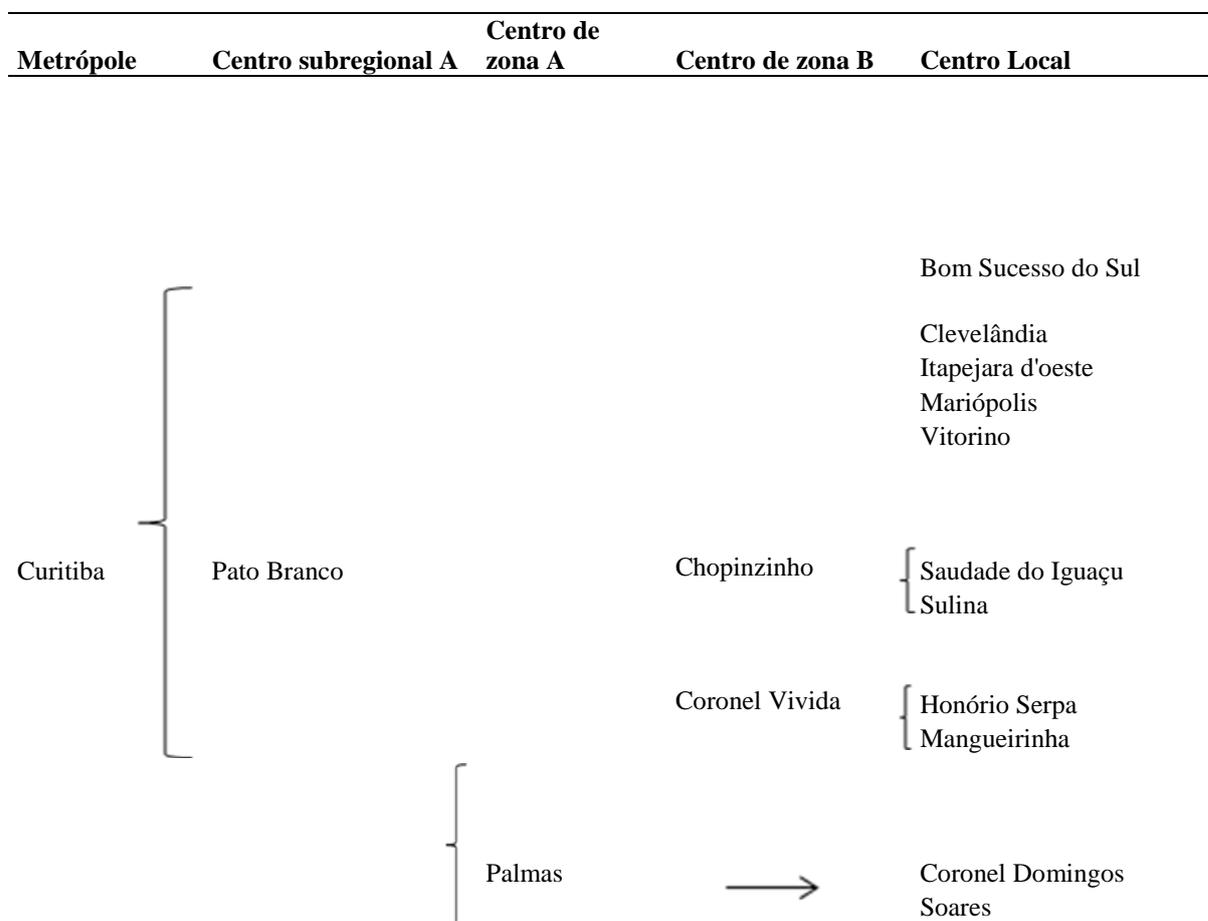
Fonte: IBGE, 1993.

No esquema acima é possível observar a redução no número de cidades, uma vez que as demais cidades que constituíam sua rede nos estudos anteriores passaram a estar na influência de Francisco Beltrão.

Pato Branco perde influência no âmbito regional e mantém em sua rede de cidades apenas a porção Leste. Centraliza grande parte das atividades industriais e da população. Apresentou crescimento populacional de cerca de 25 mil habitantes nas últimas décadas, passando de 45.937 em 1980 para 70.160 em 2009. (IBGE, 2010) As demais cidades da sua rede tiveram crescimento populacional negativo nas últimas décadas; sendo que um grande contingente dos moradores destes centros menores desloca-se a Pato Branco diariamente para trabalhar nas indústrias presentes nesta cidade.

Segundo a publicação mais recente do IBGE – Região de Influência das Cidades 2007, a rede de Pato Branco é constituída por 13 cidades. A cidade de Pato Branco mantém seus fluxos econômicos predominantemente com a cidade de Curitiba; além de sua posição enquanto principal centro fornecedor de produtos mais especializados às cidades da sua rede como os de saúde e bens de produção. No âmbito da rede urbana é nesta cidade que se concentram a maior parte das atividades industriais e o maior contingente de população urbana. Nos demais centros as atividades são voltadas principalmente para a agropecuária.

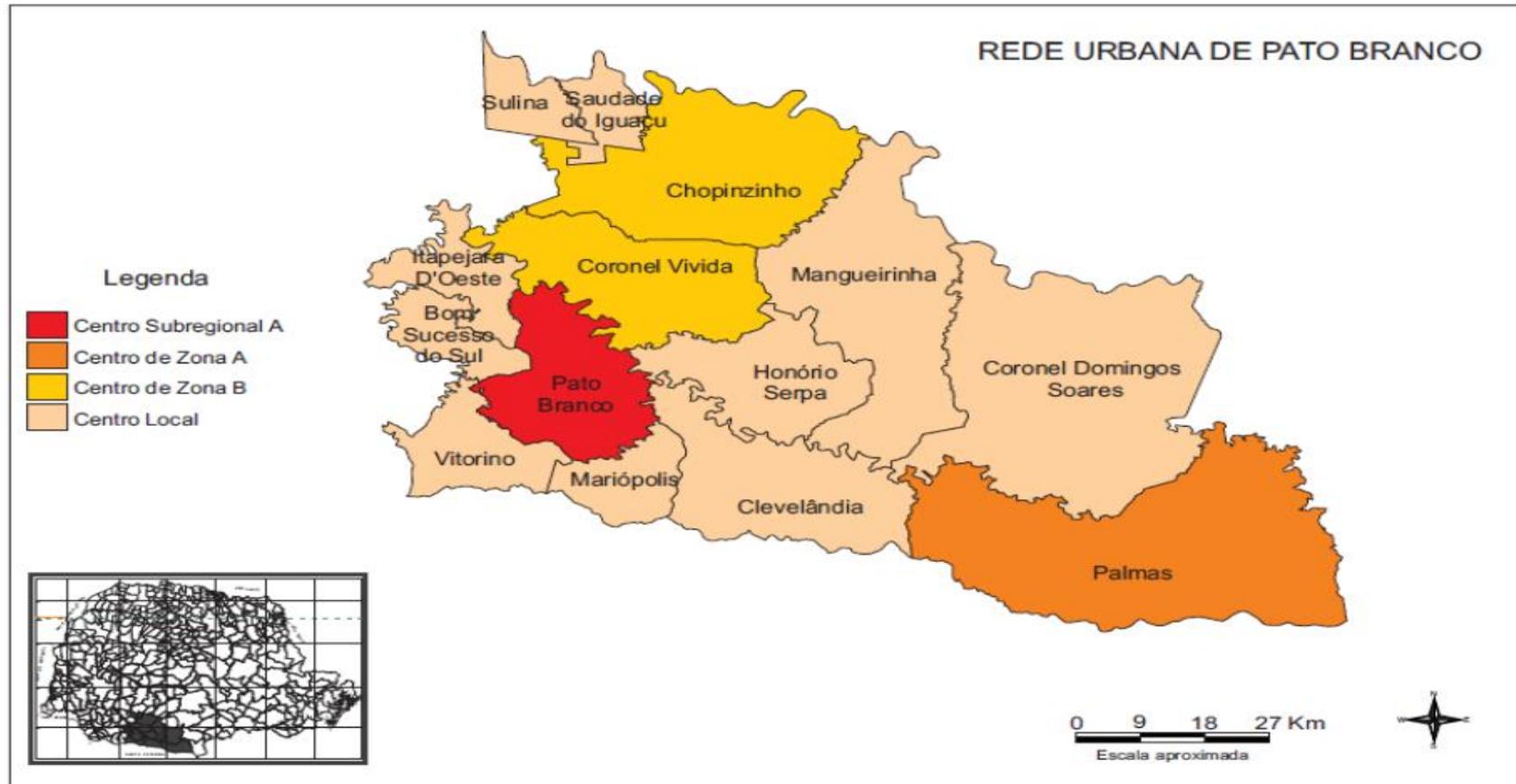
Figura 5 – Rede Urbana de Pato Branco -2007



Fonte: IBGE, 2007

A figura 6 nos permite visualizar de forma mais precisa a organização atual da rede urbana de Pato branco. De acordo com o mapa a cidade de Pato Branco exerce maior influencia sendo Centro Subregional A, na sequencia temos a cidade de Palmas com centro de zona A e as cidades de Coronel Vivida e Chopinzinho como centro de zona A. Enquanto que as demais cidades que compõem a rede urbana exercem o papel apenas de centro local.

Figura 6 – Mapa da Rede Urbana de Pato Branco PR



Fonte: IBGE, Regic, 2007.

A presente configuração da rede urbana nos permite analisar as mudanças discutidas ao longo do texto. E reestruturação produtiva ocorrida especialmente após a década de 1970 implicou em uma nova organização das cidades, bem como nas funções que essas passaram a exercer no âmbito da rede urbana e fora dele.

As cidades de centralidade local definiram suas atividades agrícolas como a principal função econômica exercida, sendo as atividades urbanas apenas de suprimento das necessidades imediatas da população local. São municípios de grandes extensões territoriais como se observa no mapa e com pequena parte da população situada no meio urbano, como no caso de Coronel Domingos Soares.

Numa escala intermediária as cidades de Chopinzinho e Coronel Vivida exercem centralidade além do nível local, passando a oferecer as cidades circunvizinhas alguns serviços nelas inexistentes, especialmente os agropecuários. Como é o caso de Chopinzinho que atende as necessidades imediatas de serviços e comércio dos municípios de Saudades do Iguaçu e Sulina, enquanto Coronel Vivida atende Honório Serpa e Mangueirinha.

Essa dinâmica mantém a centralidade de zona B dessas duas cidades, que por sua vez passam a depender de Pato Branco no atendimento de suas atividades mais raras. Uma vez que é nessa cidade que estão presentes as lojas de equipamentos agropecuários, automóveis ou redes especializadas de lojas diversas, além dos já citados serviços médicos dentre outros.

Partimos dessa análise para discutir algumas atividades urbanas desenvolvida na cidade de Chopinzinho. Fizemos esse recorte espacial baseados na centralidade dessa pequena cidade a fim de investigar como ao longo do processo de reestruturação econômica por que passaram as demais cidades da rede urbana essa cidade desempenhou atividade que lhe deu sustentação, mesmo diante a centralização das atividades mais raras em Pato Branco.

No próximo capítulo discutiremos o papel de alguns agentes produtivos locais no desenvolvimento e manutenção das atividades urbanas desenvolvidas em Chopinzinho a fim de refletir sobre a sobrevivência das pequenas cidades junto a rede urbana, bem como o papel que desempenham na Divisão Territorial do Trabalho que essas exercem.

3 A PEQUENA CIDADE DE CHOPINZINHO

A cidade de Chopinzinho, assim como as demais cidades da rede urbana de Pato Branco, passou ao longo das últimas décadas por processos de transformação produtiva. As mudanças ocorridas nesse centro não foram rumo a atividades diferentes daquelas desenvolvidas desde a sua gênese, isto é, a base produtiva desse município permaneceu sendo a atividade agrícola.

Ao longo da transformação pelas quais passou essa cidade, que não possuía atividades industriais importantes e tinha sua base de sustentação nas atividades agrícolas, houve um processo de reformulação das mesmas, visando dinamizá-las, para assim fazer parte da modernização produtiva.

Para isso, verificou-se uma reformulação das atividades agropecuárias, tornando-as mais competitivas e por isso impulsionando as atividades urbanas, especialmente o comércio e os serviços que ampliaram suas ofertas e diversificação, para atender a demanda da população.

Até 1990 a população residente em Chopinzinho encontrava-se majoritariamente no meio rural, isto é, 66% do total de 24.585 habitantes. Essa realidade inverteu-se lentamente e em 2000 atingiu 51% de população urbana; em 2010 foi 64%. As principais atividades agrícolas desenvolvidas nesse município são o cultivo de soja, milho, feijão e especialmente a produção leiteira, constituindo-se em uma importante bacia leiteira no Sudoeste do Paraná.

No âmbito das atividades urbanas, chamou-nos atenção, quão importante foram as iniciativas de agentes locais no desenvolvimento de atividades industriais para o mercado local, após expansão recente para mercado extra regional e estadual. O capital local, como veremos a seguir, promoveu a sustentação da população nessa cidade, cujas atividades encontram suporte primeiramente nas atividades agropecuárias que formou um mercado consumidor local capaz de gerar desenvolvimento nas atividades de serviço e comércio.

De outro lado, chamou-nos a atenção as políticas municipais de incentivo à produção agropecuária com vistas a torná-la mais competitiva, como a produção de leite. Atividades essas que destacaram essa cidade no âmbito da rede urbana, apresentando ações vinculadas às atividades endógenas de desenvolvimento.

3.1 NA PRODUÇÃO PROPRIAMENTE DITA

As transformações impostas na base produtiva agrária no Brasil, implicaram em fortes modificações no município de Chopinzinho. A começar pelo fato de que tornou-se necessário a busca por outras atividades que inseriram-se na lógica produtiva.

De acordo com o Censo 2010, a cidade de Chopinzinho conta com um total de 19.679 mil habitantes, cuja população urbana é de 12.508 habitantes, isto é 64%. Assim como as demais cidades da rede urbana, não houve ao longo das três últimas décadas variação significativa de população, considerando que em 1980 esse município contava com um total de 35.170 habitantes, e na década seguinte esse número veio a reduzir-se devido ao desmembramento de mais dois municípios que pertenciam ao território de Chopinzinho, Saudades do Iguçu e Sulina.

Chopinzinho chegou à década de 1970 com sua população predominantemente rural. As atividades industriais eram inexpressivas, restringindo-se a algumas atividades madeireiras e moveleiras. Assim as atividades urbanas eram extremamente básicas e voltadas para atender a necessidade imediata da população rural.

Os fluxos comerciais mais importantes estreitavam-se cada vez mais com a cidade de Pato Branco, de onde se abastecia de outros produtos e serviços de uso menos frequente. Com a melhoria dos meios de transporte e comunicação, que possibilitou uma maior acessibilidade àquela cidade, a tendência foi de as atividades concentrarem-se cada vez mais, mesmo as atividades novas que foram criadas à medida que se intensificou a produção e exportação agrícola na Rede Urbana.

A partir da década de 1970, quando da reestruturação produtiva, os atores produtivos de Chopinzinho, industriais, comerciantes entre outros, viram-se diante do desafio de inserir-se na dinâmica do Estado. As atividades urbanas e industriais, que já não tinham presença importante nesse município, tenderam cada vez mais a concentrar-se nos centros maiores, atraindo para si um contingente populacional. As vantagens locacionais exigidas pela nova conjuntura produtiva estavam ausentes dos centros menores como as cidades da rede de Pato Branco, que era constituída por um mercado consumidor em formação, com baixo poder aquisitivo e mão de obra desqualificada.

Verificamos a partir dos anos 1970 uma avançada tecnificação, para o aumento da produtividade do trabalho, pelo número e aquisições de tratores, que em Chopinzinho passou de 20 unidades em 1970 para 400 unidades em 1980. Com isso a produção agrícola ganhou uma nova dinâmica.

Verificamos nos gráficos 7,9 e 11 que o município de Chopinzinho destaca-se como um dos maiores produtores da rede urbana na produção de feijão, milho e soja. Sobretudo a soja, cuja produção em 1970 não passava de 2 mil toneladas, chegou a cerca de 70 mil toneladas em 2009, colocando-o como o segundo maior produtor de soja no âmbito da rede urbana.

A soja produzida nesse município não passa por beneficiamento ou transformação local, apenas por unidades de armazenagem em cooperativas ou empresas privadas que se encarregam do processo de comercialização extra- regional. As principais empresas receptoras da produção local são as cooperativas e cerealistas COASUL, COAMO, SOJAMIL, San Rafael.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura, em 2010 esse produto ficou em primeiro lugar na produtividade, sendo que no ano anterior a produção de leite foi a primeira. O cultivo da soja em Chopinzinho é principalmente em propriedades acima de 30 ha, mas nesse município 84% das propriedades são inferiores a essa área. De outro lado, os pequenos produtores não abandonaram totalmente o cultivo desse grão, embora a principal atividade seja a produção de leite. Parcela de suas propriedades que não é destinada a pastagem são utilizadas para o cultivo da soja.

A produção de milho no município já teve expressividade mais importante. De acordo com informações da Secretaria de Agricultura, o milho produzido é comercializado e consumido localmente, principalmente pelos produtores de aves em aviários integrados aos frigoríficos locais ou às fábricas de ração. Na década de 1990, o município de Chopinzinho apresentou a maior produção de milho dentre o municípios da rede urbana, 68.100 toneladas; nas décadas seguintes essa cultura foi diminuindo à medida que outros produtores foram se especializando em outras atividades.

Quanto à produção de feijão, o Secretário de Agricultura Municipal afirma que o cultivo desse produto, que exige o emprego de tecnologia, foi destinado cada vez mais para propriedades maiores do município. Percebemos uma redução na área destinada a esse cultivo bem como uma produtividade em toneladas também reduzida, sendo considerada essa cultura pouco importante.

No que se refere à pecuária, temos como em todos os municípios da rede, a redução da produção de suínos, que foi a mais importante na gênese do município. Ainda em 1970 e 1980, verificamos que Chopinzinho era o maior produtor de suínos frente aos demais municípios da rede. Nas décadas seguintes esse município continuou destacando-se, porém sua produção veio abaixo de 20.000 cabeças. De acordo com informações coletadas em

campo, os principais motivos para a redução dessa produção foi a distância dos mercados, considerando que a unidade da SADIA que processa carne de porco está instalada em Toledo, mercado mais próximo e além disso, a inviabilidade de atender os padrões exigidos por essa empresa.

Além disso, temos ainda a crescente criação de aves, que como verificamos nas últimas décadas, aumentou significativamente. Chopinzinho destaca-se como o segundo produtor de aves da rede, por meio de aviários padronizados e integrados a frigoríficos regionais. O município não conta com frigorífico e a produção é destinada à SADIA de Dois Vizinhos, COASUL de São João e Frango Seva de Pato Branco. A produção de aves é a terceira atividade mais importante do município e que apresenta peso importante na arrecadação municipal de cerca de oito milhões e quinhentos mil por ano.

Ao longo do processo de mudanças pelo qual que passou a estrutura produtiva macroeconômica das últimas décadas, especialmente ao longo da década de 1990, quando do período de abertura econômica que tendeu a concentrar ainda mais as atividades ligadas ao capital estrangeiro em centros maiores que apresentavam maiores vantagens locacionais, buscamos entender como os agentes locais ligados às atividades produtivas na pequena cidade reagiram para manterem-se inseridos no mercado e amenizar os efeitos do processo de êxodo rural, bem como a queda da qualidade de vida da população.

Grande parte das pequenas cidades entrou na lógica da competitividade, salientando as vantagens locais, entrando na guerra dos lugares a fim de atrair investimentos externos. Essa ação tem sido vista como uma saída à estagnação econômica das pequenas cidades frente à conjuntura econômica globalizada, que pelos meios de comunicação e circulação cada vez mais dinâmicos tendem a incluir todos os lugares na lógica do consumo, porém não na produção.

As políticas municipais de desenvolvimento endógeno foram intensificadas no sentido de manter a sustentação das atividades agrícolas e, por conseguinte, manter o homem no campo, evitando com isso um êxodo rural insustentável, e a não absorção dessa mão de obra pelas atividades urbanas. Essas políticas foram concretas e geraram resultados positivos para o desenvolvimento local.

De acordo com a entrevista realizada com o Engenheiro Agrônomo e Secretário Municipal de Agricultura o senhor Luiz Pasqualli a principal política desenvolvida nos últimos anos em Chopinzinho foi de fortalecimento da agricultura familiar a fim de levá-la a uma especialização produtiva e tecnificada, que pudesse gerar renda e desenvolvimento, além de fortalecer as atividades urbanas. Essas políticas foram direcionadas à prestação de serviços

técnicos, profissionais, fornecimento de treinamento, instrumentos e controle de qualidade dos produtos agrícolas familiares.

O principal foco foi a produção de leite, visto que essa produção cabe à produção familiar que é predominante no município. Como já dito, 84% das propriedades são de tamanho inferior a 30 ha. Percebemos nos dados apresentados no gráfico 3 que o rebanho bovino de Chopinzinho foi, conforme dados de 2010, o maior rebanho da rede urbana, sucedido por Palmas e Coronel Domingos Soares. A diferença é que grande parte do rebanho presente em Chopinzinho é de gado leiteiro e de acordo com dados da Secretaria de Agricultura, cerca de 28 mil cabeças atualmente, destinam-se ao leite.

Essa produtividade foi alcançada especialmente pelas políticas municipais como, por exemplo, o melhoramento genético dos animais onde a prefeitura fornece o botijão de semem para os produtores. Além disso, a prefeitura disponibiliza estrutura de armazenagem do leite entre outros equipamentos como tanques, ordenhadeiras, todos equipamentos fornecidos pela prefeitura com um custo baixo ao produtor. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura nos últimos 3 anos foram fornecidos 167 ordenhadeiras, 35 resfriadores, 12 tanques de expansão para produtores com mais de 7 vacas.

As principais políticas de incentivo municipal foram direcionadas a produção agrícola como um todo. A partir da oferta de uma *patrulha mecanizada* composta por tratores, colhedadeiras, pulverizadores, entre outros equipamentos que somam 17 unidades. Esses equipamentos ficam a dispor dos produtores que os utilizam em sociedade. Além desses equipamentos é oferecida capacitação técnica para a conservação do solo, fertilidade a partir de plantio direto e aplicação de calcário.

Incentivo à diversificação da produção produtiva, como a fruticultura, na produção de pêssego, banana, maracujá, manga, laranja. Todas essas com acompanhamento técnico que permite um manejo adequado e, por conseguinte, uma boa produtividade destinada ao mercado local e regional.

Além disso, os animais são acompanhados por médicos veterinários que se utilizam de um laboratório (ainda em processo de montagem) para os exames de brucelose e tuberculose, que fornecem selo de qualidade ao produto proveniente de produtores do município de Chopinzinho. Foram realizados no último ano cerca de 16 mil exames a um preço simbólico R\$ 5,00 por animal para os produtores..

O resultado disso é, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura, 900 propriedades com a produção de leite, atingindo cerca de 60 milhões de litros de leite nos últimos dois anos possibilitando renda e qualidade de vida aos produtores familiares.

A produção de leite é comercializada principalmente com as associações de produtores, com a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), que faz a coleta e comercialização do leite produzido localmente. São 12 laticínios que compram o leite produzido em Chopinzinho, laticínios regionais, situados nas cidades circunvizinhas. A cidade conta com um laticínio que trabalha na produção de queijos e comercializa os regionalmente. Está em andamento a instalação de outro laticínio resultado da associação de 25 produtores locais para a produção de queijo previsto para 2012.

A atividade leiteira é responsável pela fonte de renda para a agricultura familiar, que outrora era apenas uma renda complementar de uma atividade exercida pela mulher, enquanto o marido dedicava-se a outras atividades agrícolas, e agora tem sido a principal fonte de renda da maioria dos agricultores do município. As outras atividades são o plantio da soja e do milho, que complementam essa renda.

Na cidade de Chopinzinho circula mensalmente cerca R\$ 3.000.000,00 de reais provenientes do pagamento mensal do leite. E as atividades locais, comerciais e de serviços equipam-se para atender a demanda dos consumidores.

3.2 AS ATIVIDADES URBANAS – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Do ponto de vista industrial, nas décadas de 1970 e 1980, a cidade de Chopinzinho contava com poucas atividades. As principais eram as de madeira e mobiliário, a primeira com 22 unidades industriais em 1970 e 23 em 1980. Quanto às atividades comerciais na década de 1980 verificamos um número expressivo de estabelecimentos na área de produtos alimentícios, farmacêuticos e vestimentas. Os serviços eram os básicos na área de alojamento e alimentação, serviços pessoais, comerciais e auxiliares.

Verificamos mudanças importantes na cidade de Chopinzinho nas atividades produtivas, da pecuária leiteira valorizada a partir da segunda metade de 1990 que resultou na manutenção de parcela da população rural. Por outro lado, as urbanas se desenvolviam a passos lentos na dependência de um mercado local e regional em desenvolvimento.

Contudo, as principais empresas da cidade, que dão sustentação as atividades urbanas nascerem ou se desenvolveram justamente na década de 1990, quando os atores produtivos locais criaram atividades industriais. Iniciaram como pequenas, e foram crescendo internamente através de políticas e investimentos e atingiram uma expressividade local. Foram iniciativas de famílias de Chopinzinho que encontraram no desenvolvimento endógeno a sustentação diante da conjuntura de valorização do grande capital.

Em 2010 Chopinzinho contava com 54 estabelecimentos industriais, com destaque para as unidades voltadas para a indústria de madeira e mobiliário com 11 estabelecimentos. Quanto aos estabelecimentos comerciais, nesse ano a cidade contava com 472 estabelecimentos, destacando-se os de comércio varejista e os de produtos voltados para agricultura pecuária.

Buscamos junto a alguns dos estabelecimentos mais expressivos da cidade o entendimento sobre sua gênese importância para a cidade na geração de emprego e renda bem como sua relação com a rede urbana em questão.

Dentre as atividades industriais desenvolvidas na cidade de Chopinzinho, percebemos que na última década 8 são estabelecimentos metalúrgicos. Dentre eles as indústrias Sulfer Indústria de Perfilados Ltda. e Big Fer Indústria de Estruturas Metálicas Ltda. Ambas foram criadas pela família Badalotti em 1979. Iniciaram suas atividades apenas para o mercado local e posteriormente foram ampliados e qualificando seus produtos.

As primeiras produções de esquadrias metálicas, posteriormente ampliaram a produção e dividiram a fábrica em duas, uma especializada em perfilados cortes e dobras e outra em estruturas metálicas. Proprietários relatam que as políticas locais, de apoio fiscal, oferta de barracão foram importantes, contudo, a empresa buscou por conta própria investimentos que desse sustentação ao intento de permanência e ampliação da produção.

A matéria prima transformada nas fábricas vem da Usia Cosipa de São Paulo e da CSN Companhia Siderúrgica Nacional no Rio de Janeiro. Os produtos de perfilados cortes e dobras, da empresa Sulfer são destinados para o Norte do Paraná e conta com 42 funcionários. A empresa Big Fer conta com mais 36 funcionários, seus produtos de estrutura metálica são comercializados no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com cerca de 90% da produção, os outros 10% são comercializados no mercado local.

Outra empresa que nos chamou a atenção pelo seu desenvolvimento e especialização foi uma indústria de alimentos no ramo de panificação e confeitaria, El Shadai Ltda. e Doce D'ocê. Essa empresa foi criada em 1993, fruto de uma produção caseira para o mercado local. Mercado que foi se ampliando e em 2003 foi montada a fábrica da Doce D'ocê em Chopinzinho.

Hoje a fábrica trabalha no ramo de fabricação de pães franceses, salgados pré assados, bolos, doces e salgados. O produtos são pré assados ou congelados e comercializados além do mercado local, em Mato Grosso, Presidente Prudente, São Paulo, litoral paranaense e Guaíra, noroeste de Santa Catarina e conta com a instalação de uma unidade distribuidora em Londrina.

Para ampliar seu mercado a fábrica conta com um processo tecnológico de congelamento e conservação dos produtos além de mão de obra qualificada com chefes de cozinha treinados. Contudo, a mão de obra desqualificada é o maior desafio encontrado, sendo que o treinamento ocorre dentro da fábrica mesmo. Em 2010 a fábrica contava com 80 funcionários e em 2011 está com 220 funcionários.

Em agosto foram comercializadas 314 toneladas de pães e há a previsão de ampliar a produção. Para tanto a empresa contou com subsídios de políticas locais, como incentivo no fornecimento de terreno para a construção de barracões e melhoria no asfalto para a fábrica, contou com capital familiar e crédito junto ao BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (BNDES)

Além disso, a matéria prima consumida na fábrica como ovos e leite é fornecida por agricultores familiares locais. Os frangos que são utilizados na fabricação de salgados são fornecidos pela Frangos Seva de Itapejara d'Oeste. A fábrica conta com 3 turnos de trabalho.

No ramo moveleiro buscamos destacar uma das empresas especializadas em móveis sob medida de qualidade diferenciada. A Bonaconchego Móveis Mármore e Granito Ltda. Ela produz, na cidade de Chopinzinho móveis sob medida, com mármore granito, bancadas, bacias, portas em madeira e MDF.

A empresa também iniciou suas atividades em meados na década de 1990 a partir de capital de famílias locais, buscando na qualidade de acabamento e móveis sob medida e acessórios, o diferencial para atender um mercado regional crescente. A fábrica conta com 20 empregados; a matéria prima, como o mármore e granito são provenientes de Cascavel, Cachoeira do Itapimirim (ES) e Curitiba.

Outro ramo em que a cidade vem se destacando é o ramo de construção civil, a Empresa Engedelta Engenharia e Construção Civil iniciou suas atividades na década de 1993 com dois sócios de famílias locais. Hoje a construtora conta com 200 funcionários e atua em toda a região Sudoeste com obras nas cidades de São João, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Coronel Vivida, e em Sorriso no Estado do Mato Grosso.

De acordo com o Regic, 2007, a cidade de Chopinzinho ocupa a posição de centro de zona B. Essa posição junto à rede urbana se dá devido a oferta de atividades de comércio para as cidades circunvizinhas. Sobre a influência de Chopinzinho estão as cidades consideradas centros locais Saudades do Iguaçu e Sulina.

Chopinzinho supre as necessidades dessas duas cidades. Nas áreas de serviços de saúde dispõem de UTI, atendendo a pacientes dos municípios citados e ainda do município de

Coronel vivida. Conta ainda com uma Universidade, extensão da UNICENTRO de Guarapuava, que oferta cursos para estudantes das cidades vizinhas.

Além disso, conta com uma variedade de lojas especializadas em insumos agrícolas e mão de obra qualificada, que atendem além desse município os municípios vizinhos. No comércio a cidade oferta redes de supermercado regionais possibilitando maior variedade de produtos não encontrados nos centros menores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de rede urbana nos remetem a uma complexidade de questões. Entendemos a rede urbana enquanto uma forma espacial decorrente do desenvolvimento do modo capitalista de produção. A articulação dos centros é necessária para o processo de produção, circulação consumo, quando a reprodução do capital se efetiva.

A introdução de todos os lugares na lógica produtiva impulsionou a criação no espaço geográfico de uma diversidade de cidades decorrentes do processo de formação social e econômica a qual foram formadas. Daí a heterogeneidade de centros urbanos.

As cidades são criadas no contexto do processo e desenvolvimento produtivos da sociedade. Contudo, na conjuntura atual da produção capitalista global, não podemos entender as cidades independentes da rede urbana a qual se insere, consideramos por isso o lugar que essa ocupa na divisão territorial do trabalho.

A rede urbana enquanto “[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados” (CORRÊA, 2006, p 15) leva-nos ao entendimento da cidade inserida na rede urbana regional. Para isso não classificamos sua posição enquanto uma hierarquia definida de centros, mas procuramos entender as redes como um todo no conjunto das redes.

Isto é, as cidades grandes ou pequenas são classificadas pela sua inserção na rede urbana que se inserem, nacional ou regional. Qual seu papel produtivo e qual função desempenham no âmbito da rede ou fora dela. Nesse contexto as pequenas cidades ganham uma nova interpretação, considerada sua função produtiva junto aos centros com os quais se articulam.

A dispersão territorial das atividades produtivas, bem como a articulação dos lugares propiciada pela circulação, a simultaneidade da informação e a melhoria dos meios de transporte possibilitam a inserção de quase todos os lugares na lógica produtiva. Sendo criadas por isso redes urbanas cada vez mais complexas, dificultando sua interpretação.

Cresce a concentração econômica em centros mais equipados para a reprodução do capital, contudo cresce a inserção das pequenas cidades na lógica do consumo e da produção. Nesse contexto as vantagens comparativas e a valorização dos territórios das pequenas cidades são salientadas por se inserirem na dinâmica produtiva.

No entanto, a busca em atrair atividades externas acaba, muitas vezes por desvalorizar essas pequenas cidades, uma vez que os atributos que possuem são mão de obra barata e incentivos fiscais. A distância dos grandes centros consumidores é amenizada pela fluidez do

território, através de meios de transporte e comunicação, daí a vantagem existentes de grandes empresas instalar-se nessas pequenas cidades.

Contudo, na maioria dos casos, as vantagens comparativas não proporcionam o desenvolvimento local. É inevitável a dependência econômica, a exploração e o esvaziamento demográfico na busca por oportunidades melhores em centros maiores.

Uma vez que a pequena cidade é entendida no contexto da rede urbana que compõe, salientamos que as atividades econômicas que dão sentido a essa cidade devem partir da valorização do potencial local de desenvolvimento e não apenas dos fatores de dispersão produtiva externas.

Temos aí um desafio, pois as atividades locais não são destituídas do contexto macroeconômico. No entanto vimos no desenvolvimento do presente trabalho, na pesquisa sobre a pequena cidade de Chopinzinho, que diante dos períodos de recessão econômica, como na década de 1990, foram criadas e ampliadas indústrias locais para atingir o mercado regional, além do incentivo a tecnificação agrícola para dar sustentação ao produtor rural diante do desafio do êxodo rural.

Consideramos essas iniciativas, como a valorização do potencial local e a busca de inserção produtiva na rede urbana, fatores que amenizam a dependência externa das atividades produtivas e, sobretudo, oferecem maior qualidade de vida à população garantindo a permanência nessas pequenas cidades.

Sabemos que o nível tecnológico e a qualificação da mão de obra na maioria das pequenas cidades são baixos por isso atraem ramos industriais que empregam menos tecnologia e não necessitam de mão de obra qualificada pagando baixos salários. Esse fator não oferece desenvolvimento local nem mesmo qualidade de vida.

Muitas pequenas cidades buscaram se especializar em uma produção, oferecer produtos exclusivos ou diferenciados. Outras, como Chopinzinho, buscaram valorizar o potencial agrícola local, fator que dá sustentação às atividades urbanas. As empresa locais, criadas a partir de capital local atingem o mercado no âmbito da rede urbana ou fora dela.

As atividades urbanas são criadas para atingir uma população com um nível de consumo variado, contando com diversidade e especialidade de produtos relativamente baixa. Contudo, o acesso a produtos mais especializados é possível via rede urbana. A fluidez permite que mesmo em cidades mais distantes dos centros com maior variedade e especialidade de produtos haja acesso via rede de lojas ou mesmo compra pela internet.

Diante disso, entendemos que o desafio das pequenas cidades são atrair e desenvolver atividades que dêem sustentação a sua população. E para isso é importante valorizar as

potencialidades locais que promovem desenvolvimento, nem sempre presentes na atuação das empresas vindas fora da cidade.

Essa valorização, dependente também dos agentes macroeconômicos leva a especialização dos lugares e promove o desenvolvimento econômico sustentável e inserção territorial. Consideramos por isso que os subsídios fiscais devem ser prioritários para as iniciativas locais de produção.

Nosso trabalho mostrou que diante da produção capitalista do espaço geográfico, a diferenciação dos lugares é inerente à formação social que imprime nesse espaço distintas formas de produzir. Além disso, ao longo do seu processo de estruturação precisamos considerar também o percurso de inserção econômica e as mudanças por isso ensejadas.

A reestruturação produtiva por que passou todo contexto nacional repercutiu em mudanças na rede urbana. Houve por isso grandes mudanças na configuração das redes, uma vez que as cidades buscaram redefinir seu papel produtivo aprofundado pela divisão do trabalho.

Nesse contexto, enquanto grandes cidades concentraram atividades diversificadas, pequenas perderam muitas funções. A partir disso vimos muitas cidades estagnarem em suas funções antigas, criar novas atividades ou modernizar as já desenvolvidas.

O recorte espacial presente em nosso trabalho nos levou a leitura de como tais mudanças ocorrem no espaço e suas implicações sociais. Embora seja apenas um fragmento da discussão pertinente a essa temática, pretendemos ter contribuído para ampliá-la.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, A, V: Política económica local: La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, N° 13. 10 de marzo de 1997. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993. 332 págs.

CORRÊA, R, L. **A Rede Urbana**. São Paulo, Editora Ática S.A. Série Princípios, 1989. Rede Urbana e Formação Espacial: Uma Reflexão Considerando o Brasil. Território, 8, 2000.

_____. **A Rede Urbana Brasileira e a sua Dinâmica**: Algumas Reflexões e Questões. In: Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas, org. Maria Encarnação Beltrão Spósito. Presidente Prudente, UNESP, 2001.

_____. **Cidade e Região no Sudoeste Paranaense**. Revista Brasileira de Geografia, ano XXXII, n° 2, 1970.

_____. **Estudo das Relações Cidade e Região**. Revista Brasileira de Geografia, ano XXXI, n° 1, 1969.

_____. **Fluxos e Territórios: Uma Introdução**. Anais do 3° Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993 - AUTOR.

_____. *Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades*. Revista Território, ano IV, n° 6, jan/jun. 1999.

_____. **O Sudoeste Paranaense Antes da Colonização**. Revista Brasileira de Geografia, ano XXXII, n° 1, 1970.

_____. **Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, ano XXIX, n° 4, 1967.

_____. **Repensando a Teoria das Localidades Centrais**. In Geografia - Teoria e Crítica, organizado por Ruy Moreira, Vozes, Petrópolis, 1982; e in Novos Rumos da Geografia Brasileira, organizado por Milton Santos, HUCITEC, São Paulo, 1982 -AUTOR

_____. **Rede Urbana e Formação Espacial**: Uma Reflexão Considerando o Brasil. Território, 8, 2000.

ENDLICH, A.M. **Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, 2006.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná de 70**. Co- edição com o conselho de Ciência e tecnologia instituto paranaense de desenvolvimento Econômico e social. Curitiba , 1988.

FRESCA, T. **Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial**. In. NDLICH, A (org). Pequenas Cidades e Desenvolvimento local. Maringá: PGE, 2009

_____. **Redefinição dos Papéis das Pequenas Cidades na rede urbana do Norte Paranaense.** In. ENDLICH, A (org). Pequenas Cidades e Desenvolvimento local. Maringá: PGE, 2009.

FRIGOTTO, G. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1994.

GOLDSTEIN, L; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia da USP.** São Paulo, 1(1): 21-47, 1982.

GRAZIANO. J, S. **O progresso técnico na agricultura.** Disponível em: webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v07/cc07n1_3_01.pdf

HARNERCKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico.** Editora global, 1983.

HARVEY, D. **A Geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista.** In. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Anna Blume, 2006.

JUANICO, M. O desenvolvimento das pequenas cidades no terceiro mundo. **Boletim Geográfico, IBGE,** v.252, ano 1977.

JUNIOR, R, F, S. A Circulação com um dos Fundamentos do Espaço: elementos para busca de um conceito. In. **Revista Geografia e Pesquisa – Ourinhos,** nº1, v 1. 2007.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRUGER, N. **Sudoeste do Paraná, história de bravura e fé.** Curitiba: Edição do autor, 2004.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense.** Curitiba, 1986.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia,** Niterói, v. I n. I p. 71-91, 1999.

MACHADO, V. Imigração. In: **Paraná, Espaço e Memória.** Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

MARTINE. G. A trajetória da modernização agrícola: A quem beneficia?. In. **Cedec,** Lua Nova, nº 23, março de 1991.

MOREIRA, R. A. A Nova Divisão do Trabalho e as Tendências de Configuração do **Espaço Brasileiro.** In. LIMONAD, E.HAESBAERT, R, Ruy (org). **Brasil século XXI por uma nova regionalização- agentes processos e escalas.** São Paulo: Max Lomonad, 2004.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **RA EGA (UFPR),** Curitiba, v. 8, n. 8, p. 33-44, 2004.

_____. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In. ENDLICH, A (org). **Pequenas Cidades e Desenvolvimento local.** Maringá: PGE, 2009.

_____. Espacialidade de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. **Revista. Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.95, jan./abr. 1999, p. 3-25 3.

MOURA, R. e WERNECK, D, Z. Rede, Hierarquia e Região de influencia das cidades: Um foco sobre a região sul. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, p. 27-57, jan/jun. 2001.

OLANDA, E, R. **As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia**. Ateliê geográfico. Goiânia-Go. V.2 ago/2008. P. 183-191

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: HUCITEC, 1981.

RANGEL, I. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro (1955)**. In: Os desenvolvimentistas, obras reunidas – Ignácio Rangel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: Ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **As cidades locais no terceiro mundo: O caso da América Latina**. In. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. SP: Hucitec, 1979.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Materiais Para o Estudo da Urbanização Brasileira no Período Técnico Científico**. In. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 67, 1º semestre. São Paulo, 1998.

_____. **Novos Rumos da Geografia brasileira**. (org) São Paulu: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. **O processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente – SP, 2008. 246 p. Universidade Estadual Paulista.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana. IPEA, IBGE, UNICAMP. 2002. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana. IPEA, IBGE, UNICAMP. 2002.

Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste paranaense/ Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social – Curitiba: IPARDES, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo demográfico – 1960-2000*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de jun 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 21 jun 2010.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 110 p.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 212 p.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: mesorregião geográfica centro-sul paranaense*. Curitiba, PR: Ipardes: BRDE, 2004a. 139p.

_____. **Leituras regionais: mesorregião geográfica sudoeste paranaense**. Curitiba, PR: Ipardes: BRDE, 2004b. 139p.